

CARTOGRAFIAS SUBALTERNAS

JÉSSICA PAOLA MACEDO MÜLLER

CAPA

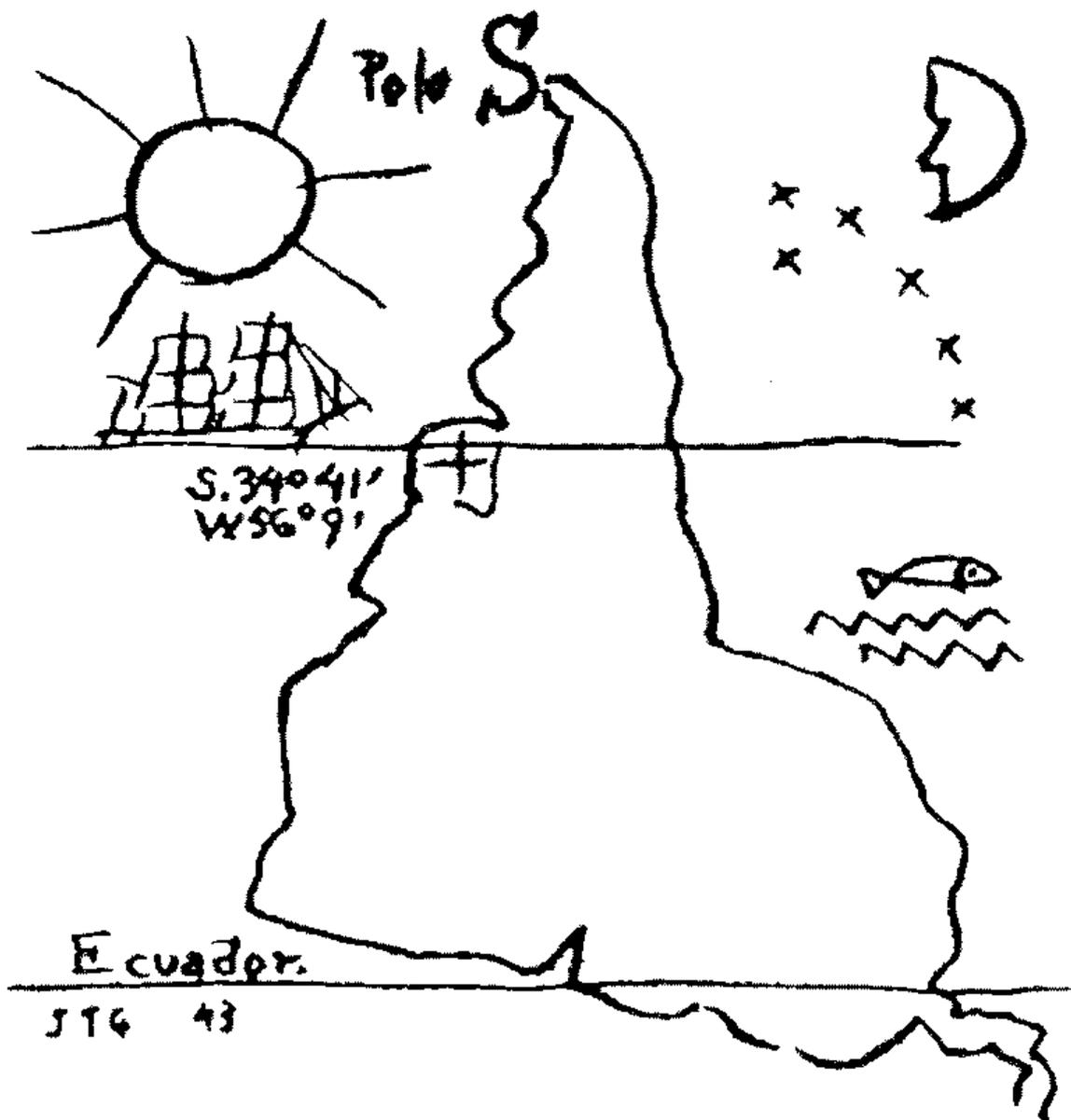
Releitura da obra *América Invertida*

Joaquín Torres-García (1874-1949)

Montevideu, 1943

Tinta sobre papel

22 x 16 cm



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

JÉSSICA PAOLA MACEDO MÜLLER

CARTOGRAFIAS SUBALTERNAS:

UMA MIRADA DESDE O SUL GLOBAL À PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE
ESTUDOS PÓS-COLONIAIS E DECOLONIAIS NA BASE DE DADOS SCOPUS

Porto Alegre

2020

JÉSSICA PAOLA MACEDO MÜLLER

CARTOGRAFIAS SUBALTERNAS:

UMA MIRADA DESDE O SUL GLOBAL À PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE
ESTUDOS PÓS-COLONIAIS E DECOLONIAIS NA BASE DE DADOS SCOPUS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Biblioteconomia pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Silva Caxias de Sousa

Porto Alegre

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos André Bulhões Mendes

Vice-reitora: Profa. Dra. Patricia Helena Lucas Pranke

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretoria: Profa. Dra. Karla Maria Müller

Vice-diretora: Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DE INFORMAÇÃO

Chefe: Profa. Dra. Samile Andréa de Souza Vanz

Chefe substituto: Prof. Dr. Rene Faustino Gabriel Junior

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Coordenadora: Profa. Dra. Rita do Carmo Ferreira Laipelt

Coordenadora substituta: Profa. Dra. Caterina Marta Groposo Pavão

CIP – Catalogação na Publicação

Müller, Jéssica Paola Macedo

Cartografias Subalternas: uma mirada desde o Sul
Global à produção científica sobre estudos
pós-coloniais e decoloniais na base de dados Scopus /
Jéssica Paola Macedo Müller. -- 2020.
96 f.

Orientador: Rodrigo Silva Caxias de Sousa.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de
Biblioteconomia, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Colonialismo. 2. Cartografia epistemológica. 3.
Descolonização epistemológica. 4. Estudos
pós-coloniais. 5. Estudos decoloniais. I. Sousa,
Rodrigo Silva Caxias de, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS
com os dados fornecidos pela autora.

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

Rua Ramiro Barcelos, 2705, Bairro Santana, Porto Alegre, RS

CEP: 90035—007

Telefone: (51) 3316-5067

E-mail: fabico@ufrgs.br

JÉSSICA PAOLA MACEDO MÜLLER

CARTOGRAFIAS SUBALTERNAS:

UMA MIRADA DESDE O SUL GLOBAL À PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE
ESTUDOS PÓS-COLONIAIS E DECOLONIAIS NA BASE DE DADOS SCOPUS

Esta monografia foi analisada e julgada adequada para a obtenção do título de Bacharela em Biblioteconomia, sendo aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Aprovado em: 13 de novembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Silva Caxias de Sousa – UFRGS
Orientador

Profa. Dra. Márcia Heloísa Tavares de Figueiredo Lima – UFRGS
Examinadora

Profa. Ma. Marlise Maria Giovanaz – UFRGS
Examinadora

A Martín,
compa uruguayo,
que em uma conversa despretensiosa me apresentou este mundo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço àqueles que deram suporte para que eu me mantivesse na graduação. À minha família, por ser base de tudo; em especial Zenira e Felipe, amores ferozes que tenho em vida. Mãe, obrigada pelo afeto interminável que ultrapassa fronteiras e que me alimenta os sonhos. Maninho, obrigada pelos incentivos ao modo peculiar do “analista de Bagé” (risos) e pelos momentos de descontração, tão importantes para manter a saúde mental. Agradeço, ainda, à Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida – CEUACA, que foi meu lar; e à própria universidade, que concedeu assistência estudantil.

Aos locais que me acolheram durante os estágios: SESC Canoas, EA/UFRGS, SBC e IFRS. À SBC, ainda, pela efetivação no cargo e pelo incentivo permanente à qualificação. Em especial ao professor José Viterbo Filho e à Fernanda Jorge, que fizeram tudo acontecer. Eli Magario, *arigatou gozaimasu* pelas horas de conversas produtivas. Muitas de nossas falas aportaram decisões importantes na execução deste estudo.

À Samara Ayres, Johana Rivera Alzate, *compas* do PGDR, Liga Bibliotecária e outros tantos que expandiram meu entendimento sobre coletividade, auxiliando-me a *transver* o mundo. Parafraseando a Francine, não basta ter discussão teórica, é preciso pôr o pé no barro. *Gracias* por viabilizarem isso.

André Asun e Felipe Wollmann, agradeço pelas discussões tão importantes que tivemos ao longo de minha permanência no SESC. A acuidade de nossas conversas, os apontamentos e as percepções que surgiram naquele período foram cruciais – e viscerais – para o meu amadurecimento. Vocês, com seu afeto e esperança, me ensinaram a permanecer lutando pela justiça social sem me abater diante das dificuldades. Não há palavras que possam agradecê-los por tanto. Singelamente digo que foram revolucionários em minha vida.

À Fernanda Veiga pela empatia, firmeza e honestidade que lhe são características e que foram essenciais nos vacilares passos deste estudo. Obrigada pela lucidez das tuas considerações e por cuidares de mim presencialmente e a distância. Embora eu tenha um “espírito revolucionário”, como tu gostas de definir, jamais esquecerei teus conselhos tão preciosos. És importante em minha vida, tu sabes.

Francine Bandeira, *minha gêmea*, obrigada por estares ao meu lado em todos esses anos, desde nossas incursões artísticas até as rotas peculiares que tomamos. À Francine Conde, amiga, parceira e coautora brilhante, pela generosidade de tua amizade e pelas contribuições intelectuais imprescindíveis em toda a minha formação. Estendo o agradecimento à tua família, que me acolheu com tanto carinho.

Ao professor Jackson Medeiros, propulsor de inúmeros questionamentos e experiências, agradeço as trocas constantes, divagações e contrapontos. Ainda, e, de maior importância, pelo afeto, pelo apoio incondicional e pela motivação nas veredas filosóficas. Tu sabes quão significativo foste neste percurso, do início ao fim. Graças à tua presença amadureci em muitos sentidos. Obrigada.

Ao professor Rodrigo Caxias, amigo e orientador, pelo tanto de emoção que não se encontra facilmente nas esquinas acadêmicas e que em ti se efetua generosamente. Obrigada por desbravar, junto a mim, territórios incertos. Pulsamos.

Às professoras Marlise Giovanaz e Márcia Tavares, pelo aceite em compor a banca de avaliação, pelo olhar atento e pelas valorosas contribuições. À professora Marlise, novamente, por partilhar conhecimento e afeto durante a monitoria de disciplina em suas aulas singulares e transformadoras.

Às professoras Roswithia Weber (Feevale) e Caroline Bauer (UFRGS) que plantaram uma semente anos atrás, contribuindo com um pensar encadeado e combativo às desigualdades. Ao professor Nildo Ouriques (IELA/UFSC), pelas aulas excepcionais sobre pensamento crítico latino-americano, fundamentais na escrita deste trabalho. Ao professor Luciano Bedin (FACED/UFRGS), que me ensinou a navegar o texto, transformando por completo meu olhar frente aos desafios literários e científicos.

Aos companheiros dos grupos de estudo em Michel Foucault (LEFA/UFC), Marte SSA: Quadros de Violência (UNEB) e Anti-Édipo: agradeço intensamente pela efervescência de ideias. Aos professores do Colegiado de Filosofia, da UEFS: vocês são geniais e me inspiram não apenas a explorar os territórios do pensamento como, também, a saborear a experiência docente.

Àqueles não mencionados e, no entanto, sempre constantes, meu mais profundo agradecimento: autores, pensadores, militantes, artistas e andarilhos da vida. Esta escritura é produzida por nossas milhares de mãos e discutida por nossas infinitas vozes. Algo de vocês me habita e causa espanto quando nos percebemos.

Nasçamos.

“Somos dominados (domesticados) e não percebemos.

Lemos e repetimos frases de efeito, sem efeito
(pensamentos de outros, frases de outros, na lógica do
eurocentrismo na dominação colonial).

Sonhamos presos em arquétipos presos.

Não nos permitem sermos quem somos em liberdade.

A liberdade se faz na consciência.

A Colonização trouxe a mais forte e feroz forma de dominação
que já existiu na história da humanidade.

Na mentalidade.”

Aníbal Quijano
(Sociólogo Peruano)

RESUMO

Neste trabalho propomos uma análise dos estudos pós-coloniais e decoloniais indexados na base de dados Scopus, enfatizando os principais agentes de produção científica: autores e autoras; instituições de pesquisa; agências e instituições de fomento à pesquisa e países produtores. Para executá-la inicialmente apresentamos o contexto de surgimento e de desenvolvimento do colonialismo, com ênfase aos aspectos de conformação da hegemonia e, por conseguinte, do discurso científico. Com a implantação do sistema colonial, compreendemos as relações de dependência que emergem no percurso secular de articulação e de enfrentamento entre os territórios invadidos e as zonas metropolitanas. Posteriormente, caracterizamos a emergência dos estudos pós-coloniais e decoloniais, que surgem como tensionamentos epistemológicos resultantes do processo de luta e de resistência contra a colonização. Assimilamos, portanto, o contexto de surgimento, o florescimento, os campos de disputa, as proposições de ruptura, as continuidades, os contrastes e as reivindicações das duas perspectivas. São consideradas três categorias de importância analítica nesse processo: raça, gênero e classe. A discussão teórica foi baseada no pensamento crítico latino-americano, que, por meio da revisão histórica de desenvolvimento da sociedade, elabora a sua crítica à hegemonia através das Teorias Sociais do Sul. Com vistas à explicitação das temáticas, efetuamos o levantamento, a análise e a caracterização dos estudos utilizando a base de dados Scopus como fonte. A pesquisa possui caráter exploratório-investigativo e abordagem mista. As interpretações dos resultados seguem as pistas da concreticidade histórica por meio de percepções dos modos de desenvolvimento da cartografia epistemológica, utilizando-se da dialética para desvelar os territórios epistêmicos pós-coloniais e decoloniais. Por fim, compreendemos que a permanência das colonialidades na América Latina é fruto das disputas, das dependências, das contradições e das resistências que ultrapassam fronteiras e que não se encerram em binarismos como Norte e Sul. As colonialidades devem ser analisadas em sua complexidade e refinamento, uma vez que operam na formação de elites intelectuais e econômicas e na conformação do discurso científico, percebidas, inclusive, de modo residual nos estudos que se propõe alternativos.

Palavras-chave: Colonialismo. Cartografia epistemológica. Descolonização epistemológica. Estudos pós-coloniais. Estudos decoloniais.

RESUMEN

En esta investigación proponemos un análisis de estudios poscoloniales y decoloniales indexados en la base de datos Scopus, destacando los principales agentes de producción científica: autores y autoras; instituciones de investigación; agencias e instituciones de financiación y países productores. Para ejecutar el análisis presentamos, inicialmente, el contexto del surgimiento y desarrollo del colonialismo, con énfasis en los aspectos de conformación de la hegemonía y del discurso científico. Con la implementación del sistema colonial entendemos las relaciones de dependencia que surgen en el camino secular de articulación y confrontación entre territorios invadidos y áreas metropolitanas. Posteriormente, caracterizamos el surgimiento de los estudios poscoloniales y decoloniales que aparecen como tensiones epistemológicas, producto del proceso de lucha y resistencia contra la colonización. Asimilamos, por tanto, el contexto de emergencia, los campos de disputa, las proposiciones de ruptura, las continuidades y los contrastes de las dos perspectivas. En este proceso se consideran tres categorías de importancia analítica: raza, género y clase. La discusión teórica se basó en el pensamiento crítico latinoamericano, el cual, a través de la revisión histórica del desarrollo de la sociedad, elabora su crítica a la hegemonía a través de las Teorías Sociales del Sur. Para explicar los temas, realizamos el relevamiento de los datos, el análisis y la caracterización de los estudios utilizando como fuente la base de datos Scopus. La investigación tiene un carácter exploratorio-investigativo y un enfoque mixto. Las interpretaciones de los resultados siguen las claves de la concreción histórica a través de las percepciones de los modos de desarrollo de la cartografía epistemológica, utilizando la dialéctica para develar los territorios epistémicos poscoloniales y decoloniales. Finalmente, entendemos que la permanencia de las colonialidades en América Latina es el resultado de disputas, dependencias, contradicciones y resistencias que traspasan fronteras y que no terminan en binarismos como el Norte y el Sur. Las colonialidades deben ser analizadas en su complejidad y refinamiento, ya que operan en la formación de élites intelectuales y económicas y en la conformación del discurso científico, incluso percibido de manera residual en los estudios que proponen alternativas epistemológicas.

Palabras clave: Colonialismo. Cartografía epistemológica. Descolonización epistemológica. Estudios poscoloniales. Estudios decoloniales.

ABSTRACT

This research aims to analyze postcolonial and decolonial studies indexed in the Scopus database, emphasizing the main agents of scientific production: authors, research institutions, funding sponsors, and countries/territories. It presents the emergence and development of colonialism, indicating the aspects of hegemony, and consequently, of scientific discourse. Considering the institution of the colonial system, it was understood the dependency relationships that begin in the secular path of union and conflict between colonial and metropolitan areas. In this context, it investigates the development of postcolonial and decolonial studies that emerge as epistemological alternatives resulting from the process of struggle and resistance to colonization. It assimilates the circumstances of emergence and development, as well as the fields of discussion, disconnections, connections, contrasts, and interests of both theories. Three categories of analytical importance are considered in this investigation: race, gender, and class. The theoretical discussion is based on Latin American critical thought. To analyze the phenomenon, we conducted the survey, examination, and characterization of the studies using the Scopus database as a source. The research has an exploratory and investigative character and a mixed approach, and the interpretations of the results follow the evidence of historical concreteness. To understand the development of epistemological cartography, it uses dialectic to unveil the postcolonial and decolonial epistemic territories. Finally, it understands that the permanence of coloniality is the result of struggles, dependencies, contradictions, and resistances that cross borders and do not end in the North and South binomial. To analyze this issue, one must consider the complexity and refinement of the colonialities that form the intellectual and economic elites and structure scientific discourse, including studies that emerge as epistemological alternatives.

Keywords: Colonialism. Epistemological cartography. Decolonization of knowledge. Postcolonial studies. Decolonial studies.

LISTA DE SIGLAS

AUS	Austrália
BEL	Bélgica
BRA	Brasil
CAN	Canadá
CYP	Chipre
GBR	Reino Unido
IND	Índia
ISL	Islândia
NLD	Países Baixos
SGP	Singapura
SWE	Suécia
USA	Estados Unidos
ZAF	África do Sul

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Proporção dos estudos pós-coloniais e decoloniais	59
Gráfico 2 – Comparação temporal dos estudos pós-coloniais e decoloniais	61
Gráfico 3 – Ocorrência temporal dos estudos pós-coloniais	62
Gráfico 4 – Ocorrência temporal dos estudos decoloniais	64
Gráfico 5 – Ocorrência por áreas e subáreas do conhecimento dos estudos pós-coloniais	66
Gráfico 6 – Ocorrência por áreas e subáreas do conhecimento dos estudos decoloniais	67
Gráfico 7 – Países aos quais pertencem os autores e as autoras pós-coloniais	72
Gráfico 8 – Países aos quais pertencem os autores e as autoras decoloniais	74
Gráfico 9 – Países aos quais pertencem as 10 instituições de pesquisa pós-colonial mais produtivas	76
Gráfico 10 – Países aos quais pertencem as 10 instituições de pesquisa decolonial mais produtivas	77
Gráfico 11 – Países aos quais pertencem as 10 agências e instituições de fomento à pesquisa pós-colonial mais produtivas	80
Gráfico 12 – Países aos quais pertencem as 10 agências e instituições de fomento à pesquisa decolonial mais produtivas	81
Gráfico 13 – Países produtores dos estudos pós-coloniais e decoloniais	83

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Linha Brandt, separação dos países em Norte Global e Sul Global	33
Figura 2 – Mapa da América do Sul, de Joaquín Torres-García. Montevideú, 1936	34
Figura 3 – América Invertida, de Joaquín Torres-García. Montevideú, 1943	35
Figura 4 – Ampliação do conceito colonialidade do poder, por Walter Mignolo	43
Figura 5 – Apresentação da estratégia de busca sobre os estudos pós-coloniais ...	55
Figura 6 – Apresentação da estratégia de busca sobre os estudos decoloniais	56

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	A CONSTITUIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	20
1.2	OBJETIVOS	20
1.2.1	Objetivo geral	21
1.2.2	Objetivos específicos	21
1.3	JUSTIFICATIVA	21
2	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E MANIFESTAÇÃO DO FENÔMENO	24
2.1	COLONIALISMO E ABISSALIDADE: ASPECTOS DE UMA CARTOGRAFIA	25
2.2	A EMERGÊNCIA DOS ESTUDOS PÓS-COLONIAIS E DECOLONIAIS	32
2.3	DA CONFORMAÇÃO DO DISCURSO CIENTÍFICO À PRODUÇÃO CIENTÍFICA	44
3	METODOLOGIA	52
3.1	NATUREZA, ABORDAGEM E OBJETIVO DO ESTUDO	53
3.2	FASES DA PESQUISA	53
3.2.1	Procedimentos Metodológicos	54
3.2.2	Procedimentos de coleta e análise de dados	54
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	58
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO EIXO 1 – INCIDÊNCIA TEMPORAL E POR ÁREAS E SUBÁREAS DO CONHECIMENTO	58
4.2	CARACTERIZAÇÃO DO EIXO 2 – AGENTES DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA	70
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
	REFERÊNCIAS	89

1 INTRODUÇÃO

A reconstituição do percurso sócio-histórico-antropológico de formação do mundo contemporâneo é fundamental para compreendermos o surgimento dos estudos pós-coloniais e decoloniais como fruto de tensionamentos sociais, políticos, econômicos, culturais e, tratado de modo mais específico neste trabalho, epistemológicos. Com vistas à compreensão dessa travessia, partimos do panorama histórico que deságua na formação da *cartografia epistemológica*, conceito que versa sobre as profundas diferenças cognitivas entre os países imperialistas e os países subalternos, e que é delineada por *linhas abissais* (SANTOS, 2007).

O pensamento abissal, do qual provêm tais linhas, é proposto por Santos (2007) ao analisar as profundas distinções entre países que estão localizados no Norte e no Sul Global, categorias que se referem aos territórios imbricados nos processos de colonialismo e de neocolonialismo e que possuem intensas desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais.

Essa divisão ocorre de modo tão demarcado que os países deste lado da linha, ou seja, localizados no Sul Global, são “produzidos como inexistentes”, não existindo sob qualquer modo de relevância ou compreensibilidade. Um aspecto fundamental dessa relação é “a impossibilidade de co-presença dos dois lados da linha”, reafirmando “a inexistência, a invisibilidade e a ausência não-dialética” (SANTOS, 2007, p. 71).

Defendemos que a proposição de “conhecimento universal”, diferentemente do discurso hegemônico que predomina no sentido de neutralizar a violência epistêmica, não é fruto de trocas culturais e de articulações amigáveis durante o período colonial. Tal romantização, inclusive, é utilizada pelo imperialismo como justificativa de permanência da hegemonia cultural. O surgimento dessa “universalidade” reside no processo violento de invasão de territórios; espoliação, opressão e aniquilação de povos e culturas; e imposição do modo eurocêntrico de perceber e de atribuir sentidos ao mundo, compondo a realidade.

Os estudos pós-coloniais e decoloniais tensionam a epistemologia dominante na medida em que tematizam questões fundamentais para o enfrentamento da abissalidade (profundas diferenças simbólicas e concretas) e propõem a adoção de perspectivas não-hegemônicas. Deste modo, justificamos a importância de compreender o discurso hegemônico e, conseqüentemente, a cartografia

epistemológica que influi no discurso científico, possibilitando avaliar se tais proposições se efetuem na produção científica.

Sinalizamos a necessidade de historicizar os discursos para dimensionar a sua implicação teórica, epistemológica e social. Deste modo, a compreensão histórica de surgimento e efetuação de tais estudos se mostra fundamental na análise. Outrossim, o uso da dialética para explicitar as conformações e os tensionamentos desses estudos permite observar os matizes, as nuances e os contrastes que se materializam na produção científica. Consequentemente, problematizamos a efetuação do discurso científico (ADINOLFI, 2007), que provém de uma tradição ocidental (de aceção eurocentrista) de produção de conhecimento, refletindo sobre os validadores epistêmicos e discursivos, os obstáculos encontrados e a corporatura da produção científica.

A pesquisa, de caráter exploratório-investigativo (GIL, 2008; LAKATOS; MARCONI, 2003) e de abordagem mista (CRESWELL, 2007), analisa a ocorrência de estudos pós-coloniais e decoloniais na base de dados Scopus, examinando e caracterizando os resultados que se localizam em dois eixos: a distribuição temporal e por áreas e subáreas do conhecimento e os agentes de produção científica com maior produtividade.

O viés interpretativo provém da tradição do pensamento crítico latino-americano que se contrapõe ao colonialismo e suas reconfigurações na atualidade, percebendo, com atenção, as relações entre Norte e Sul Global e sua vinculação com o projeto político imperialista. Intencionamos, com esse processo, avaliar se as questões tematizadas na discussão teórica se materializam na produção científica das duas perspectivas: pós-colonial e decolonial.

O trabalho está dividido em cinco partes. Após a introdução, apresentamos o referencial teórico que aborda a elaboração da cartografia epistemológica, desde os confrontos e as articulações coloniais até as aprimoradas relações de dependência epistêmica e de modulação do discurso científico que se materializa na produção científica. Na terceira parte, discorreremos sobre a metodologia utilizada no trabalho, esclarecendo o percurso realizado e os procedimentos adotados na execução da pesquisa e na análise dos dados. A quarta parte apresenta os dados e desenvolve a interpretação qualitativa, investigando suas relações com a formação da cartografia epistemológica, do discurso científico e da produção científica. Por fim, são apresentadas as considerações finais deste estudo.

1.1 A CONSTITUIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

As problematizações expressas durante nossa rota de formação no curso de Biblioteconomia sugerem a adoção de uma postura crítica desde a América Latina. Deste modo, investimos em analisar a concepção de ciência permeada pelas questões de raça, gênero e classe a partir da tradição do pensamento crítico latino-americano. Compreendemos, nesse intercurso, que a relação pesquisador e área do conhecimento opera em um estado de simbiose, no qual as percepções epistemológicas moldam o sujeito, alterando a sua noção do que é saber, ao passo que o sujeito conforma o campo de pesquisa.

É oportuno lembrar, contudo, que tratamos de um território específico, localizado nas “linhas abissais” e constituído a partir de processos de “violência e apropriação” (SANTOS, 2007), cujo percurso histórico influi a colonização da subjetividade, cristalizada na concepção do que é conhecimento e “quais narrativas são válidas na produção científica” (ADINOLFI, 2007). Notadamente, produz-se uma profunda “injustiça cognitiva” no confronto entre Norte e Sul Global, na medida em que são excluídos, sistematicamente, modos de ver e de interpretar o mundo que se diferenciam da visão europeia, o que favorece o estabelecimento da dependência epistêmica (SANTOS, 2007).

Ademais, não ignoramos que o uso de mecanismos de controle, vigilância e punição impedem, em muitos casos, no âmbito institucional e em nível subjetivo, a pluralidade de conhecimentos e a adoção de metodologias alternativas aos estudos propostos. Neste sentido, parece-nos coerente mirarmos a efetuação de pesquisas que, de algum modo, tensionam as relações constitutivas da elite intelectual.

Tendo em vista as considerações tratadas nesta seção, perguntamo-nos: como se caracterizam os estudos científicos sobre pós-colonialismo e decolonialidade?

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos desta investigação são apresentados a seguir.

1.2.1 Objetivo geral

Compreender o processo histórico-epistemológico de efetuação dos estudos pós-coloniais e decoloniais à luz da produção científica depositada na Scopus.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Problematizar as implicações do colonialismo em relação à produção de conhecimento científico;
- b) Compreender as diferenças conceituais entre pós-colonialismo e decolonialidade;
- c) Caracterizar a produção científica sobre estudos pós-coloniais no que tange à incidência temporal, à incidência por áreas e subáreas do conhecimento e os agentes mais produtivos;
- d) Caracterizar a produção científica sobre estudos decoloniais no que tange à incidência temporal, à incidência por áreas e subáreas do conhecimento e os agentes mais produtivos;
- e) Mapear a ocorrência de estudos pós-coloniais e decoloniais na base de dados Scopus abrangendo o período de 1935 a 2019.

1.3 JUSTIFICATIVA

Nosso interesse pela temática teve início com os estudos sobre Poder e Informação, disciplina ministrada, à época, pelo professor Jackson Medeiros, paralelamente às discussões ocorridas no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), das quais participamos avidamente.

Os debates apontaram a necessidade, ainda incipiente, de compreendermos as questões centrais da América Latina, sobretudo as especificidades de sua formação social, política, econômica e cultural, consolidada nas provocações de professores e nas falas e relatos de experiência dos alunos. Concomitantemente, aproximamo-nos das discussões sobre a efetivação de pesquisas na área da Ciência da Informação que consideravam recortes de raça, gênero e classe, precisamente.

À vista disso, após a imersão em um período efervescente de ideias, passamos a integrar o projeto de pesquisa “Apropriação, uso e compartilhamento de informações

científicas pela sociedade”, liderado pelo professor Rodrigo Caxias, podendo, de modo sistemático, apropriar-nos dos instrumentos pertinentes à execução deste estudo.

Ecoando Gramsci (1978), atingidos por essas percepções, empreendemos a composição de um “inventário”, na medida em que elaboramos o histórico do conformismo do qual fazemos parte. Deste modo, investimos em nos inteirar de nossa historicidade, visando à “progressiva autoconsciência”, que permite, de modo crítico, a reelaboração de nossa forma de perceber e de interpretar o mundo, produzindo sentidos outros.

Ao trazermos a discussão concernente à subjetividade assumimos que o colonialismo – que opera em diversos níveis, dentre os quais, o psíquico –, estrutura a sociedade e mantém as relações de poder por meio de práticas regulatórias e de gerenciamento dos indivíduos, tolhendo agentes e periferizando discursos. Compreendemos a ocidentalização do pensamento que exclui, diligentemente, os saberes tradicionais dos povos originários, *importando* uma visão de mundo eurocêntrica materializada no discurso científico e na produção científica (QUIJANO, 2005).

A conformação do campo científico pelas narrativas consideradas dominantes e válidas inviabiliza a adoção de metodologias alternativas e de manifestações teóricas diversas. Evidenciamos, neste cenário, a ausência de estudos que contemplem um panorama crítico da discussão pós-colonialismo e decolonialidade na Ciência da Informação, sobretudo a centralidade da Cartografia Epistemológica na compreensão da produção científica.

Justificamos a contribuição desta pesquisa à Ciência da Informação como problematização epistemológica, desvelando assuntos que não são comumente matizados e tematizados pela área. Todavia, é imprescindível pontuarmos que, não obstante os esforços em compreender os contextos históricos de manifestação das teorias pós-coloniais e decoloniais, além do processo analítico de efetuação das pesquisas em torno dessas temáticas, não esgotamos as possibilidades de abordagem, que se mostram múltiplas em sua capacidade de inquietação, como está impresso neste trabalho.

Enfatizamos, portanto, a necessidade de nos debruçarmos sobre perspectivas alternativas à análise de fenômenos contemporâneos, especialmente no que tange à compreensão das influências profundas às quais nossas sociedades e,

particularmente, nossas *mentalidades* são submetidas, manifestando-se na produção de conhecimento e na manutenção do discurso de ciência universal. Dadas as considerações iniciais, prosseguimos à discussão teórica que embasa este trabalho.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E MANIFESTAÇÃO DO FENÔMENO

Neste capítulo desvelamos a perspectiva teórica e os elementos conceituais que balizam o estudo. Na primeira seção, apresentamos a contextualização histórica de manifestação do colonialismo, que é decorrente da instituição de práticas de dominação colonial, com vistas à garantia de exploração dos territórios invadidos. Desde sua constituição, compreendemos as relações de dependência que afloram no percurso secular de articulação e de confronto entre os países – cujos territórios foram invadidos –, e os interesses das zonas metropolitanas, que promoveram tais invasões. Por fim, tratamos do imperialismo e de sua vigência nas relações de poder que não se encerram em binarismos como “dominantes e dominados”, aprimorando-se na medida em que formam as elites intelectuais que, por sua vez, conformam o discurso científico por meio da produção científica.

A segunda parte trata da caracterização das categorias Norte e Sul Global, compreendendo os usos adotados por diferentes áreas. A partir dessa diferenciação, que nos permite entender as complexas relações entre os países localizados no Norte e no Sul, passamos à emergência dos pensamentos pós-colonial e decolonial, desde o surgimento, o florescimento, os campos de disputa, as reivindicações e as divergências, as proposições de ruptura, as continuidades e os contrastes. A tessitura teórica é estruturada por meio de contextualização das duas perspectivas e de sua articulação com as questões sociais, uma vez que são consideradas três categorias de importância analítica nesse processo: raça, gênero e classe.

Finalmente, após a caracterização dos estudos, chegamos à terceira parte, na qual discorreremos acerca da modulação do discurso científico, da produção científica e da formação de elites intelectuais. Destacamos os critérios de avaliação da produção científica e as implicações de seu uso nas tensões entre Norte (centro) e Sul (periferia). Por fim, compreendemos que o conhecimento e a produção intelectual são vistos como mercadorias no sistema capitalista, produzindo uma rede que envolve o pesquisador e o impede, inclusive, de compreender o processo de alienação no sistema de divisão internacional do trabalho, dinâmica própria do capitalismo que garante a permanência de abissalidades – profundas diferenças cognitivas e epistêmicas atravessadas por questões culturais e econômicas – na produção científica.

2.1 COLONIALISMO E ABISSALIDADE: ASPECTOS DE UMA CARTOGRAFIA

As constantes investidas dos países europeus no intento de expansão de seus domínios resultaram na invasão¹ de Abya Yala, Pindorama² e demais territórios, em meio a um processo violento de apropriação, genocídio, etnocídio e epistemicídio. A instituição do sistema de dominação colonial nos territórios invadidos permitiu que o colonialismo se tornasse “um modo de percepção do mundo e de enquadramento da vida social”. Ademais, foi por meio da criação de categorias que pudessem classificar as pessoas e as coisas que ocorreu a hierarquização das relações e o sustento das práticas de dominação (TRAJANO FILHO; DIAS, 2015).

Ressaltamos dois aspectos que confluíram neste processo de estabelecimento do poder. O primeiro diz respeito à exploração dos territórios e à imposição das relações de soberania e de servidão entre as zonas metropolitanas e as zonas coloniais (SANTOS, 2007). O acirramento das disputas e a permanente exploração refletiram na constituição paulatina de uma “geografia da fome”, que categorizou um “mundo subdesenvolvido, [...] de miséria e desumano”, como descreve Fanon (1968, p. 175). É derivado deste período o desenvolvimento do capitalismo colonial, que instituiu, gradativamente, a divisão internacional do trabalho, como apontam Frank (1980) e Marini (2017)³.

O segundo aspecto trata da percepção relativa à forma de produção do conhecimento e à efetuação da produção científica, que será explanado mais atentamente nessa investigação. As estruturas do colonialismo influíram no campo econômico, na manutenção de classes sociais, na formação do Estado e da política e, sobretudo, na cultura, dando origem a um modo *aceitável* de ver o mundo, de se

¹ Ressaltamos o notável trabalho de William Hickling Prescott, historiador estadunidense que escreveu ostensivamente sobre esse período nos volumes *História da Conquista do México* (1843) e *História da Conquista do Peru* (1847), determinando que tal processo se configura como *invasão*, categoria que utilizamos neste estudo e que foi adotada por outros autores alinhados ao revisionismo histórico latino-americano (DUSSEL, 1995, 1998, 2005; QUIJANO, 2005).

² O termo *Abya Ayala* (“Terra Madura”, “Terra Viva” ou “Terra em Florescimento”, na língua do povo Kuna) vem sendo utilizado como autodesignação dos povos originários em oposição à “América”, expressão proveniente da colonização. Embora tenha sido registrado em 1507 pelo cosmólogo Martin Wakdsmüller e, posteriormente, utilizado por outros pensadores, foi somente em 2004 que teve seu uso político de modo explícito, durante a II Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala, realizada em Quito, no Equador. Igualmente, *Pindorama* (“Terra das Palmeiras”), termo de origem tupy-guarani, é utilizado pelos povos originários para se referir ao território que atualmente corresponde ao Brasil (KANTULE, 2015; PORTO-GONÇALVES, 2015).

³ Destacamos que não houve feudalismo na América Latina, embora Mariátegui (2007) tenha apontado vestígios de feudalidade ou “realidade semi-feudal”.

relacionar com ele e de dar sentido à realidade. Santos (2007, p. 72) dimensiona essas relações afirmando que

O pensamento abissal moderno se destaca pela capacidade de produzir e radicalizar distinções. Por mais radicais que sejam essas distinções e por mais dramáticas que possam ser as consequências de estar em um ou outro de seus lados, elas pertencem a este lado da linha [Norte Global] e se combinam para tornar invisível a linha abissal na qual estão fundadas. As distinções intensamente visíveis que estruturam a realidade social deste lado da linha se baseiam na invisibilidade das distinções entre este e o outro lado da linha [Sul Global].

Os aspectos materiais e simbólicos ou, ao modo de Santos (2007), as *linhas visíveis e invisíveis* operaram – e continuam operando – simultaneamente, de forma a estruturar o sistema de dominação. Foi a partir da categorização de seres humanos, sobretudo no que tange à raça, que se produziu a subjetividade subalternizada, gerando cada vez mais dependência e, assim, “justificando” a interferência externa no contexto colonial (QUIJANO, 2005).

O colonialismo permitiu que os invasores atribuíssem aos povos colonizados o lugar de “outro”: um ser humano inferior, de “segunda categoria”, alheio às próprias vontades e que precisava ser conduzido. Os invasores buscaram, assim, justificar os usos de mecanismos de dominação e normalizar *o que é e o que representa* ser humano (FANON, 2008; TRAJANO FILHO; DIAS, 2015). Quijano (2005) define a atribuição de novas “identidades geoculturais” neste período de tensão cultural, tendo a raça como categoria principal na diferenciação entre brancos e povos indígenas/povos negros.

No que tange às pessoas negras que foram raptadas em África, torturadas física e psicologicamente, e escravizadas, Mbembe (2014) reforça que o colonialismo e o desenvolvimento do capitalismo ocasionaram a *territorialização da raça* e a *racialização do espaço*, ao vincular, indelevelmente, o negro à África, o que refletirá, mais adiante, no subdesenvolvimento desse território e na ligação secular dos povos racializados com a subalternidade.

Mbembe (2014) defende, ainda, que o negro é uma “ficção”, fruto de “fabulações” que o coisificam, tomando-o por objeto, um “pré-humano”. Fanon (2008) ressalta que os sequestradores (brancos), comparavam os negros a animais, considerando-os sub-humanos, isto é, menos humanos do que os brancos. O mesmo ocorreu com os indígenas, chegando ao ponto de brancos questionarem se eles

possuíam alma (QUIJANO, 2005). Conforma-se, deste modo, que o branco se tornou a expressão máxima de universalidade, a normativa, a representação *do que é e do que representa* ser humano.

Deste modo, os invasores assumiram que esses povos eram incapazes de se autogovernar, necessitando da tutela dos europeus, reduzindo-os à condição de escravidão e de exploração que, mais adiante, persistirá nas relações de divisão do trabalho. Dadas as reflexões, concluímos que a *produção da diferença* foi o fator determinante em tais relações de poder e que, futuramente, será constituinte da categoria subalternidade (BALLESTRIN, 2020a).

Conjuntamente, o colonialismo efetuou a *descivilização do colonizador*, como denunciado por Césaire (1971), dando origem a um jogo nefasto entre povos que tiveram seus territórios invadidos e os povos que os invadiram, o qual foi apontado notavelmente por Fanon (2008). A perversidade da colonização esteve, portanto, imbricada na violência e na opressão desses povos e no embrutecimento do invasor, para que fosse bem sucedido o intento civilizatório e, mais tarde, “humanitário”. Nota-se, portanto, que o colonialismo se sutilizou, ramificando-se em níveis profundos, atingindo, de modo perverso, a *mentalidade* dos indivíduos, produzindo subjetividades peculiarmente condicionadas por essas relações de interferência.

Não obstante as representações de humanidade, vinculadas ao colonialismo e à racialização da sociedade, tem início o processo de estabelecimento da visão eurocêntrica de mundo, a qual se difunde como totalizante e normativa. As origens do eurocentrismo remontam à observação da realidade a partir de uma experiência europeia, acreditando-se na existência de sociedades que condensam a experiência humana e na ideia de que a Filosofia tem seu início no Ocidente, postulados por Kant e Hegel, respectivamente, e contrapostos por Dussel (1995, 1998, 2005, 2008), que questiona a incorporação do ideal de Modernidade pelos povos ao Sul da linha e propõe a categoria *transmodernidade* para explicar seu ponto de vista.

Para o autor, as culturas originárias “guardam alteridade em relação à Modernidade europeia” e necessitam ser compreendidas em suas assimetrias nas relações com as culturas dominantes:

Por não serem modernas, essas culturas [originárias] não podem ser “pós-modernas. São pré-modernas (anteriores à Modernidade), contudo contemporâneas à Modernidade e logo serão transmodernas. O pós-modernismo é uma fase final da cultura moderna euro-americana, o “centro” da Modernidade. [...] Assim, o conceito estrito de “transmoderno” indica essa

novidade radical que significa o surgimento – como se a partir do nada – da exterioridade, da alteridade, do sempre distinto, de culturas universais em desenvolvimento, que assumem os desafios da Modernidade e, até mesmo, da pós-modernidade euro-americana, mas que respondem a partir de outro lugar [...] do ponto de sua própria experiência cultural, diferente da euro-americana, portanto capaz de responder com soluções completamente impossíveis para a cultura moderna única. (DUSSEL, 2016, p. 62).

Contudo, Dussel não descarta os aspectos positivos da Modernidade e sim reforça a avaliação *críteriosa e crítica* de seu surgimento e implicação nas relações do Sul da linha, incluindo a determinação de que tais sociedades são pós-modernas, o que sublima as ramificações do colonialismo. A defesa pela transmodernidade é movente das linhas que compõem a cartografia epistemológica, ao passo que não toma a Europa e seu desenvolvimento cultural como referência para o desenvolvimento de outras culturas, ainda que reconheça as interferências nesse processo.

O autor apresenta três categorias ilustrativas da “exterioridade” europeia: o *orientalismo*, descrito por Edward Said (1990); o *ocidentalismo eurocêntrico*, fabricado, entre outros, por Hegel; e a existência de um *Sul da Europa* (DUSSEL, 2008). A articulação do eurocentrismo é delineada por Quijano no excerto a seguir:

O confronto entre a experiência histórica e a perspectiva eurocêntrica de conhecimento permite apontar alguns dos elementos mais importantes do eurocentrismo: a) uma articulação peculiar entre um dualismo (pré-capital-capital, não europeu-europeu, primitivo-civilizado, tradicional-moderno, etc.) e um evolucionismo linear, unidirecional, de algum estado de natureza à sociedade moderna européia; b) a naturalização das diferenças culturais entre grupos humanos por meio de sua codificação com a ideia de raça; e c) a distorcida relocalização temporal de todas essas diferenças, de modo que tudo aquilo que é não-europeu é percebido como passado. Todas estas operações intelectuais são claramente interdependentes. E não teriam podido ser cultivadas e desenvolvidas sem a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005, p. 127).

A categorização de seres humanos a partir da raça dá origem à divisão internacional e social do trabalho (QUIJANO, 2005) que conforma, paulatinamente, a *cartografia abissal* (SANTOS, 2007), ou seja, a materialização das profundas diferenças sociais, econômicas, culturais e políticas entre as nações:

Essa colonialidade do controle do trabalho determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial. Em outras palavras, determinou a geografia social do capitalismo: o capital, na relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus

recursos e de seus produtos. Isso o tornava dominante sobre todas elas e dava caráter capitalista ao conjunto de tal estrutura de controle do trabalho. Mas ao mesmo tempo, essa relação social específica foi geograficamente concentrada na Europa, sobretudo, e socialmente entre os europeus em todo o mundo do capitalismo. E nessa medida e dessa maneira, a Europa e o europeu se constituíram no centro do mundo capitalista. (QUIJANO, 2005, p. 119-120).

Retomando, temos um cenário de produção de sentidos (*quem* pode falar e o *que* deve ser dito) e de divisão do trabalho materializada na dicotômica relação de exploração e subsistência. As duas formas permanecem se articulando e gerando cada vez mais diferenças entre os territórios e suas populações. Quijano (2005, p. 121, *itálico nosso*), discorre a respeito:

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma *intersubjetiva*, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento.

Ao final dos 332 anos⁴ de colonialismo e de luta e de resistência contracolonial, a rearticulação das relações principiadas no estatuto colonial opera na permanência de formas de dominação aprimoradas. Ouriques (2020c), ressalta a continuidade do colonialismo enraizado e reconfigurado:

O colonialismo, como realidade econômica, sucumbiu após as formações dos estados nacionais e dos processos de independência, fossem mais agressivos, através de guerras, ou mais articulados com a metrópole, como é o caso do Brasil. É claro que o colonialismo subsiste como um substrato político, ideológico, cultural e econômico que pode ser compreendido, genericamente, como as estruturas de dependência que superam aquela realidade [colonial] sem suprimi-la totalmente (OURIQUES, 2020c, vídeo).

Temos, ao final desse processo, a consolidação do sistema capitalista e a ampliação das relações de dependência. A geração de dependência, resultado do processo de tensionamento e de conformação histórica, é “entendida como uma

⁴ Desde a chegada de Cristóvão Colombo a Abya Yala, em 12 de outubro de 1492, até o dia 09 de dezembro de 1824, na Batalha de Ayacucho, no Peru, comandada pelo general Antonio José de Sucre, aliado de Simón Bolívar.

relação de subordinação entre nações formalmente independentes” por Marini (2017, p. 327) durante a Revolução Industrial:

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.

Neste cenário, o neocolonialismo torna-se um componente intrínseco do subdesenvolvimento da dependência na América Latina, gerando um novo conceito de fundamental importância: o imperialismo (FRANK, 1980). Marini (2013, p. 52) esclarece como o projeto imperialista se fortaleceu a partir da presença e da articulação das classes dominantes locais:

Deste modo, com maior ou menor grau de dependência, a economia que se cria nos países latino-americanos, ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do seguinte, é uma economia exportadora, especializada na produção de alguns poucos bens primários. Uma parte variável da mais-valia que aqui se produz é drenada para as economias centrais, pela estrutura de preços vigente no mercado mundial, pelas práticas financeiras impostas por essas economias, ou pela ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção. As classes dominantes locais tratam de se ressarcir desta perda aumentando o valor absoluto da mais-valia criada pelos trabalhadores agrícolas ou mineiros, submetendo-os a um processo de superexploração. A superexploração do trabalho constitui, portanto, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial.

Entretanto, o jogo imperialista, à exemplo do que ocorreu durante o colonialismo, não se esgotou no binarismo dominantes e dominados. Antes, teve início a criação de uma elite intelectual que se distanciou de seu próprio povo, o que permitiu a permanência dos interesses imperialistas⁵. Dussel (2016, p. 52-53) revela tais engendramentos manifestados durante os anos 1970, com o recrudescimento das relações de dependência em meio ao estabelecimento gradual de ditaduras civis militares com o apoio estadunidense:

⁵ Entre eles o extermínio de povos indígenas, tratado no livro *Modernidad y Blanquitud*, do filósofo equatoriano Bolívar Echeverría (2010).

[...] Era o início da desmistificação de “heróis” nacionais que haviam concebido o modelo neocolonial do país e que mostrava seu esgotamento. Uma cultura “imperial” (a do “centro”), com origem na invasão da América em 1492, enfrentava as culturas “periféricas” na América Latina, África, Ásia e Europa Oriental. Não era um “diálogo” simétrico, mas de dominação, exploração e aniquilação. Além disso, nas culturas “periféricas” existiam elites educadas pelos impérios, como escreveu Sartre (1968) na “Introdução” de *Os condenados da Terra*, de Frantz Fanon; elites que repetiam como eco o que tinham aprendido em Paris ou Londres; elites ilustradas neocoloniais, leais aos impérios, que se distanciavam de seu próprio “povo” e o utilizavam como refém de sua política dependente.

Ainda sobre a permanência e o engendramento das elites, o autor destaca os pontos principais de sua formação alinhada à política imperialista:

1. uma cultura, a ocidental, metropolitana e eurocêntrica que dominava com a pretensão de aniquilar todas as culturas periféricas; 2. as culturas pós-coloniais (América Latina desde o século XIX e Ásia e África, após a Segunda Guerra Mundial), fragmentadas internamente entre a. grupos articulados aos impérios, elites “ilustradas”, cujo domínio significava dar às costas para a cultura ancestral regional; e b. a maioria da população, fiel às suas tradições, defendendo-se (muitas vezes de forma fundamentalista) contra a imposição de uma cultura técnica e economicamente capitalista. (DUSSEL, 2016, p. 52-53).

Neste ponto, é importante estabelecermos nosso entendimento sobre a concreticidade do colonialismo (que permanece como substrato), em consonância ao exposto inicialmente. Tal discernimento se faz necessário na medida em que ecoa a ideia de que o colonialismo se dá especificamente na mentalidade, como denunciado por Ouriques (2020c). Deste modo, somamos nossa voz a do autor, pois compreendemos que não se trata de uma estrutura exclusivamente psíquica, em que basta “descolonizar a mente” para que ocorra a descolonização em termos concretos.

É evidente a materialidade e a permanência do colonialismo que se rearticula ao longo dos séculos, atingindo violentamente e com precisão as classes ditas subalternas e as “maiorias minorizadas”, para utilizarmos uma expressão do professor Richard Santos (2020). O colonialismo, que tem materialidade histórica, portanto, é percebido de modo concreto nas relações econômicas, políticas, sociais e culturais e não deve ser ingenuamente combatido apenas com a compreensão de sua historicidade sem a vinculação a políticas de enfrentamento ao imperialismo, categoria que rearticula os modos de dominação política, econômica e cultural.

Recuperando o eco fanoniano, o processo de reivindicação da cultura ancestral justifica a formação de uma *cultura nacional futura*, compreendendo que os esforços

para provocar a alienação foram deliberadamente construídos, ou seja, partem de um planejamento de domínio, arrancando os povos originários das “trevas”. Tal ação provoca “no plano psicoafetivo do colonizado uma mutação de importância fundamental”, cuja deformação cultural se sustenta em uma espécie de “perversão lógica” imbricada na “tarefa de desvalorização da história do período anterior à colonização” (FANON, 1968, p. 175).

Defendemos, com base nessas reflexões que a soberania de nossas nações e a emergência de um pensamento autônomo, com bases críticas em nossa historicidade, ameaça a hegemonia e a permanência de modos de exploração e de dependência epistêmica. Enfatizar a mentalidade colonizada e a produção da subjetividade subalternizada como produtos do colonialismo e de seus desdobramentos atuais é fundamental para resistir às formas de dominação econômicas, políticas, sociais e culturais. Pensar o mundo exclusivamente pelo viés do colonizador é permitir que sejam mantidas estruturas de poder que nos escravizam. Assim, novamente, ressaltamos a importância de revisar a historiografia e a epistemologia dominantes.

A libertação somente é possível a partir da conscientização dos discursos que conformam a nossa realidade. Entretanto, isso não deve encerrá-la. É preciso considerar a materialidade desses discursos na produção científica. Neste ínterim, as tematizações propostas pelos estudos pós-coloniais e decoloniais se mostram importantes, ainda que possuam contrastes relevantes e que devam ser compreendidas em sua complexidade, como abordaremos na próxima seção.

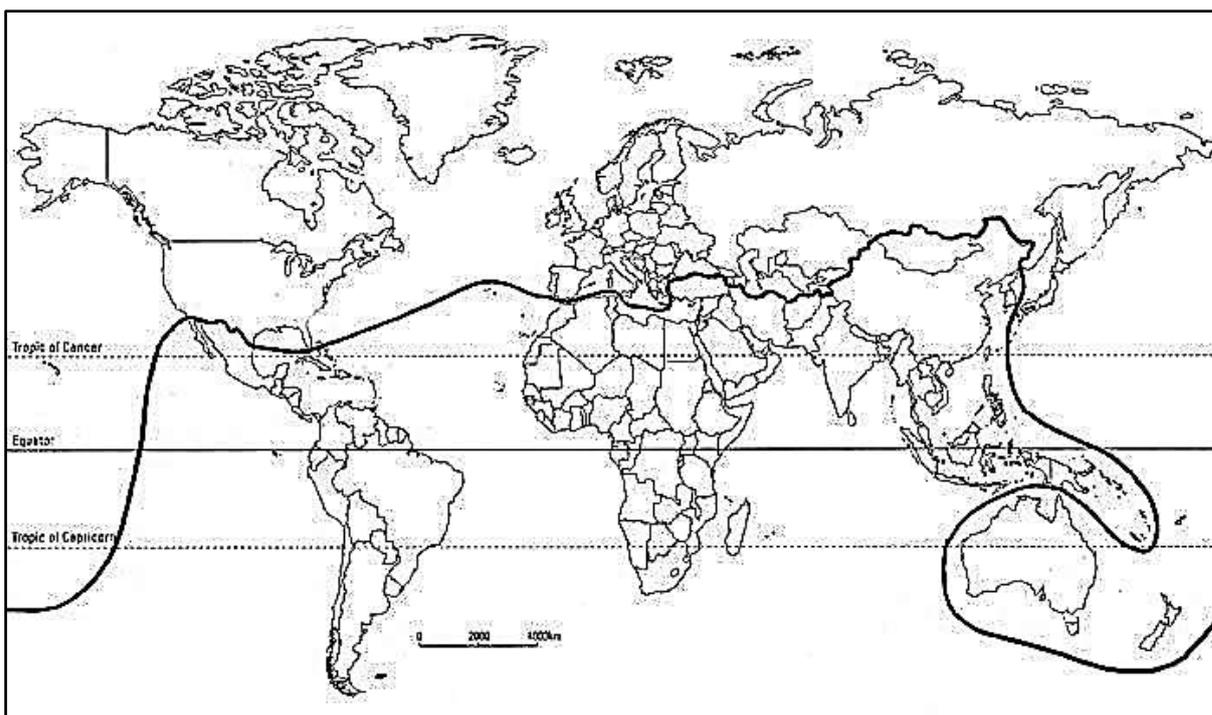
2.2 A EMERGÊNCIA DOS ESTUDOS PÓS-COLONIAIS E DECOLONIAIS

Nossa discussão inicia com a compreensão do Sul Global como categoria para se pensar o projeto político imperialista no século XXI e sua relação com a emergência dos estudos pós-coloniais e decoloniais. Ballestrin (2020a) destaca três usos para a categoria: o uso descritivo, o uso identitário e o uso acadêmico, os quais abordaremos mais profundamente nos próximos parágrafos.

O uso descritivo se refere à compreensão no léxico das relações internacionais e baseia os programas de cooperação Sul-Sul (Ballestrin, 2020a, 2020c). A noção de Sul emerge no final dos anos 1970 com a apresentação do relatório “Norte-Sul: um Programa para a Sobrevivência”, da Comissão Independente de Assuntos

Internacionais, que foi constituída em 1977 e presidida por Willy Brandt (BALLESTRIN, 2020b). O mapa apresentado (Figura 1) revela a demarcação de fronteiras entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, que, anteriormente, eram conhecidos como países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Figura 1 – Linha Brandt, separação dos países em Norte Global e Sul Global



Fonte: Brandt Report⁶

Essa dicotomia entre Norte e Sul Global é decorrente do volume de PIBs nacionais dos países no final dos anos 1970, constituindo o parâmetro principal e universal. Para Ballestrin (2020a), essas características ganham importância para a “modernidade colonial imperial”, resultando em uma *atribuição positiva* para a visão de desenvolvimento apresentada no relatório.

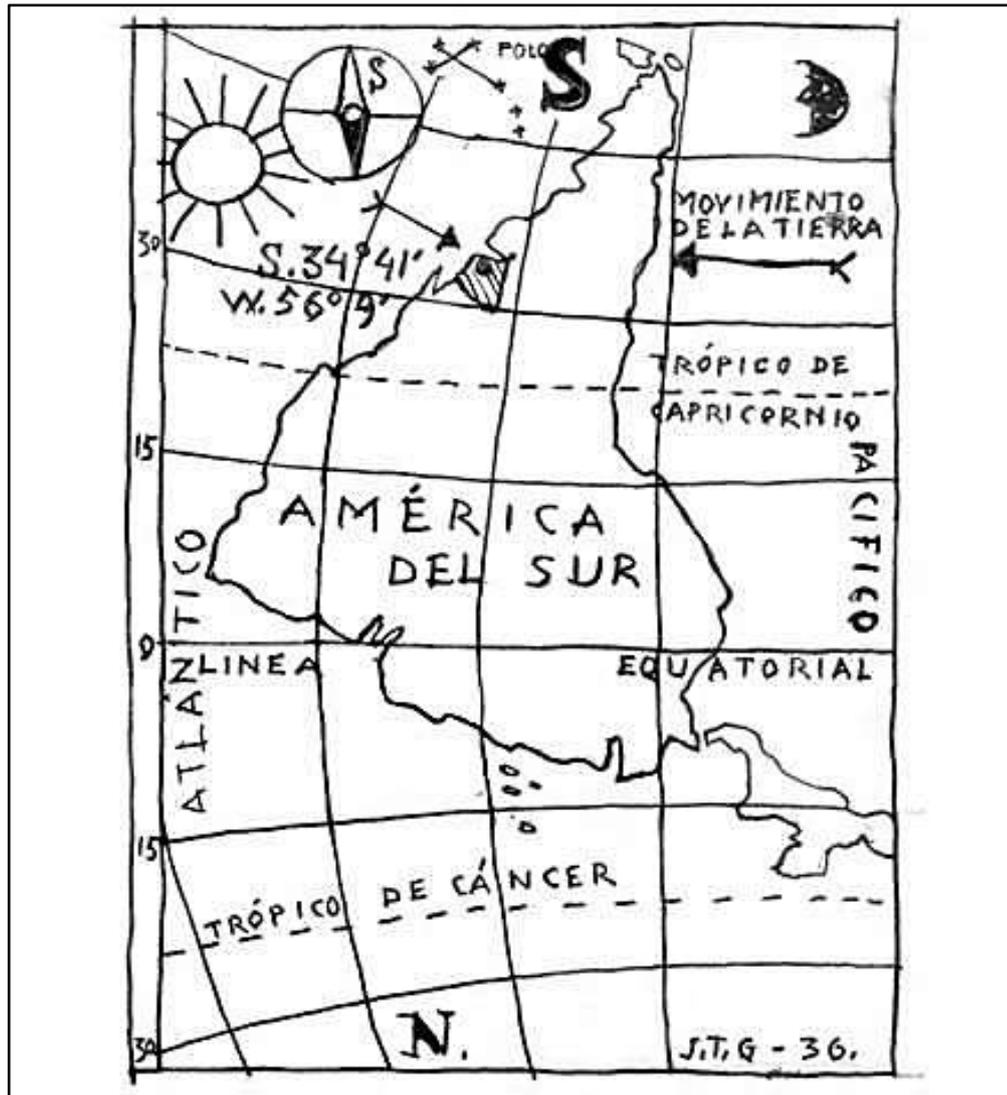
Entretanto, não é a primeira vez que o Sul aparece como categoria que determina as relações entre os países imbricados nos processos neocoloniais. Em 1936, o artista plástico uruguaio Joaquín Torres-García publica o desenho “Mapa da América do Sul” na revista *Circulo y Cuadrado*, de Montevideú (Figura 2).

A razão dessa *subversão cartográfica* é explicada por Kern (2012), que esclarece se tratar de uma desmistificação da “inexistência da tradição indígena”,

⁶ Verbetes disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Brandt_Report

colocando o Sul na posição que reivindica para si e não como determinam os países “do Norte”. A autora ainda destaca que Torres-García não defendia a ruptura total com a Europa no processo de independência cultural e sim a *autonomía* na produção artística e na liberdade de pensamento e de expressão, buscando outros aportes para as manifestações.

Figura 2 – Mapa da América do Sul, de Joaquín Torres-García. Montevidéo, 1936.



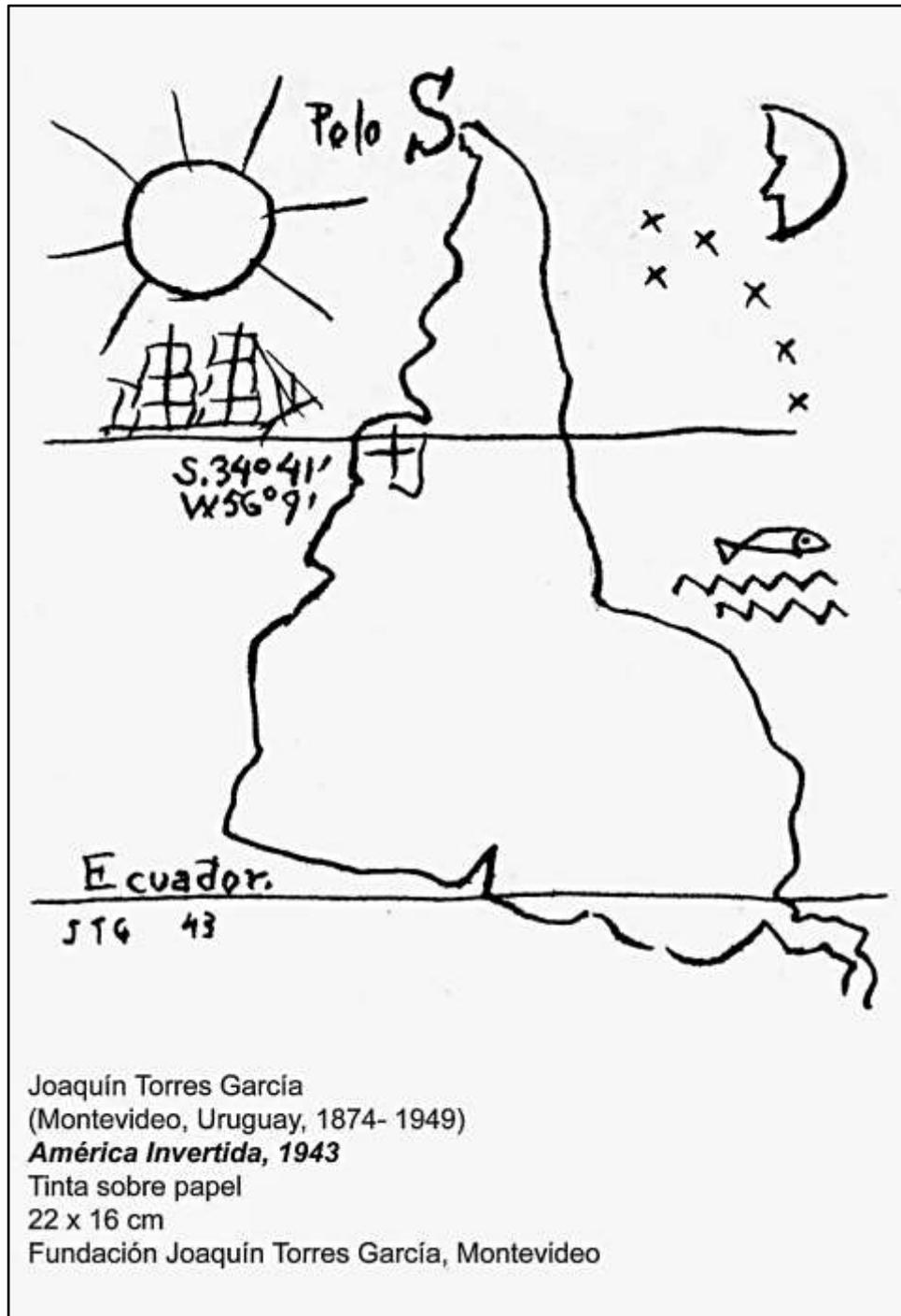
Fonte: Projeto Arte Activo: Catálogo Digital de Artistas Visuales de Uruguay (2020)⁷.

Em 1943, Torres-García publica um novo desenho (Figura 3). Essas produções, para Ballestrin (2020b), recriam o imaginário subalterno através da inversão geopolítica da América. Tais *desconstruções cartográficas* representam os

⁷ Disponível em: <http://museos.gub.uy/artectivo/item/torres-garcia-joaquin.html>. Acesso em: 14 set. 2020.

espaços mentais e geográficos ao definir, nas palavras de Torres-García, que “o nosso Norte é o Sul”.

Figura 3 – América Invertida, de Joaquín Torres-García. Montevideú,1943.



Fonte: Incubadora de Artistas. (2014).⁸

⁸ Disponível em: <https://incubadoradeartistas.wordpress.com/2014/08/15/10-obras-da-historia-da-arte-por-artistas-da-ia/>. Acesso em: 14 set. 2020.

Gradualmente consolida-se a visão de subalternidade como uma “categoria que projeta uma identidade política [...] reivindicando um diferente caminho e um diferente pertencimento no sistema e na sociedade internacional”. (BALLESTRIN, 2020a, vídeo). Tal acepção é delineada por Spivak (2010), reconhecendo a figura do subalterno nos meandros dos processos de neocolonialismo e a produção de subjetividade nesse contexto.

É importante destacar que o Sul Global, embora se trate de uma categoria contra-hegemônica, tem seu uso, em certa medida, “permitido pela hegemonia pós-colonial multipolar globalizada e neoliberal” (BALLESTRIN, 2020a, vídeo). Grovogui (2011) define o Sul como um conjunto de práticas, atitudes e relações. Tal compreensão nos permite avaliar que as relações Norte e Sul são muito mais complexas e não se limitam às fronteiras geopolíticas. Para Ballestrin (2020b, s. p.):

Tais entendimentos sobre o que é o “Sul Global” permitem pensá-lo como uma categoria sem comando central, escala definida ou forma exclusiva; desta forma, é importante reconhecer a grande variedade de atores, discursos, instituições e movimentos agrupados sob seu rótulo. O Sul Global não é uma entidade monolítica, coesa, coerente, homogênea e ausente de conflitos e interesses. Para propósitos analíticos e políticos, é fundamental não simplificar ou romantizar essa ideia. A existência de “Sul(s) no Norte” e de “Norte(s) no Sul” complexificam a reprodução do poder neocolonial e neoimperial, especialmente no contexto atual de aumento das desigualdades globais. Portanto, a rejeição do que está relacionado ao “Norte Global” pode ser uma posição perigosa e sua complexidade deve ser considerada do mesmo modo como em relação ao Sul.

Essa complexificação é justificada por Ballestrin (2020a) na concepção de que, analiticamente, as reduções, os binarismos e as dicotomias podem trazer problemas, embora já tenham sido utilizadas de modo analítico-político por Spivak (2010), que distingue com bastante presença o Norte e o Sul.

Por sua vez, o uso acadêmico apresenta “desafios metodológicos na intermediação entre uma categoria teórica e as questões empíricas” (BALLESTRIN, 2020a, vídeo). É premente a dificuldade de produzir conhecimento e fazer ciência nas periferias globais. Santos (*apud* BALLESTRIN, 2020a)⁹ destaca que o Sul fornece “os cenários empíricos, porém, não fornece as próprias conceitualizações, importando-as dos países produtores, em um círculo vicioso”. Segundo a autora, tal processo nos dá

⁹ Excerto de fala da autora em vídeo. Sem referência completa ao original.

uma ideia de reprodução de agendas políticas, de temáticas de pesquisa e de críticas a teorias, resultando no “epistemicídio de conhecimentos não modernos”.

Portanto, o uso epistemológico passa pela produção de conhecimento materializada nas Teorias Sociais do Sul. Por fim, a autora destaca que o Sul é uma categoria que agrupa “essas diferentes críticas e denúncias” e se trata de “uma discussão antiga, de colonialismo e imperialismo acadêmico” (BALLESTRIN, 2020a, vídeo). Tendo por base essas reflexões, utilizamos a categoria Sul Global mais próxima do uso epistemológico. É a partir desse ponto de reivindicação e de autoconsciência que desenvolvemos nossa investigação. Passamos, agora, ao surgimento dos estudos pós-coloniais e decoloniais nesse contexto.

O pós-colonialismo deve ser entendido em duas acepções principais, segundo Santos (2006, p. 581): a primeira se refere ao período histórico que sucede a independência das colônias europeias; já a segunda é “um conjunto de práticas e discursos que desconstruem a narrativa colonial escrita pelo colonizador e procuram substituí-la por narrativas escritas do ponto de vista do colonizado”. Esta, que nos interessa particularmente no desenvolvimento da pesquisa, se insere

[...] nos estudos culturais, lingüísticos e literários e usa privilegiadamente a exegese textual e as práticas performativas para analisar os sistemas de representação e os processos identitários. Nessa acepção o pós-colonialismo contém uma crítica, implícita ou explícita, aos silêncios das análises pós-coloniais na primeira acepção. (SANTOS, 2006, p. 581).

Ballestrin (2017a) atribui três fases para o pós-colonialismo definido na segunda acepção de Boaventura. A primeira é precursora da perspectiva anticolonial, na década de 1950 e 1960, em que duas obras se destacam nesse contexto: o *Discurso Sobre o Colonialismo* (1950) e *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952).

A publicação de *Discurso Sobre o Colonialismo* por Aimé Césaire (1913-2008), aborda o conceito de negritude, discutindo o modo como a população martinicana percebia as suas características étnico-raciais e a complexidade da racialização da sociedade. Césaire (1971) analisou discursos eurocêntricos e sua influência no desenvolvimento da Martinica, sobretudo as manifestações de intelectuais, colonizadores, políticos e missionários de “causas humanitárias”.

A obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*, de Frantz Fanon (1925-1961), elabora sua crítica ao colonialismo a partir dos efeitos do racismo e da desumanização dos agentes envolvidos no processo de colonização, sejam os colonizadores ou os

colonizados. Fanon (2008, p. 28), explora os efeitos dessas formas de violência na psiquê humana, compreendendo o processo duplo de manutenção das desigualdades socioeconômicas e a *epidermização da inferioridade*. Deste modo, temos uma divisão da tipologia da violência em Fanon: a ação violenta do colonizador, aniquilando o corpo, a psiquê e a cultura do negro no processo de invasão territorial; e a reação violenta dos colonizados na tentativa de se libertar, em um processo autoconsciente de retorno à origem por meio da luta anticolonial (NAYAR, 2013).

Compreendemos que essas obras são de crucial importância ao abordar a presença do colonialismo e do neocolonialismo no estabelecimento de relações de poder e na produção de subjetividade:

Os escritos pós-coloniais precursores possuíram uma forte ligação com o anticolonialismo revolucionário, com as lutas de libertação nacional e com os movimentos de independência, sobretudo na África e na Ásia. Aquilo que podemos chamar de um “pós-colonialismo anticolonial” reuniu intelectuais, ativistas e lideranças, deixando uma produção dispersa, não necessariamente acadêmica, institucionalizada e disciplinada. Na condição pós-colonial, em um sentido temporal estrito, o neocolonialismo começava a ser debatido, sobretudo, como entrave da verdadeira descolonização. [...] Com influências da psicanálise, do pan-africanismo, do pensamento afrodiaspórico e do marxismo revolucionário, a questão da identidade já ali aparecia como fundamental na problematização do colonizado *versus* colonizador e do racismo a serviço do colonialismo. (BALLESTRIN, 2017a, p. 509, *itálico da autora*).

A segunda fase é inaugurada em 1978 com a obra *Orientalismo*, de Edward Said que discute o uso do conceito *orientalismo* como criação do ocidente para representar de modo *exotificado* o Oriente (Ásia, Norte da África e Oriente Médio). Para o autor, essa categorização permite a permanência de relações de poder, subjugando os povos orientais e reforçando a ideia de Ocidente como detentor de modos superiores de cultura e de sociedade (SAID, 1990).

Por sua vez, a obra *Pode o Subalterno Falar?* (1985), da pesquisadora indiana Gayatri Chakravorty Spivak, destaca-se no contexto de efetuação dos estudos subalternos pós-coloniais, ao questionar a violência epistêmica decorrente da condição etnocêntrica de produção intelectual. O Outro, que vimos ser uma categoria criada pelo colonialismo (FANON, 2008), é trazido na centralidade da discussão como uma “voz-consciência” calada pelas formas de violência orquestradas pelo colonialismo/imperialismo. A agência de sua fala e a articulação entre poder, desejo e

interesse são, portanto, condicionados por essas conflitantes relações (SPIVAK, 2010).

O pós-colonialismo de segunda fase, no qual se destacam as obras acima, é compreendido como uma versão “mais hegemônica, canônica, pós estrutural e que populariza o termo pós-colonial” (BALLESTRIN, 2020a, vídeo). Especialmente Spivak (2010), como citado anteriormente, utiliza essa identidade mais “coesa” como estratégia analítico-política.

Nessa fase, as questões de identidade são mais presentes e a *diferença* é trabalhada de modo mais ou menos crítico, “considerando a intensificação das fraturas subalternizadas de raça, gênero e classe ou a valorização da diáspora e do hibridismo criativos resultados do encontro colonial” (BALLESTRIN, 2017a, p. 509-510). A autora destaca, ainda, a influência dos “estudos pós-estruturalistas, pós-modernos, desconstrutivistas, culturais e subalternos indianos”, além da “conjuntura de globalização ascendente e da evidência do multiculturalismo dos anos 1980”.

As discussões de gênero têm fundamental importância nesse período. Spivak (2010, p. 66-67) defende que se “no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade”. Entretanto, a articulação do pós-colonialismo desse período com as teorias feministas está mais vinculada aos estudos literários e ao letramento da mulher (BAHRI, 2013; BALLESTRIN, 2017b).

A dialética é marca dos estudos pós-coloniais, tal como observado em Ballestrin (2017a, 2020b, 2020c), Dussel (2005, 2008), Said (1990), Spivak (1983, 2010) e Quijano (2005). Não obstante a sua multiplicidade, é perceptível, a partir das leituras e análises que fizemos, o pauperismo de estudos que tratam da presença e da resistência indígena no século XXI, especialmente no Brasil. É possível observar que o próprio desenvolvimento dos estudos pós-coloniais foi e ainda é marcado por contrastes bastante importantes, como ocorre na emergência dos estudos decoloniais.

A terceira fase, chamada de decolonial, é uma inflexão que reivindica a participação da América Latina e a consideração das particularidades de seu processo de desenvolvimento. Tal perspectiva é norteadada pela recuperação das

[...] Contribuições latino-americanas do pós-colonialismo anticolonial, ao mesmo tempo em que pretende se afastar do cânone pós-colonial, inserindo a América Latina no debate e radicalizando a crítica à modernidade e ao

eurocentrismo. Aversão pós-colonial latino-americana – que certamente recusaria este rótulo para si – constrói seus argumentos com as bases do pensamento latino-americano, filosofia da libertação, teoria da dependência, teoria do sistema-mundo, grupos indiano e latino-americano de estudos subalternos, filosofia afro-caribenha e feminismo latino-americano [...]. (BALLESTRIN, 2017a, p. 510).

Segundo Grosfoguel (2007), houve um seminário no final dos anos 1990 que reuniu os dois grupos de estudos subalternos vigentes, chamados *South Asian Subaltern Studies Group*, com a perspectiva asiática, e o *Latin American Subaltern Studies Group*, que reivindicava a presença latino-americana. Neste momento, alguns participantes do segundo grupo perceberam a necessidade de introduzir elementos específicos da realidade latino-americana na elaboração das teorias, tendo em vista a divergência que se assentava: a base teórica sofria forte influência dos “quatro guerreiros do apocalipse”, assim chamados: Foucault, Derrida, Gramsci e Guha. Para Grosfoguel (2007) foi constatado que, embora os estudos subalternos pós-coloniais introduzissem a perspectiva latino-americana, permanecia a dependência epistêmica, reforçando a necessidade de descolonizar, inclusive, o pós-colonialismo.

Dadas as divergências supracitadas, o grupo latino-americano sofre uma cisão ocasionada por conflitos de interesses. De um lado, temos o grupo asiático que concebe a subalternidade como crítica pós-colonial. De outro, o grupo latino-americano, que a compreende como crítica pós-moderna. E, por fim, dentro do grupo latino-americano, há insatisfações quanto à base teórica, materializadas na constatação da dependência epistêmica: o segundo grupo fala “sobre os subalternos” e não “com e a partir dos subalternos” (GROSFOGUEL, 2007).

Notamos que o campo de disputa perpassa questões sociais, econômicas, políticas e culturais. A percepção de Grosfoguel tem ressonância no estudo de Castro-Gómez (2005), que sublinha o grande desafio latino-americano: promover a “descolonização das Ciências Sociais e da Filosofia”. O autor defende a superação de categorias binárias que não contemplam a complexidade das relações de poder, devendo ser percebidas em sua potencialidade de se rearticular e na porosidade de sua contaminação.

Neste contexto surge o *Grupo Modernidade/Colonialidade*, fruto da divergência teórica com o grupo de estudos subalternos latino-americanos que reúne os pesquisadores dissidentes e inclui novos integrantes¹⁰ (Quadro 1):

Quadro 1 – Integrantes do Grupo Modernidade/Colonialidade

integrante	área	nacionalidade	universidade onde leciona
Aníbal Quijano	sociologia	peruana	Universidad Nacional de San Marcos, Peru
Enrique Dussel	filosofia	argentina	Universidad Nacional Autónoma de México
Walter Dignolo	semiótica	argentina	Duke University, EUA
Immanuel Wallerstein	sociologia	estadounidense	Yale University, EUA
Santiago Castro-Gómez	filosofia	colombiana	Pontificia Universidad Javeriana, Colômbia
Nelson Maldonado-Torres	filosofia	porto-riquenha	University of California, Berkeley, EUA
Ramón Grosfoguel	sociologia	porto-riquenha	University of California, Berkeley, EUA
Edgardo Lander	sociologia	venezuelana	Universidad Central de Venezuela
Arthuro Escobar	antropologia	colombiana	University of North Carolina, EUA
Fernando Coronil*	antropologia	venezuelana	University of New York, EUA
Catherine Walsh	linguística	estadounidense	Universidad Andina Simón Bolívar, Equador
Boaventura Santos	direito	portuguesa	Universidade de Coimbra, Portugal
Zulma Palermo	semiótica	argentina	Universidad Nacional de Salta, Argentina

*Falecido em 2011.

Fonte: Ballestrin, 2013, p. 98.

Alguns integrantes do grupo já haviam desenvolvido, desde os anos 1970, as próprias linhas de pensamento, dentre as quais se destacam a Filosofia da Libertação, do filósofo argentino Enrique Dussel; a Teoria da Dependência, do sociólogo peruano Aníbal Quijano; e a Teoria do Sistema-Mundo, do sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein. A identidade dos integrantes, as universidades e as instituições aos quais estão afiliados, bem como as áreas do conhecimento, não se esgotam na exposição acima (BALLESTRIN, 2013).

A *decolonização* aparece como elemento da estrutura modernidade / colonialidade / decolonialidade, que visa à destruição das formas de poder remanescentes do colonialismo que, reconfiguradas na atualidade, dão origem às

¹⁰ Ballestrin em seu artigo América Latina e o Giro Decolonial, de 2013, traz um histórico mais aprofundado do estabelecimento e desenvolvimento do grupo.

colonialidades. A decolonialidade surge, nesse contexto, como elemento de resistência às cinco ideologias da modernidade: cristianismo, liberalismo, marxismo, conservadorismo e colonialismo. Deste modo, a categoria ganha corporatura na medida em que propõe o afastamento da modernidade e de sua racionalidade (BALLESTRIN, 2013).

A estruturação do grupo ocorre a partir de 1998 com uma série de eventos científicos que abordam as questões marginais às discussões pós-coloniais vigentes (GROSFOGUEL, 2007). As questões de raça, gênero e classe são categorias centrais nos estudos decoloniais promovidos pelo grupo. É notável, no trabalho de Quijano (2005), a presença da raça como categoria fundamental no estabelecimento das relações de poder da modernidade, elaborando o conceito de *colonialidade do poder*. A raça, ainda, é utilizada na divisão internacional do trabalho, como tratado na primeira seção deste estudo, o que valida o potencial de intersecção das opressões em detrimento de uma análise fragmentada.

A *colonialidade do saber*, outro conceito proposto por Quijano (2005), é tema recorrente nas discussões do grupo. Segundo Ballestrin (2013), ele é constantemente associado à “diferença colonial e geopolítica do conhecimento”, discutida por Mignolo. A autora destaca que a noção de violência epistêmica proposta por Foucault é vista como insuficiente “para captar o silêncio oriundo do racismo epistêmico, [...] ou a negação da alteridade epistêmica”. Para a autora, o que Foucault não captura é que o eurocentrismo e o colonialismo são “duas faces da mesma moeda”.

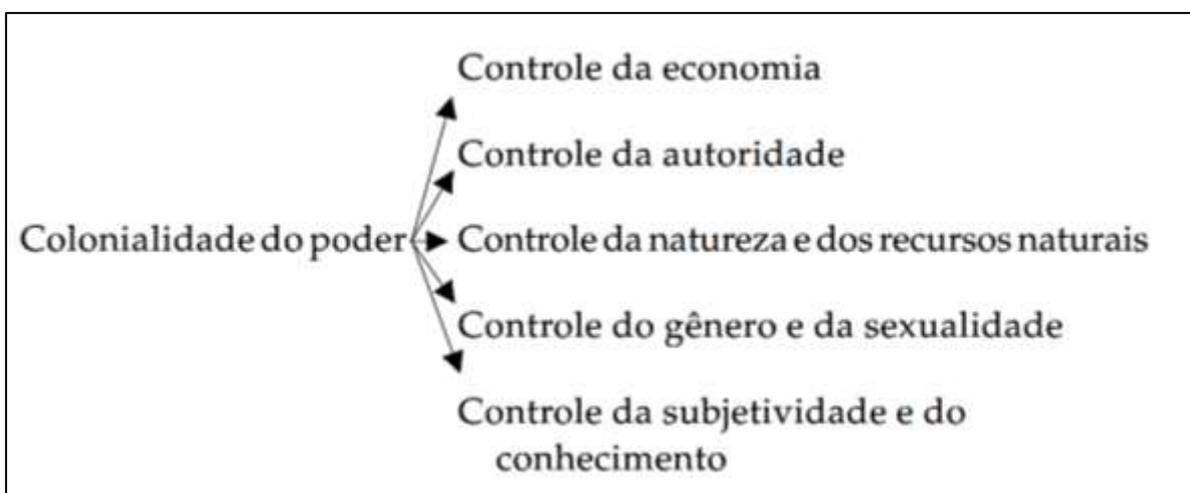
Discorrendo sobre esses contrastes, Ballestrin (2013) destaca que a “diferença colonial epistêmica é cúmplice do universalismo, sexismo e racismo”, destacando, mais uma vez, a importância de se compreender as opressões em sua densidade histórica e em seu potencial de porosidade e inter-relação. Essa compreensão, contudo, guarda consonância com as perspectivas adotadas anteriormente pelas fases pós-coloniais, ainda que disponham de nova ótica (latino-americana):

Basicamente, a descolonização é um diagnóstico e um prognóstico afastado e não reivindicado pelo *mainstream* do pós-colonialismo, envolvendo diversas dimensões relacionadas com a colonialidade do ser, saber e poder. Ainda que assuma a influência do pós-colonialismo, o Grupo Modernidade/Colonialidade recusa o pertencimento e a filiação a essa corrente. O mesmo se aplica às outras influências recebidas que possibilitaram o surgimento e o desenvolvimento da construção teórica do grupo. Contudo, aquilo que é original dos estudos decoloniais parece estar mais relacionado com as novas lentes colocadas sobre velhos problemas

latino-americanos do que com o elenco desses problemas em si. (BALLESTRIN, 2013, p. 108, *itálico da autora*)

No entanto, as discussões sobre gênero, meio-ambiente e economias alternativas são minoritárias no início do Grupo Modernidade/Colonialidade. Para Ballestrin (2017a), é isso que faz com que Walter Mignolo categorize diferentes tipos de controle: economia, autoridade, natureza/recursos naturais, gênero/sexualidade e subjetividade/conhecimento, ampliando o conceito de colonialidade do poder de Quijano:

Figura 4 – Ampliação do conceito colonialidade do poder, por Walter Mignolo.



Fonte: Ballestrin, 2017a, p.519.

Quijano (2005), ao tomar a raça como critério fundamental para o estabelecimento das colonialidades, prescinde da heterogeneidade de opressões constantes da América Latina e que conformam o colonialismo. Assim, a ampliação da colonialidade do poder, que se expressa em outras formas de violência, mostra-se visceral na abordagem decolonial. É resultado, sobretudo, das críticas internas e externas ao grupo, que dava pouco enfoque às questões de gênero, entre outras.

O feminismo decolonial, portanto, nasce no interior desses tensionamentos com a premissa de abordar diferentes discursos em uma perspectiva interseccional. María Lugones (2007, 2014) é a figura chave e pioneira nessa discussão, ao reiterar a importância da resistência contra a opressão patriarcal, a relevância da heterogeneidade dos discursos e a superação dos binarismos. Seu histórico é associado às lutas que não são representadas pelo feminismo hegemônico:

acadêmico, institucional, internacional, (neo)liberal, branco e de classe média (MACHADO; WALTER COSTA; DUTRA, 2018). Conseqüentemente, a luta pelos direitos das mulheres não se restringe aos movimentos feministas e é efetuada em iniciativas que estão localizadas ainda mais à margem pelas diferenças históricas, como o caso das lutas pelos direitos das mulheres indígenas e *campesinas* (BALLESTRIN, 2020c).

As reivindicações decoloniais, portanto, não operam de forma homogênea. E nem poderiam sê-lo: é prioritário reconhecer a complexidade da formação dos territórios latino-americanos com suas relevantes diferenças culturais, históricas e de interesses. É imperativo pautá-las no reconhecimento dessas diferenças, permitindo a dinamização dos discursos, de modo a acolher diferentes epistemologias e no exercício da criticidade. Entretanto, nos últimos anos, é perceptível o tensionamento entre os pesquisadores que se debruçam sobre o colonialismo e os pesquisadores de orientação marxista que consideram o imperialismo na centralidade da discussão. Há, em curso, uma espécie de “divisão de tarefas” que ressalta a importância de abordar o imperialismo e o colonialismo como categorias indissociáveis (BALLESTRIN, 2017a).

Defendemos que se colocar radicalmente contrários à modernidade representa abrir mão, inclusive, de toda a contribuição do Sul, o que para nós significa uma incoerência. Tais relações se constituem de modo tão rizomático que já não é possível e nem desejável uma ruptura drástica. Ouriques (2020c) corrobora essa reflexão, ao reafirmar a importância do pensamento crítico que se baseia na continuidade do estudo da história nacional e no combate ao imperialismo acadêmico; entretanto, sem anular o progresso conquistado até o momento. Tendo por referência tais questões, apresentamos, a seguir, como esse processo conforma o discurso científico que se manifesta na produção científica.

2.3 DA CONFORMAÇÃO DO DISCURSO CIENTÍFICO À PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A consolidação do pensamento hegemônico passa pelo estabelecimento de relações de poder e de dominação, as quais abordamos nas seções anteriores. Entretanto, como podemos resistir ao nefasto poder da colonialidade que opera em níveis psíquicos atuando na produção de subjetividades e na conformação do discurso científico que, por sua vez, molda a produção científica? Algumas pistas nos são

dadas pela discussão da violência epistêmica e as tentativas de descolonização epistemológica, as quais abordaremos nessa seção.

A noção de hegemonia, refletida por Gramsci (1978), reitera a necessidade de se inteirar sobre a origem de nossa compreensão de mundo, que é pontualmente vinculada a algum tipo de conformismo, na medida em que são assimilados os discursos que dão sentido à sociedade. A consciência crítica somente é possível a partir do entendimento das disputas de hegemonias contrastantes, resultando em uma elaboração superior do real, ou seja, a superação de uma noção meramente herdada e absorvida. A constituição da historicidade individual é fundamental na participação ativa da produção de história do mundo.

Portelli (1977) aponta que a criação de um bloco ideológico comum às relações intersocietárias permite à classe dominante manter o monopólio intelectual. Este seria, portanto, o fator fundamental para a manutenção da hegemonia. Para que as classes subalternas possam criar um novo bloco histórico devem romper com o sistema hegemônico da classe dominante, formando sua própria camada de “intelectuais orgânicos”, que possam pensar o mundo a partir de sua realidade.

A partir dessas reflexões, sustentamos que a prática da descolonização epistemológica só se completa com o estudo aprofundado da história nacional e do desenvolvimento do pensamento crítico, contrapondo-se à mera apropriação e à aplicação de métodos e fórmulas desenvolvidas em outros países para uma análise local. É evidente que existem consonâncias em diversos territórios pelo próprio intercurso de sedimentação do capitalismo e do projeto imperialista. Ademais, não nos abstermos da compreensão de iniciativas em outros países e das interpretações que figuram propostas interessantes e pertinentes à nossa realidade. Contudo, salientamos a importância de recuperar a história nacional e conhecer (e reconhecer) os críticos que pensam a realidade latino-americana.

Defendemos, também, que não se pode fazê-la sem estar disponível a outros modos de vida. É impensável estabelecer uma prática de descolonização sem alinhá-la aos interesses indígenas, por exemplo. A elite intelectual preocupa-se, de modo geral, muito mais com a importação de perspectivas do que com os tensionamentos e as resistências que são atuais e que intencionam construir um outro modo de viver e de produzir sentidos à realidade. Por esta razão, aprofundamo-nos na compreensão do fenômeno do colonialismo antes de chegarmos aos tensionamentos pós-coloniais

e decoloniais e, agora, à conformação do discurso científico que se materializa na produção científica.

A colonialidade do saber, como abordado anteriormente, influencia no desenvolvimento das Ciências Sociais, atravessando-as pelas relações de poder que se reorganizam no contexto imperialista. A episteme se sustenta nessa estrutura que legitima apenas as manifestações alinhadas à hegemonia dominante, periferizando, sobremaneira, os discursos contrapostos à lógica de produção de conhecimento. Simbioticamente, o conhecimento hegemônico é estruturado, desenvolvido e difundido a partir da noção moderna de “ciência universal”, que invade a periferia (Sul) e se estabelece como normativa (TIRADO, 2009).

A violência epistêmica decorrente desse processo é um modo de exercício do poder simbólico do Norte em relação ao Sul. As narrativas da realidade, segundo Spivak (2010), foram estabelecidas como normativas impedindo que outros modos de interpretar o mundo tivessem importância. Mais do que isso: é notória a tentativa de exterminá-los, ocasionando, assim, práticas de epistemicídio. A autora define que

O mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se constituir o sujeito colonial como Outro. Esse projeto é também a obliteração assimétrica do rastro desse outros em sua precária Subjetividade (SPIVAK, 2010, p. 47).

Gnecco (2009) reflete que essa imposição de modos de ver, interpretar o mundo e produzir conhecimento impossibilita a inclusão de epistemologias alternativas, resultando na alteração da cosmovisão dos povos colonizados e na conformação, cada vez mais constante, de narrativas válidas na produção de conhecimento.

As diferenças abissais entre Norte e Sul são intensificadas pela dependência epistêmica, que se reflete na ausência de autonomia para produzir as próprias bases teóricas e na validação do discurso científico. Entretanto, não devemos interpretar essas relações como um bloco único. É fundamental compreendê-las em sua heterogeneidade e particularidades dos países componentes do Sul:

Assim como na economia e na sociedade, a dicotomia centro-periferia também está presente na ciência. Em ambos os casos, a periferia [Sul] tende a ser dependente do centro [Norte]. O sistema de valores centrais constitui assim a zona central da ciência. Os valores centrais são seguidos em maior ou menor grau pelas zonas periféricas, que enxergam no centro um modelo a ser seguido, com valores e crenças a serem incorporados. [...] Por outro

lado, quanto mais dispersos estiverem os espaços periféricos, menores parecem ser as oportunidades da inversão da ordem central da ciência *mainstream*. O próprio centro não é coeso e a complexidade dos dias atuais contribui para o estabelecimento de centros menores no espaço fragmentado da ciência principal. (SANTIN, 2019, p. 29).

Lander (2005) defende que boa parte dos entraves no avanço das alternativas teóricas e políticas está na percepção distorcida do neoliberalismo. Para o autor, debatê-lo e combatê-lo unicamente como uma teoria econômica é infrutífero, visto que se trata de um discurso hegemônico e de um modelo civilizatório. De fato, sua crítica é condizente com a discussão que fizemos nas seções anteriores deste trabalho, concebendo que as relações sociais e os modos de operação e de reconfiguração do poder e da dominação não se desvinculam da produção de conhecimento. É justamente o processo de estabelecimento dessas relações que deságua na formação de uma cartografia epistemológica que conforma o discurso científico:

Essa força hegemônica do pensamento neoliberal, sua capacidade de apresentar sua própria narrativa histórica como conhecimento objetivo, científico e universal e sua visão da sociedade moderna como a forma mais avançada – e, no entanto, a mais normal – da experiência humana, está apoiada em condições histórico-culturais específicas. O neoliberalismo é um excepcional extrato purificado e, portanto, despojado de tensões e contradições, de tendências e opções civilizatórias que têm uma longa história na sociedade ocidental. Isso lhe dá a capacidade de constituir-se no senso comum da sociedade moderna. A eficácia hegemônica atual desta síntese sustenta-se nas tectônicas transformações nas relações de poder ocorridas no mundo nas últimas décadas. O desaparecimento ou derrota das principais oposições políticas que historicamente se confrontavam com a sociedade liberal (o socialismo real e as organizações e lutas populares anticapitalistas em todas as partes do mundo), bem como a riqueza e o poderio militar sem rivais das sociedades industriais do Norte, contribuem para a imagem da sociedade liberal de mercado como a única opção possível, como o fim da História. No entanto, a naturalização da sociedade liberal como a forma mais avançada e normal de existência humana não é uma construção recente que possa ser atribuída ao pensamento neoliberal, nem à atual conjuntura política; pelo contrário, trata-se de uma ideia com uma longa história no pensamento social ocidental dos últimos séculos. (LANDER, 2005, p. 8).

Para Scribano (2020), a lógica de expansão do capital em nível global é multipolar, multicêntrica e, sendo reticular, atinge-nos desde os poros. É fundamental, portanto, reconhecer a sua capacidade de se espalhar e nos contaminar de modos muito refinados e sutis. Neste ponto, cabe pensarmos como essa lógica opera na produção de subjetividade vinculada à produção científica.

O processo de formação do cientista e do discurso científico é desvelado por Adinolfi (2007) como uma imbricada relação de formação discursiva e de assujeitamento. O pesquisador passa por um *treinamento* através do qual apreende as importâncias, os modos de expressão e as narrativas consideradas válidas pela academia. Os sentidos são determinados a partir do que *se entende por verdade*. Entretanto, é crucial lembrar que as “narrativas de verdade”, como já vimos anteriormente, são oriundas do estabelecimento de relações de poder e de dominação:

Essa metalinguagem científica constitui-se de códigos de circulação restrita à comunidade científica, dominados apenas por seus membros, através de extenso treinamento – em si, um processo de assujeitamento a uma formação discursiva específica, própria para o exercício da ciência, através de mecanismos de controle dos sentidos permitidos e não permitidos, de verdade e não-verdade. Os códigos que constituem essa metalinguagem se apresentam ilusoriamente neutros, objetivos, lineares e a-históricos. (ADINOLFI, 2007, p. 2-3).

A complexidade desse processo é tangível pelo texto da autora que traz a perspectiva foucaultiana. Existe uma “ilusão de saberes cristalizados, a-históricos, universais, neutros e objetivos [pelos quais] a ciência se constitui, estabelecendo uma linguagem que pretensamente traz as mesmas características” (ADINOLFI, 2007, p. 7). É ingênuo pensar que não há forças que operam silenciosamente (ou invisivelmente, nas linhas abissais) no estabelecimento dessas verdades universais. Pretendê-las “neutras” é estar em consonância com o imperialismo acadêmico.

Tal discurso de neutralidade é parte do processo compreendido por Rampinelli e Ouriques (2017) como a *alienação do conhecimento* na elaboração de sua crítica à razão acadêmica. Para os autores, o imperialismo acadêmico se utiliza de validadores científicos, entre outros mecanismos, para alienar a produção intelectual. Esta seria, portanto, uma *validação burocrática do conhecimento*.

Neste sentido, a função da educação no capitalismo dependente é balizada pela produtividade. O conhecimento e a produção intelectual são vistos como mercadorias no sistema capitalista, em que os critérios quantitativos se sobressaem. Esta situação guarda consonância com a divisão internacional do trabalho, abordada nas seções anteriores. Novamente, o capitalismo e o imperialismo operam em uma lógica imanente de conformação da realidade estabelecida pelo eurocentrismo e pelas acepções do pensamento moderno.

Rampinelli e Ouriques (2017) destacam, ainda, que, para auferir a produção científica no sistema capitalista se considera, majoritariamente, a produção tecnológica e o registro de patentes. No caso estadunidense, temos um complexo processo de articulação entre as empresas multinacionais que determinam os interesses e fornecem infraestrutura; e o financiamento estatal, o orçamento militar e os fundos universitários para a concessão de bolsas de pesquisa na execução de projetos que, por sua vez, resultam no desenvolvimento tecnológico, no registro de patentes e em produtos confeccionados em escala global para atender as demandas das multinacionais. Estes produtos, por fim, são exportados e comercializados nos países do Sul.

O conflito entre Norte e Sul é complexo e heterogêneo. Destaca-se que “o pico do centro já não é tão alto, talvez não seja o único, e a periferia não está mais tão distante, embora isso não a torne menos periférica” (SANTIN, 2019, p. 30). Entretanto, apesar dos diálogos terem aumentado com os avanços tecnológicos e o uso da Internet, as desigualdades se mostram cada vez mais presentes. Deste modo, as tensões entre Norte e Sul podem gerar situações de dependência ou de revolta. A autora reflete que, através dessa perspectiva, “os indicadores bibliométricos podem tanto contribuir para a manutenção das posições centrais ou periféricas como apresentar-se como alternativas para novos olhares sobre a ciência das periferias” (SANTIN, 2019, p. 31).

A publicação em revistas científicas é outro ponto que merece destaque. A indexação dos periódicos em bases internacionais é parte do mecanismo de manutenção das estruturas de poder que conformam a ciência mundial. A presença de grandes editores que controlam a publicação científica é fator fundamental na análise, visto que as dinâmicas de controle na produção científica privilegiam temáticas e metodologias que geram impacto nos países centrais em detrimento dos países periféricos (SANTIN, 2019; SILVEIRA; BENEDET; SANTILLÁN-ALDANA, 2018).

O Fator de Impacto resultante da média de citações dos artigos publicados é mais um indicativo de manutenção do *status quo*. As críticas ao indicador se referem ao viés de cobertura das revistas publicadas em inglês, ao favorecimento de representação das Ciências Exatas e a minoração da presença de revistas das áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais ou provenientes de regiões periféricas (SANTIN, 2019).

Como vimos, existe uma rede de práticas que envolve o pesquisador e o impede, inclusive, de compreender esse processo de alienação no sistema de divisão internacional do trabalho, que é uma dinâmica própria do sistema capitalista. Os intelectuais que se sobressaem em suas áreas de pesquisa são arregimentados dos países do Sul, recebendo grandes oportunidades nos países do Norte, para que produzam avanços tecnológicos e científicos materializados em produtos que serão, mais tarde, comercializados e consumidos pelos países do Sul.

Ao mesmo tempo, os professores estão cativos desse sistema, cuja simbiose se articula, entre outros meios, pela cultura de avaliação por pares e no incentivo à publicação em periódicos internacionais que possuem maior prestígio e que garantem uma melhor pontuação. A universidade, mais uma vez, opera ensimesmada em uma lógica alienante e de parcialização do trabalho. O pesquisador, envolto nessa teia, não se percebe como parte do engendramento e que é produtor e produto desse sistema.

Rampinelli e Ouriques (2017) reforçam que há uma dinâmica ocorrendo no campo político do liberalismo e do conservadorismo: *a ciência não tem validação social*. O distanciamento entre o fazer científico e a população é tão abismal que não há espaço para se constituírem os “intelectuais orgânicos”, os pensadores das questões próprias e específicas do país. A elitização do acesso à universidade permite que sejam mantidas e intensificadas profundas diferenças entre *quem está dentro da universidade e quem está fora dela*. É consequência desse processo a perseguição recente às Ciências Humanas, vistas como ameaça à lógica neoliberal. Para os autores, a universidade é um terreno de conformação, de modo que a autonomia intelectual sucumbe.

Em 1969 no livro *A Universidade Necessária*, Darcy Ribeiro já destacava o sentido de urgência em romper com a lógica que impera na academia, reforçando que o papel da universidade deve ser de discutir problemas, produzir conhecimento e contribuir com o desenvolvimento *do seu país*. No entanto, como vimos, a conformação apenas se acentuou no percurso histórico de estabelecimento do imperialismo acadêmico e na remanescência das colonialidades geradas pela dominação colonial.

Dadas as considerações expressas neste capítulo, em que versamos sobre o colonialismo e sua influência no estabelecimento do pensamento hegemônico que dá luz à cartografia epistemológica; a emergência dos estudos pós-coloniais e decoloniais como fruto dos tensionamentos sociais, políticos, econômicos e culturais

que se consolidam na busca por alternativas epistemológicas; e no desvelamento das relações de poder que imperam na academia, alienando pesquisadores, conformando o discurso científico e modulando a produção científica, passamos à metodologia deste estudo.

3 METODOLOGIA

As reflexões expressas na tessitura teórica nos permitem identificar uma série de contrastes importantes nas relações entre Norte e Sul Global. É imperativo destacar que essa divisão, de modo tão demarcado, é problematizada na medida em que se compreende a presença do Norte no Sul e do Sul no Norte. As características do Norte podem ser sintetizadas na formação de elites intelectuais e econômicas e, as do Sul, tem lugar na periferização e na marginalização de populações, narrativas, discursos, cosmovisões e conhecimentos.

Primeiramente, compreendemos que a consolidação do colonialismo como prática de dominação e de produção de diferença resulta em desigualdades abissais nos territórios imbricados nesse processo, seja nas zonas metropolitanas ou nas zonas coloniais. O colonialismo, então, gera dois modos de dependência: a epistêmica, com o eurocentrismo, e a econômica, com a divisão internacional do trabalho. Ambas se articulam na medida em que moldam a realidade, produzindo cada vez mais diferença e aumentando ainda mais as desigualdades.

A partir da corporatura da cartografia epistemológica, que se manifesta nesse contexto, tem início uma série de tensionamentos que dão origem às Teorias Sociais do Sul, às Epistemologias do Sul e, tratados neste trabalho, os estudos pós-coloniais e decoloniais. Ambos se caracterizam como propostas de enfrentamento às colonialidades, com maior ou menor grau de materialidade. Ainda que tematizem questões fundamentais no combate à dependência e à violência epistêmica, as perspectivas pós-colonial e decolonial possuem nuances distintas.

Intencionando verificar se, de fato, essas diferenças se materializam na produção científica pós-colonial e decolonial e, ainda, como se caracterizam esses estudos que dão forma à cartografia epistemológica na relação Norte e Sul, damos início à investigação, apresentando a construção metodológica que se aproxima das percepções teóricas acerca do fenômeno.

Nas próximas seções serão detalhados a natureza do estudo, a abordagem, as etapas da pesquisa, a fonte de coleta de dados e os procedimentos utilizados na análise, bem como os resultados obtidos. Explicitamos as decisões tomadas no decorrer da investigação com o intuito de compreender o panorama dos estudos pós-coloniais e decoloniais e a agência dos principais produtores de conhecimento das duas perspectivas.

3.1 NATUREZA, ABORDAGEM E OBJETIVO DO ESTUDO

Este estudo possui natureza aplicada (FLEURY; WERLANG, 2017) e visa contribuir com a Ciência da Informação na medida em que explora o potencial da produção intelectual contraposta ao pensamento hegemônico, em especial as investigações localizadas no Sul Global, por meio da aplicação de procedimentos de análise de estudos científicos.

Em relação aos objetivos propostos, caracteriza-se como uma investigação exploratória-descritiva. O caráter exploratório da pesquisa visa “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27), considerando a ausência de investigações sobre pós-colonialismo e decolonialidade na Ciência da Informação, sobretudo no que tange aos contrastes de ambas perspectivas. Quanto ao aspecto descritivo, tem por finalidade detalhar as características dos estudos publicados na base de dados Scopus (GIL, 2008; LAKATOS; MARCONI, 2003).

A pesquisa, de abordagem mista (CRESWELL, 2007), vale-se de análise da produção científica sobre pós-colonialismo e decolonialidade com ênfase nos agentes mais produtivos, visando explicitar as linhas que compõem a cartografia epistemológica. A natureza quanti-qualitativa objetiva expressar as zonas de corporatura, de resistência, os tensionamentos e as microrrupturas nos territórios epistêmicos, aprofundando o entendimento da materialização dos estudos e da produção científica em torno deles.

3.2 FASES DA PESQUISA

A pesquisa divide-se em duas fases. Partimos de um estudo exploratório de abordagem quanti-qualitativa que identifica a materialização dos estudos pós-coloniais e decoloniais na base de dados Scopus. Na segunda fase da pesquisa, analisamos a produção científica sobre pós-colonialismo e decolonialidade, demonstrando, por meio dos dados, as linhas que dão forma à cartografia epistemológica, observando as conformações e os tensionamentos. Nessa etapa, intencionamos desvelar a progressão histórica de efetuação dos estudos, as áreas e subáreas de conhecimento às quais pertencem e quem agencia esses discursos.

3.2.1 Procedimentos Metodológicos

Este estudo se qualifica como bibliográfico na medida em que percorre o referencial teórico acerca da temática, materializado, principalmente, em livros e artigos científicos (GIL, 2008). Para fazê-lo, foram consultados o catálogo do Sistema de Automação de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SABi); o Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (LUME); a Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI); a base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO); e a Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).

As interpretações dos resultados seguem as pistas da concreticidade histórica, por meio de percepções dos modos de desenvolvimento da cartografia epistemológica, utilizando-se da dialética para desvelar os movimentos, as contradições, as rupturas e as continuidades dos territórios epistêmicos pós-coloniais e decoloniais. Buscamos, nesses elementos de contribuição, a interpretação de acepções subjacentes.

3.2.2 Procedimentos de coleta e análise de dados

A fonte escolhida para a pesquisa é a base de dados bibliográfica Scopus. Mantida pela Elsevier¹¹, a Scopus mantém o maior banco de dados de resumos e citações da literatura revisada por pares: periódicos científicos, livros e anais de eventos. Abrange a produção mundial de pesquisa nas áreas de Ciências Exatas, Tecnologia, Medicina, Ciências Sociais, Artes e Humanidades¹². A escolha pela base considera o alcance global e a cobertura da ciência *mainstream*, caracterizando-se como uma das principais fontes de informação dessa tipologia e magnitude.

Entre os meses de março e abril de 2020, efetuamos uma pesquisa bibliográfica na Scopus utilizando os termos oriundos da bibliografia inicial. Os

¹¹ Empresa global de informações analíticas que desenvolve e oferta soluções em pesquisa. Disponível em: <https://www.elsevier.com>. Acesso em 02 de out. 2020. Tradução nossa.

¹² Informações coletadas no site oficial da Scopus. Disponível em: <https://www.scopus.com>. Acesso em 02 de out. 2020. Tradução nossa.

resultados foram vertiginosamente menores em comparação às ocorrências com a reformulação da expressão de busca (Quadro 2).

Quadro 2 – Variações na formulação das expressões de busca

MARÇO A ABRIL DE 2020		SETEMBRO A OUTUBRO DE 2020	
(TITLE-ABS-KEY (post-colonialism OR postcolonialism) AND PUBYEAR < 2020)	4.282	(TITLE-ABS-KEY (postcolonialism OR post-colonialism OR postcolonial OR post-colonial) AND PUBYEAR < 2020)	22.814
(TITLE-ABS-KEY (decoloniality) AND PUBYEAR < 2020)	327	(TITLE-ABS-KEY (decoloniality OR decolonial) AND PUBYEAR < 2020)	1.356

Fonte: dados da pesquisa (2020).

As estratégias de busca finais foram elaboradas considerando os termos em língua inglesa, principal idioma utilizado na base e, também, na efetuação de pesquisas científicas no contexto da ciência global. As expressões foram escolhidas por intensidade de surgimento na literatura especializada, respaldada pelo referencial teórico e pelo número de resultados na Scopus e em outras duas bases consultadas primeiramente em abril de 2020: a Web of Science e o Google Scholar.

O período de cobertura da investigação abrange desde as primeiras publicações, em 1935, até o ano que antecedeu este estudo, em 2019. A busca restringiu o período de abrangência e abarcou todos os tipos de documentos publicados na base. A seguir, apresentamos as estratégias de busca para recuperação de ocorrências relacionadas aos estudos pós-coloniais (Figura 5) e decoloniais (Figura 6).

Figura 5 – Apresentação da estratégia de busca sobre os estudos pós-coloniais.

The image shows a screenshot of a Scopus search results page. At the top left is the Scopus logo. To the right are navigation links: Search, Sources, Lists, and SciVal. The main heading displays '22,814 document results'. Below this is the search query: 'TITLE-ABS-KEY (postcolonialism OR post-colonialism OR postcolonial OR post-colonial) AND PUBYEAR < 2020'. At the bottom, there are four icons with corresponding text: a pencil for 'Edit', a folder for 'Save', a bell for 'Set alert', and a RSS icon for 'Set feed'.

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Figura 6 – Apresentação da estratégia de busca sobre os estudos decoloniais.



Scopus Search Sources Lists SciVal ↗

1,356 document results

TITLE-ABS-KEY (decoloniality OR decolonial) AND PUBYEAR < 2020

Edit Save Set alert Set feed

Fonte: dados da pesquisa (2020).

A coleta foi realizada entre os meses de setembro e outubro de 2020. Os dados foram sistematizados em planilha da Microsoft Excel para facilitar a análise posterior. As entradas que continham informações essenciais, tais como as primeiras publicações, foram salvas em arquivos de texto em Portable Document Format (PDF). As telas com as ocorrências foram printadas sequencialmente e salvas como imagens em formato Portable Network Graphics (PNG). Os gráficos preliminares, disponibilizados pela própria Scopus, foram arquivados para auxiliar na visualização prévia. Os logs de dados foram salvos em Arquivo de Texto (Txt) para controle. Os metadados fornecidos pela base foram baixados da Scopus e salvos em formato Comma-separated Values (CSV) da Microsoft Excel para a análise posterior no *software* VOSViewer. Para uma visualização rápida destes dados, utilizamos complementarmente o editor de texto Notepad++. As categorias são fruto da disponibilização de dados pela Scopus e são apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Categorias de análise disponibilizadas pela Scopus

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Ano	Distribuição por ano
Nome do Autor	Distribuição por autoria: último sobrenome + iniciais dos prenomes e outros sobrenomes
Área do Conhecimento	Distribuição por área do conhecimento
Afiliação	Distribuição por afiliação
Fomento	Distribuição por agências de fomento que viabilizam as pesquisas por meio de distribuição de recursos
País/território	Distribuição por país

Fonte: dados da pesquisa (2020).

A partir da visualização inicial dos dados condensamos as categorias supracitadas em dois eixos: a incidência temporal e por áreas e subáreas do conhecimento, que nos permite visualizar a progressão desses estudos ao longo da História, demonstrando a sua concentração por zonas de interesse; e a caracterização dos principais agentes de produção científica (Quadro 4), que são constituídos pelos autores/autoras, instituições de pesquisa, agências e instituições de fomento à pesquisa e países com maior produtividade vinculada a si.

Essa divisão nos permite aprofundar as análises – que serão abordadas no capítulo subsequente – de acordo com o referencial teórico, intencionando revelar a progressão dos estudos desde o seu surgimento, as zonas de interesse por área do conhecimento e quem são os principais agentes de produção científica, compreendendo as relações entre Norte e Sul Global no âmbito da cartografia epistemológica.

Quadro 4 - Eixos de análise das categorias

EIXO	CATEGORIA	DESCRIÇÃO
1 – Incidência Temporal e por Áreas e Subáreas do Conhecimento	Ano de Ocorrência	Apresenta a distribuição dos estudos considerando a variável ano no período de 1935 a 2019
	Área/Subárea do Conhecimento	Apresenta a distribuição temática dos estudos considerando as 5 áreas e subáreas do conhecimento com maior ocorrência
2 – Agentes de Produção Científica	Autores e Autoras	Elenca os 10 autores e as autoras mais produtivos
	Instituições de Pesquisa	Elenca as 10 instituições de pesquisa mais produtivas
	Agências e instituições de fomento à pesquisa	Elenca as 10 agências e instituições de fomento à pesquisa com maior produtividade
	Países Produtores	Elenca os 5 países mais produtivos

Fonte: dados da pesquisa (2020).

O próximo capítulo apresenta de forma aprofundada a análise e a discussão dos dados condensados nos eixos supracitados. Destacamos que essa travessia objetiva compreender a permanência e a intensificação das abissalidades, rupturas, continuidades e descontinuidades apontadas no marco teórico, verificando se tais características se materializam nos resultados do levantamento e das análises.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Na primeira parte desta análise trataremos do Eixo 1 – Incidência Temporal e por Áreas e Subáreas do Conhecimento, que está dividido em duas categorias: Ano de Ocorrência e Área/Subárea do Conhecimento. Na primeira categoria identificamos como os estudos se materializaram ao longo da História, enfatizando as suas relações com eventos que incidiram no desenvolvimento das duas perspectivas. A segunda categoria revela a distribuição por áreas e subáreas do conhecimento, avaliando se existem discrepâncias e aproximações entre pós-colonialismo e decolonialidade nesse ponto.

O Eixo 2 – Agentes de Produção Científica está dividido em quatro categorias: Autores e Autoras; Instituições de Pesquisa; Agências e instituições de fomento à pesquisa; e Países Produtores. As categorias são descritas em *rankings* que demonstram os 10 principais agentes das três primeiras categorias (Autores e Autoras, Instituições de Pesquisa, Agências e instituições de fomento à pesquisa) e os 5 principais agentes da última (Países Produtores). Para elaborá-los, consideramos como principal critério o número de ocorrências, ou seja, a maior produtividade em estudos pós-coloniais e decoloniais, sendo que a categoria Países Produtores se refere ao cruzamento de dados das categorias Autores e Autoras, Instituições de pesquisa e Agências e instituições de fomento à pesquisa.

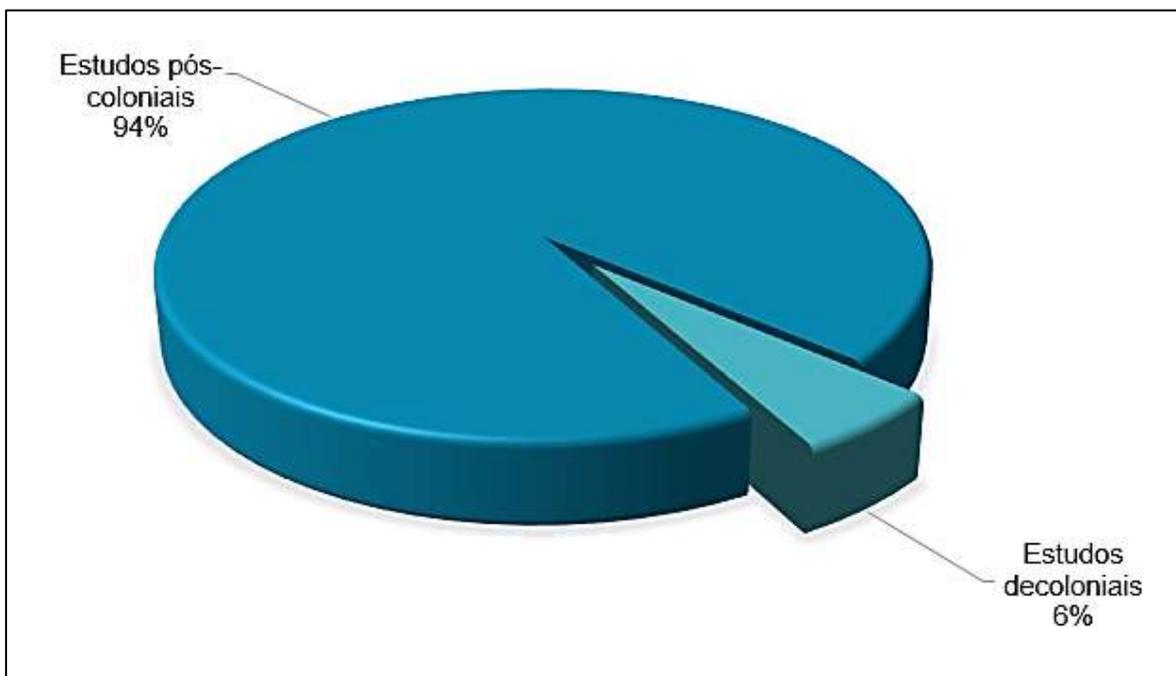
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO EIXO 1 – INCIDÊNCIA TEMPORAL E POR ÁREAS E SUBÁREAS DO CONHECIMENTO

Nesta seção, caracterizamos os estudos pós-coloniais e decoloniais no que tange à progressão temporal desde o seu surgimento, que verificamos ocorrer em 1935, até o ano de 2019. Após a caracterização, passamos à análise por área e subárea do conhecimento, verificando a materialização dos estudos nessa categoria. Os resultados são apresentados em gráficos que permitem a visualização das ocorrências.

Os estudos pós-coloniais e decoloniais totalizam 24.170 documentos indexados na Scopus. Destes, 22.814 documentos, ou seja, 94% estão indexados como pós-coloniais. Os estudos decoloniais, por sua vez, correspondem a 1.356

documentos, somando 6% dos resultados. A proporcionalidade dos estudos é apresentada a seguir, no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Proporção de estudos pós-coloniais e decoloniais.



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Para compreender a diferença numérica entre a ocorrência de estudos pós-coloniais e decoloniais devemos considerar o percurso histórico de desenvolvimento dos estudos. A perspectiva pós-colonial é dividida em três fases, segundo Ballestrin (2020a): 1950-1960, com a vinculação ao anticolonialismo revolucionário, o chamado “pós-colonialismo anticolonial”; o cânone do pós-colonialismo, que é formado a partir de 1978 com o lançamento do livro *Orientalismo*, de Edward Said, e com o surgimento e a consolidação dos estudos subalternos asiáticos; e a inflexão decolonial, no final dos anos 1990, com a cisão do grupo Latin American Subaltern Studies Group e a estruturação do Grupo Modernidade/Colonialidade.

Portanto, a perspectiva decolonial, que principia em 1998, é decorrente dessa cisão que se dá pelo alinhamento de alguns componentes do grupo original às discussões predominantes no contexto asiático-europeu, isto é, as reivindicações asiáticas de forte influência francesa e pós-moderna que se baseavam em uma experiência da elite intelectual indiana. Esse processo deu origem ao Grupo Modernidade/Colonialidade, composto por intelectuais latino-americanos que

discutiam a prevalência de questões concernentes à realidade da América Latina e criticavam a ausência de ruptura epistêmica do grupo latino-americano de estudos subalternos com o Norte (GROSFOGUEL, 2007).

É importante destacar que, mesmo localizando a decolonialidade como uma inflexão do pós-colonialismo, Baltestrin (2013, p. 108) sublinha que a distinção entre estudos pós-coloniais e decoloniais é decorrente da reivindicação dos próprios teóricos decoloniais:

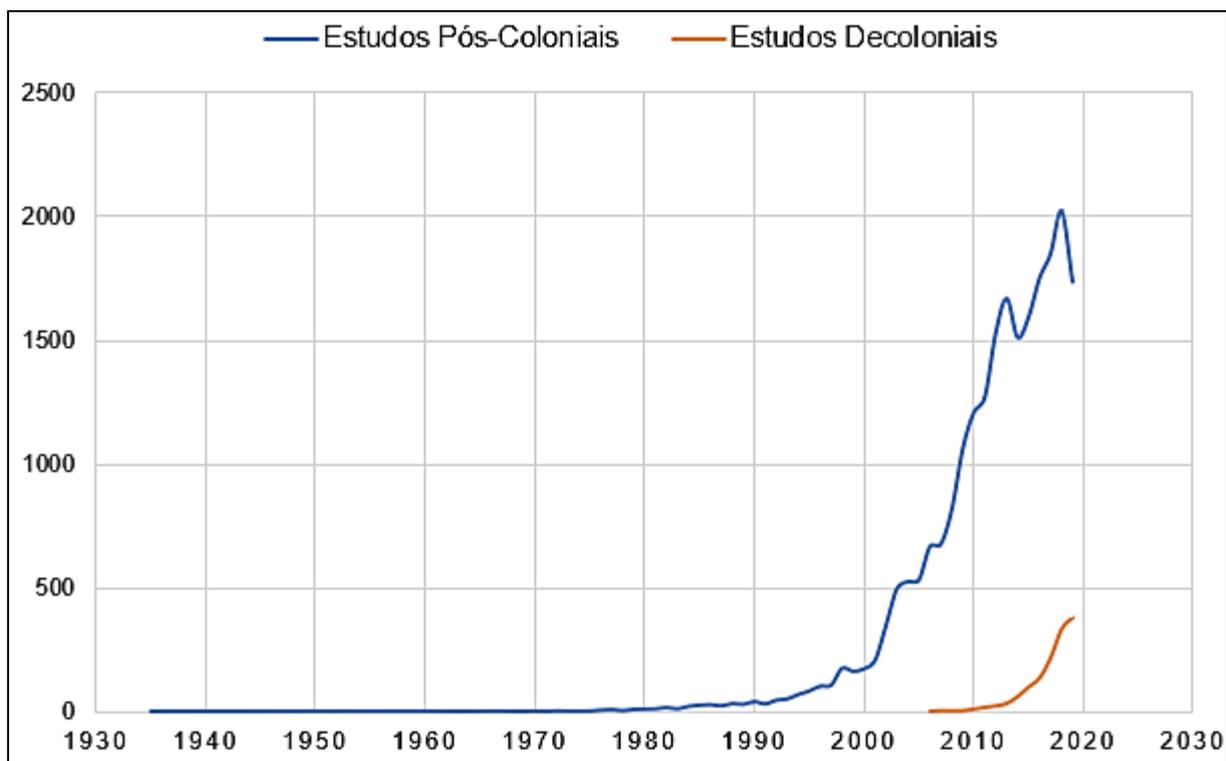
Basicamente, a decolonização é um diagnóstico e um prognóstico afastado e não reivindicado pelo *mainstream* do pós-colonialismo, envolvendo diversas dimensões relacionadas com a colonialidade do ser, saber e poder. Ainda que assuma a influência do pós-colonialismo, o Grupo Modernidade/Colonialidade recusa o pertencimento e a filiação a essa corrente. O mesmo se aplica às outras influências recebidas que possibilitaram o surgimento e o desenvolvimento da construção teórica do grupo. (BALLESTRIN, 2013, p. 108, itálico da autora).

Desta forma, temos um hiato de 48 anos na História entre o surgimento do pós-colonialismo (1950) e o surgimento da decolonialidade (1998). No que tange à materialização destes estudos na Scopus, os pós-coloniais têm seu primeiro registro em 1935 e ressurgem nos anos 1959-1963, possivelmente com a consolidação do pós-colonialismo anticolonial (primeira fase) discutida nos parágrafos anteriores.

Os estudos decoloniais, por sua vez, registram os primeiros documentos em 2006, após a publicação de *La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales*, de 2000, coletânea organizada por Edgardo Lander e publicada pela CLACSO. Esta obra fundamental, que utilizamos ostensivamente no marco teórico, traz diversas contribuições de pesquisadores latino-americanos que propõem a inclusão da perspectiva do Sul, dentre os quais se destacam o organizador da obra, o sociólogo venezuelano Edgardo Lander, o filósofo colombiano Santiago Castro-Gómez, o filósofo argentino Enrique Dussel e o sociólogo peruano Aníbal Quijano, este último explorando os conceitos de colonialidade do poder, do saber e do ser, que fundamentam os estudos decoloniais.

Após as considerações iniciais, passamos à visualização da comparação de ocorrência temporal entre pós-colonialismo e decolonialidade (Gráfico 2), especificando os estudos pós-coloniais (Gráfico 3) e os estudos decoloniais (Gráfico 4), considerando a variável ano.

Gráfico 2 – Comparação temporal dos estudos pós-coloniais e decoloniais.



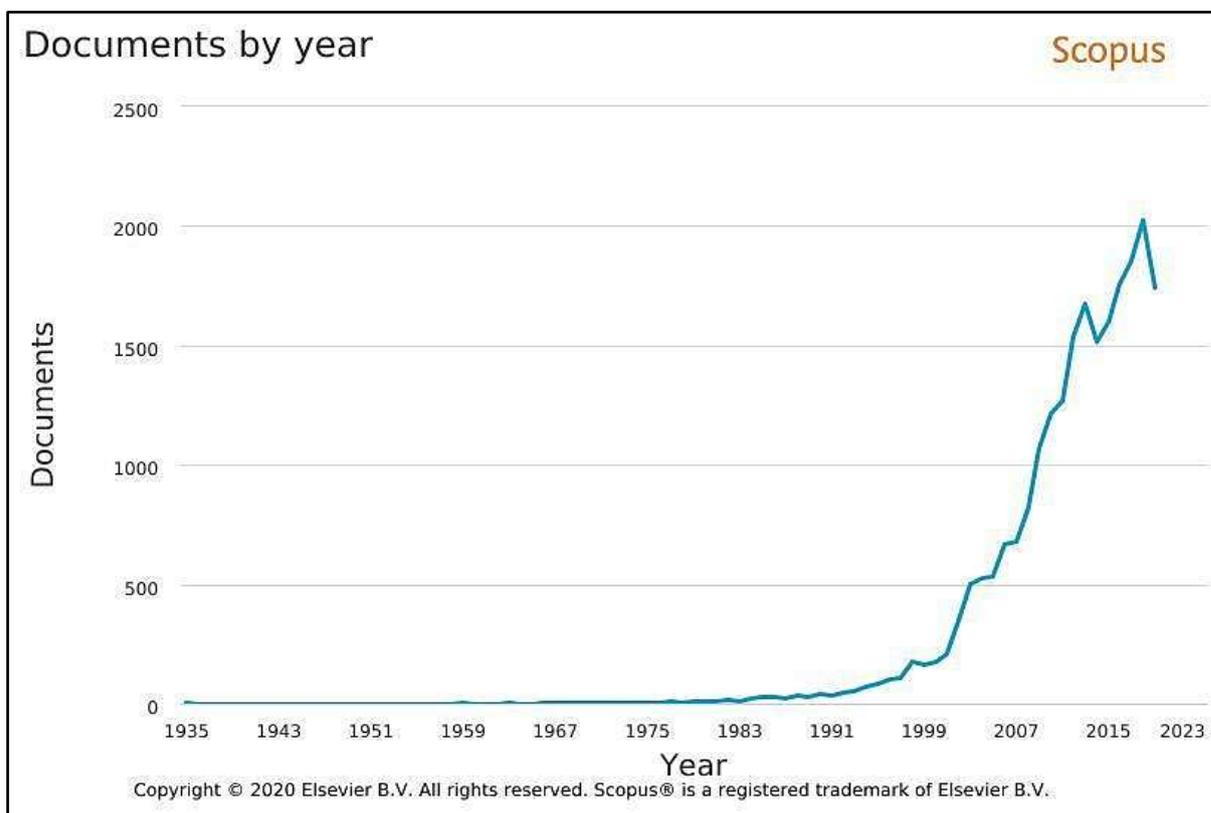
Fonte: dados da pesquisa (2020).

É possível notar o aumento crescente nos estudos pós-coloniais a partir dos anos 2000, que coincide com os eventos científicos do Grupo Modernidade/Colonialidade (a partir de 1998), com a publicação do livro *La Colonialidad del Saber* (2000) e com a indexação dos primeiros estudos decoloniais (2006). Por meio dos dados, é possível compreender a importância da perspectiva decolonial para a profusão dos estudos pós-coloniais. Esse fenômeno é apontado por Ballestrin (2013, 2017b): a crítica radical à influência do eurocentrismo nos estudos subalternos e a inclusão de epistemologias alternativas são adotadas posteriormente por pesquisadores pós-coloniais que se identificam com as demandas e as reivindicações do Grupo Modernidade/Colonialidade, mas que não são originários da América Latina ou não compunham o grupo.

Outro fator fundamental no entendimento desse fenômeno são as profundas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do final do século XX e início do século XXI. O imperialismo cognitivo, forma de poder que provém do imperialismo e atinge a noção e produção de conhecimento, reconfigura-se na atualidade e utiliza a globalização para se ramificar em níveis sutis. Neste contexto, as discussões de epistemologias alternativas que organizam o combate e a resistência à dependência

acadêmica ganham força, contrapondo-se às novas formas de dominação intelectual (SANTOS, 2007). Nos próximos parágrafos abordaremos de modo específico a distribuição temporal dos estudos pós-coloniais (Gráfico 3) e decoloniais (Gráfico 4).

Gráfico 3 – Ocorrência temporal dos estudos pós-coloniais.



Fonte: dados da pesquisa (2020).

O primeiro documento vinculado aos estudos pós-coloniais é o artigo “Handel in colonial and post-colonial America (to 1820)”, de Virginia Larkin Redway que foi publicado na revista *Musical Quarterly*, v. 21, n. 2, em 1935. Há um hiato de 24 anos entre essa publicação e as seguintes, de 1959: o artigo “A Tidewater Merchant In New Hampshire”, de R. W. Lovett, publicado na revista *Business History Review*, v. 33, n. 1 e a resenha do livro “The Muqaddimah: an introduction to History”, de autoria indefinida, publicada na revista *The Muslim World*, v. 49, n. 2. Desde então, os trabalhos são publicados com um aumento contínuo e discreto.

Nos anos 1980, quando ocorre o estabelecimento do cânone pós-colonial, os registros passam de 10 documentos, em 1980, para 40, em 1990. O número de ocorrências permanece estável e sem aumento significativo até o final da década, em que o número de registros passa de 107, em 1997, para 175 em 1998. Neste ano é

realizado um dos principais encontros da história do Grupo Modernidade/Colonialidade. O evento, apoiado pela CLACSO e realizado na Universidad Central de Venezuela, reuniu, pela primeira vez, o sociólogo venezuelano Edgardo Lander, o antropólogo colombiano Arturo Escobar, o semiólogo argentino Walter Mignolo, o filósofo argentino Enrique Dussel, o sociólogo peruano Aníbal Quijano e o antropólogo e historiador venezuelano Fernando Coronil (BALLESTRIN, 2013). Ainda em 1998, os sociólogos porto-riquenhos Ramón Grosfoguel e Agustín Laó-Montes reúnem, em um congresso internacional na Binghamton University, em Nova York (USA), Enrique Dussel, Walter Mignolo, Aníbal Quijano e o sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein (BALLESTRIN, 2013).

Em 1999 ocorreu um simpósio internacional na Pontificia Universidad Javeriana, em Colômbia, selando a cooperação entre esta universidade, a Duke University (USA), a University of North Carolina (USA) e a Universidad Andina Simón Bolívar, da Bolívia. “Desse evento resultaram as primeiras publicações do grupo: ‘Pensar (en) los intersticios: Teoría y práctica de la crítica poscolonial’ (1999) e ‘La reestructuración de las ciencias sociales en América Latina’ (2000)” (BALLESTRIN, 2013, p. 97).

Deste ponto em diante, há um aumento bastante significativo nos estudos pós-coloniais: o número de ocorrências passa de 173, em 2000, para 526 em 2004. Nessa mesma década, ocorreram sete reuniões e eventos científicos do Grupo Modernidade/Colonialidade: em 2001, 2002, 2003, 2004 e 2006. Neste período são incluídos o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres, que figura como um dos principais agentes de produção científica, o qual será descrito no Eixo 2, e o advogado e sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, autor que utilizamos no marco teórico e que deu luz às categorias pensamento abissal e cartografia abissal, que trazemos neste trabalho para explicar as relações de dependência epistêmica e de injustiça cognitiva (BALLESTRIN, 2013).

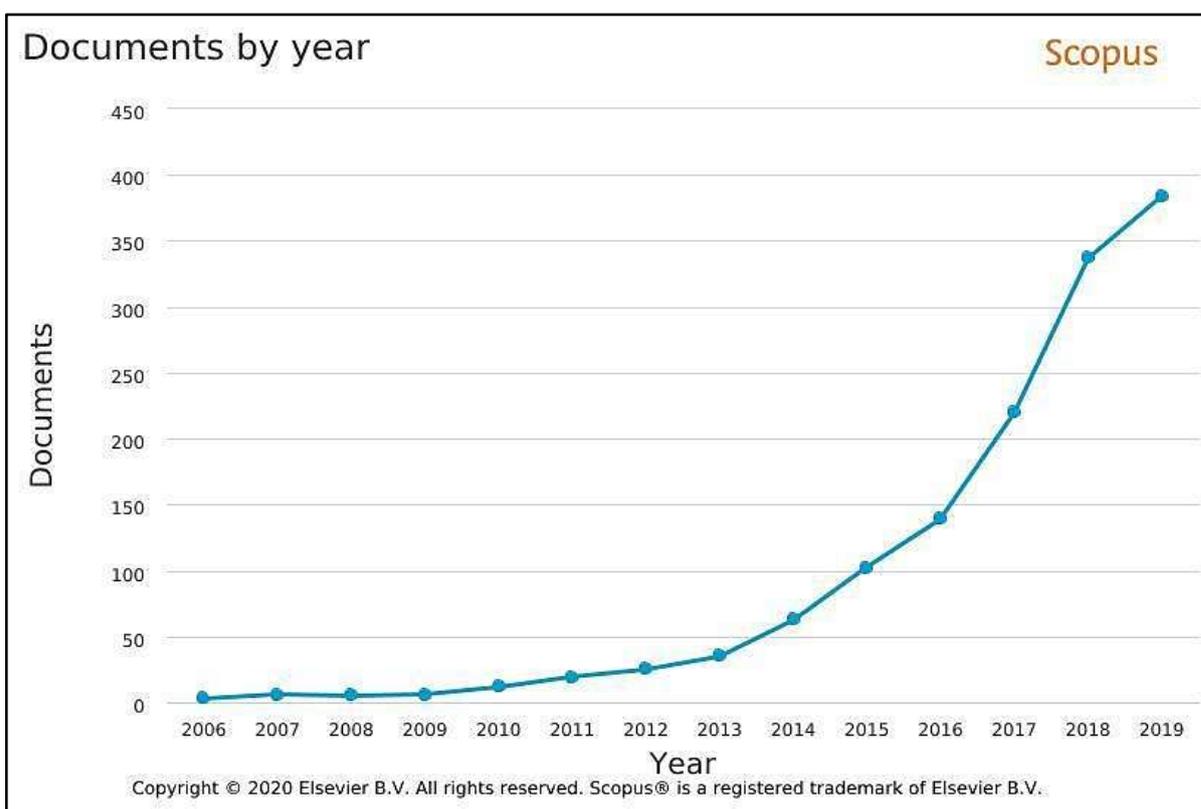
Na segunda metade dos anos 2000, já com o estabelecimento do Grupo Modernidade/Colonialidade e da perspectiva decolonial, os estudos pós-coloniais passam de 668, em 2006, para 1065 em 2009. Na última década, as ocorrências seguem ascendendo: em 2010 são registradas 1.211 ocorrências, em 2015 são 1.599 e em 2019 são 1.746. O pico dos estudos ocorre em 2018, com 2.034 registros. Nessa década se destacam os estudos que categorizam diferentes modos de controle, tais como a economia, a autoridade, a natureza/recursos naturais, gênero/sexualidade e

subjetividade/conhecimento, ampliando o leque de temáticas decoloniais (BALLESTRIN, 2017a).

É importante salientar que a nossa tessitura reflete, simultaneamente, os estudos pós-coloniais e os decoloniais, como descrito acima, considerando que os últimos possam, hipoteticamente, influenciar na ocorrência dos primeiros. Essa hipótese se confirma: o aumento dos estudos pós-coloniais está intimamente ligado aos eventos históricos da perspectiva decolonial, ainda que o número de estudos pós-coloniais seja infinitamente maior.

A seguir, analisaremos a ocorrência dos estudos decoloniais, que surgem, na Scopus, em 2006.

Gráfico 4 – Ocorrência temporal dos estudos decoloniais.



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Os estudos decoloniais, diferentemente dos pós-coloniais, seguem um fluxo contínuo quando de seu surgimento. Os primeiros documentos indexados na Scopus datam de 2006: o editorial “Postfoundational thoughts about learning in different registers: Decolonial, cross-cultural, and Montessorian”, de Heather Sykes, foi publicado na revista *Curriculum Inquiry*, v. 36, n. 1; o Prefácio de Ramón Grosfoguel,

foi publicado na revista *Review*, v. 29, n. 2; e, por fim, o artigo “World-systems analysis in the context of transmodernity, border thinking, and global coloniality”, publicado na revista *Review*, v. 29, n. 2.

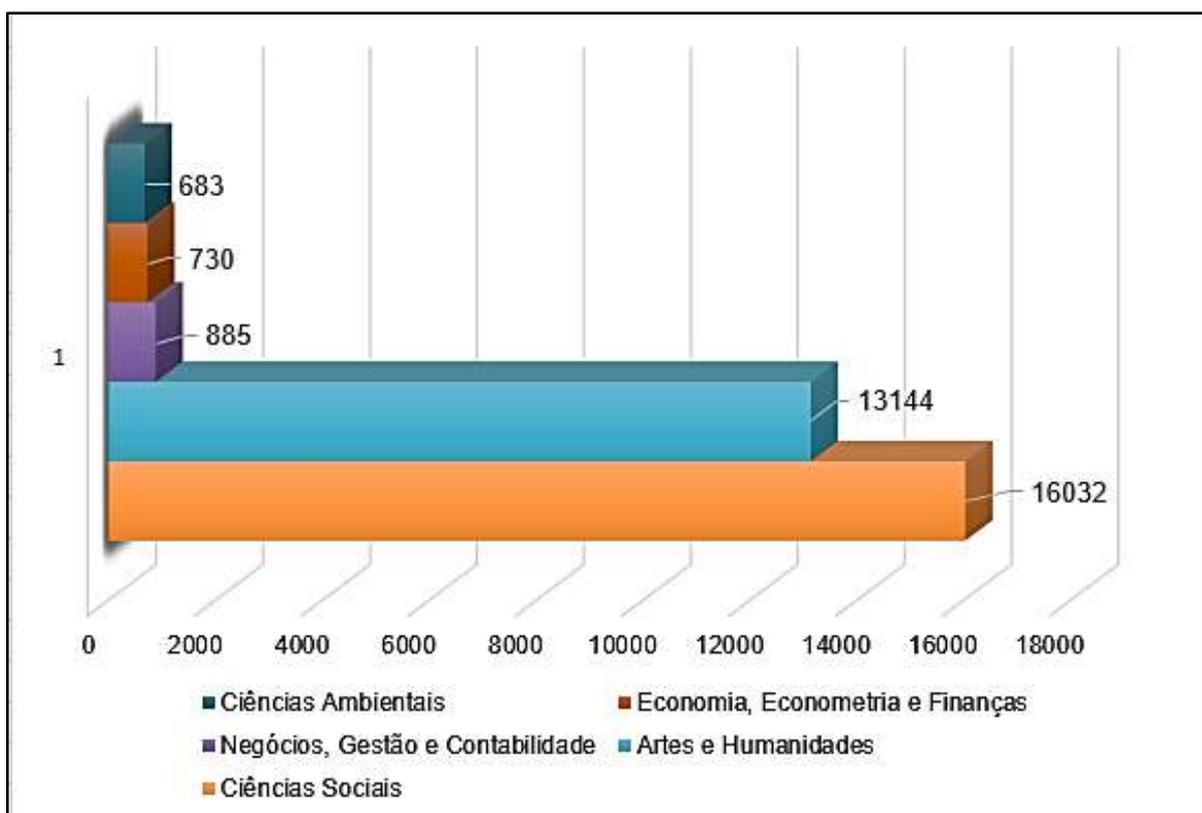
O ano de surgimento dos primeiros estudos coincide com o último encontro/evento do Grupo Modernidade/Colonialidade. A partir desse momento, o grupo passa por questões internas de ebulição, localizadas na crítica – de origem externa – e na autocrítica: ainda que sejam importantes as temáticas levantadas pelos integrantes, algumas ausências podem ser percebidas, tais como: as questões ambientais, as economias alternativas e as discussões de gênero (Ballestrin, 2013). Paulatinamente, essas temáticas são incorporadas e formam a Rede Modernidade/Colonialidade, que se estabelece a partir da inclusão de novos pesquisadores e da cooperação interinstitucional (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOQUEL, 2007).

Neste cenário, despontam algumas obras que ampliam o leque de questões: “El Giro Decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global”, obra coletiva organizada por Santiago Castro-Gómez e por Ramón Grosfoguel e publicada em 2007, em que aparece o conceito de biocolonialidade do poder; os artigos da socióloga argentina María Lugones: “Heterosexuality and the Colonial/Modern Gender System”, publicado em 2007 na revista *Hypatia*, e “Rumo a um Feminismo Descolonial”, publicado em 2010 na *Revista Estudos Feministas*, que tratam da questão de gênero do ponto de vista interseccional; e, por fim, a obra coletiva “Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico”, organizada por Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel e publicada em 2018, que propõe nova luz aos estudos decoloniais atravessados pelas questões étnico-raciais.

Os estudos decoloniais seguem crescendo de modo estável e ascendente: em 2015, o número de ocorrências atinge 102 documentos; em 2016 são registrados 139 documentos; em 2017 esse número passa para 215 registros; em 2018 há um salto para 340 e em 2019 chegamos a 385 registros. Esse aumento é condizente com a premissa de Castro-Gómez e Grosfoguel (2007) de criar uma rede de colaboração que não se limitasse a fronteiras geográficas e que abarcasse temáticas diferenciadas, o que aumentaria o alcance dos estudos decoloniais e sua disseminação.

Após a análise da progressão dos estudos pós-coloniais e decoloniais no que tange ao aspecto temporal, verificamos sua divisão nas áreas e subáreas do conhecimento, as quais serão apresentadas nos Gráficos 5 e 6. Cabe ressaltar que o mesmo registro pode estar indexado em mais de uma área do conhecimento.

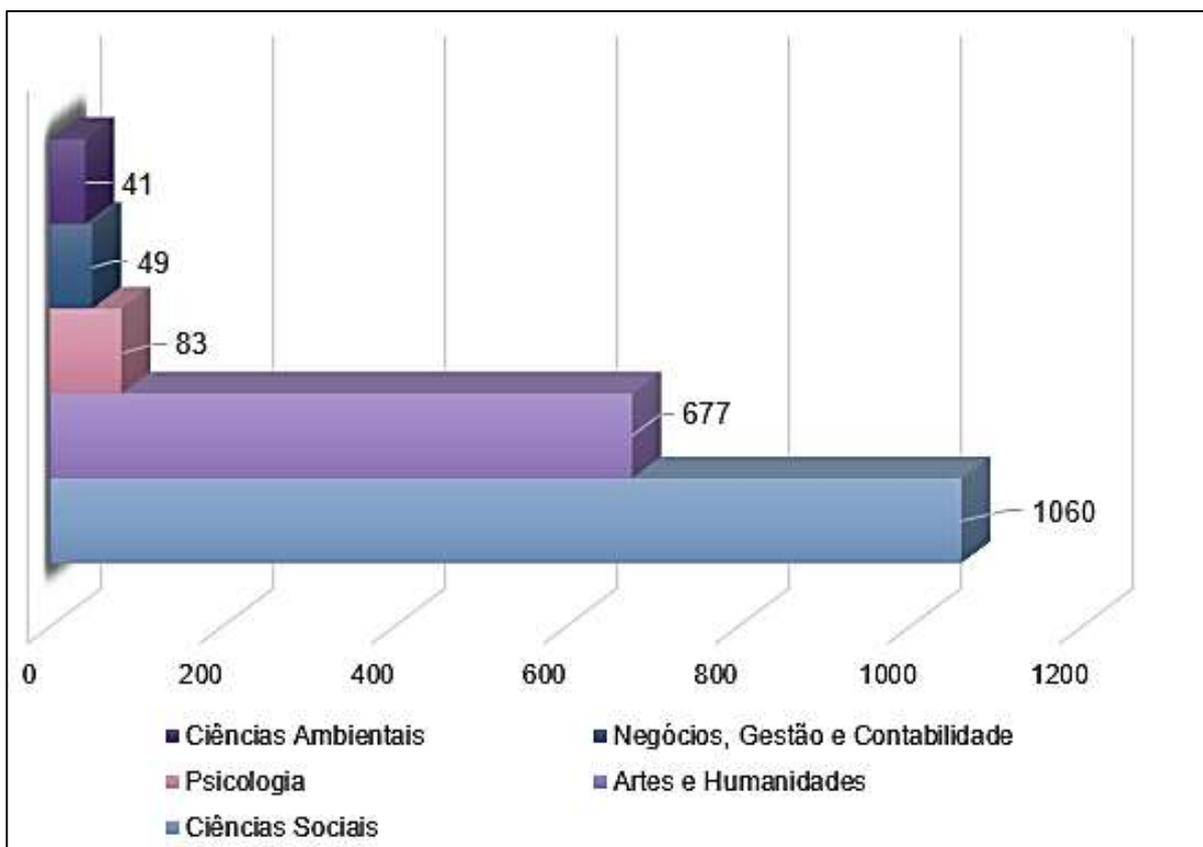
Gráfico 5 – Ocorrência por áreas e subáreas do conhecimento dos estudos pós-coloniais.



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Os estudos pós-coloniais estão, deste modo, majoritariamente vinculados às Ciências Sociais, com 16.032 ocorrências. A área de Artes e Humanidades aparece em segundo lugar, com 13.144 ocorrências. Em terceiro lugar, temos a área de Negócios, Gestão e Contabilidade, que possui 885 ocorrências. A área de Economia, Econometria e Finanças, em quarto lugar, possui 730 ocorrências. Por fim, em quinto lugar, surge a área de Ciências Ambientais, que possui 683 ocorrências.

Gráfico 6 – Ocorrência áreas e subáreas do conhecimento dos estudos decoloniais.



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Os estudos decoloniais, por sua vez, estão principalmente vinculados às Ciências Sociais, com 1.060 ocorrências. A área de Artes e Humanidades aparece com 677 ocorrências em segundo lugar. A área de Psicologia, terceira colocada, possui 83 ocorrências. Em quarto lugar, temos a área de Negócios, Gestão e Contabilidade, com 49 ocorrências. Finalmente, a área de Ciências Ambientais surge em quinto lugar, com 41 ocorrências.

Comparando a indexação dos estudos por área e subárea do conhecimento é notável que as duas perspectivas possuem aproximações. Com base nos dados, é possível afirmar que o pós-colonialismo e a decolonialidade estão ligados, essencialmente, à área das Ciências Sociais e das Artes e Humanidades, destacando-se, na bibliografia, os estudos sociológicos (LANDER, 2005, LUGONES, 2007, 2014; QUIJANO, 2005), de ciência política (BALLESTRIN, 2013, 2017a, 2017b, 2020a, 2020b, 2020c) e filosóficos (CASTRO-GÓMEZ, 2005; DUSSEL, 2005).

Grosfoguel (2007) pontua que, com algumas exceções, a maioria dos teóricos pós-coloniais pertencentes e produtores ao/do grupo de estudos subalternos provém

da área de humanidades, especialmente da Literatura, Retórica e dos Estudos Culturais. Um número minoritário é oriundo das Ciências Sociais, em particular da Antropologia. Por outro lado, os estudiosos do sistema-mundo, que se alinham à perspectiva latino-americana, provêm, sobretudo, das Ciências Sociais, destacando-se a Sociologia, a Antropologia, a Ciência Política e a Economia. Um número minoritário pertence às Humanidades. O autor destaca as áreas de estudos dos pesquisadores para enfatizar a predominância de diferenças entre as perspectivas, sendo constitutivas das divergências teóricas nas duas abordagens (GROSFOGUEL, 2007). É importante destacar a diferenciação entre os teóricos pós-coloniais e os teóricos do sistema-mundo, dentre os quais figuram os dissidentes que, posteriormente, farão parte do grupo decolonial.

A perspectiva decolonial se colocará como resistência à permanência do sistema europeu / capitalista / militarista / cristão / patriarcal / branco / heterossexual / masculino, que se consolida nas mais diversas formas de violência. Dentre elas, são elencadas por Grosfoguel (2007):

- a) formação de classes globais no contexto capitalista;
- b) a divisão internacional do trabalho;
- c) um sistema político-militar controlado pela Europa e institucionalizado nas colônias administrativas;
- d) a hierarquia global étnico-racial, que privilegia os europeus;
- e) a hierarquia global de gênero, que privilegia homens em relação a mulheres, e a percepção judaico-cristã de relacionamento que exclui outras formas de se relacionar;
- f) a hierarquia sexual, que privilegia heterossexuais em detrimento de outras sexualidades;
- g) a hierarquia espiritual, que privilegia o cristianismo e desqualifica outras manifestações espirituais;
- h) a hierarquia epistemológica, que privilegia os conhecimentos e a cosmovisão ocidentais;
- i) a hierarquia linguística, que privilegia as línguas e a comunicação europeias e exotifica/folcloriza as demais;
- j) a hierarquia estética, que primitiviza as manifestações artísticas não-ocidentais e posiciona as ocidentais como referência;

- k) a hierarquia pedagógica, que privilegia o modo cartesiano ocidental em detrimento de outras abordagens;
- l) a hierarquia midiática/informacional, que se consolida no controle midiático, informacional e tecnológico em países não ocidentais;
- m) a hierarquia etária ocidental, que atribui um ideal de produtividade aos indivíduos;
- n) a hierarquia ecológica, que dissemina a concepção ocidental de natureza antropocêntrica, em que o homem é superior a todos os outros animais, subjugando-os e utilizando os recursos naturais irresponsavelmente para seu próprio benefício;
- o) e, por fim, a hierarquia espacial, que privilegia as zonas urbanas em detrimento das zonas rurais, ocasionando a destruição de espaços e de comunidades camponesas/camponesas/rurais.

Deste modo – dada a heterogeneidade dos estudos –, a discussão e a adoção de diferentes epistemologias, que se consolida nas Teorias Sociais do Sul, mostra-se fundamental no enfrentamento das várias formas de violência que não podem ser superadas com a reprodução da epistemologia dominante.

Dentre as contribuições, destacamos a área de Psicologia, que aparece em terceiro lugar nos estudos decoloniais, e tem consonância com o “retorno às origens” promovido pelos estudos mais recentes, que buscam alinhar a sua perspectiva ao pós-colonialismo anticolonial, que punha, em xeque, as questões de raça enfatizando o aspecto psíquico da colonização (BALLESTRIN, 2020a; CÉSAIRE, 1971; FANON, 2008). Essa iniciativa possui influências da psicanálise, do pan-africanismo, do pensamento afrodiaspórico e do marxismo revolucionário (BALLESTRIN, 2017a). Depreendemos que vem à tona, nos últimos anos, a compreensão do colonialismo em níveis psíquicos muito sutis, como as obras de Césaire (1971) e Fanon (1968, 2008) grifaram no início dos anos 1950.

É possível afirmar, a partir das análises do Eixo 1, que o surgimento e a consolidação dos estudos decoloniais influenciou, sobremaneira, na produção pós-colonial, ainda que sejam resguardadas suas divergências teóricas. Os estudos pós-coloniais, apesar de se localizarem historicamente anteriores à perspectiva decolonial, são atingidos por suas propostas, guardando similaridades na manifestação por área e subárea do conhecimento, as quais discutimos acima. Após a caracterização

temporal e por áreas e subáreas do conhecimento, que nos permitiu vislumbrar um panorama dos estudos, nos concentraremos na análise dos principais agentes de produção científica dos estudos pós-coloniais e decoloniais.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO EIXO 2 – AGENTES DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Nesta seção apresentamos os principais agentes de produção científica dos estudos pós-coloniais e decoloniais, considerando o critério produtividade no elenco. Os agentes estão divididos em quatro categorias: Autores e Autoras; Instituições de Pesquisa; Agências e instituições de fomento à pesquisa; e Países Produtores. Na primeira categoria, caracterizamos os dez autores e autoras de cada perspectiva que possuem maior produção científica indexada na base, considerando o gênero, o país, a afiliação, o número de publicações e o número de citações na descrição.

A segunda categoria trata da afiliação, por meio da qual elencamos as dez principais instituições de pesquisa que possuem maior número de produção científica vinculada a si. Relacionamos as instituições aos países em que se localizam, para facilitar a visualização da intensidade de ocorrências e suas relações com a divisão Norte e Sul Global.

Na terceira categoria elencamos as dez principais agências e instituições de fomento à pesquisa, considerando a intensidade da produção científica para elaborar o *ranking*. As agências e instituições são relacionadas aos países aos quais pertencem, de modo que possamos verificar as relações tensionais de Norte e Sul. Por fim, apresentamos a quarta categoria, que se refere aos cinco principais países produtores, cuja elaboração é decorrente do cruzamento dos dados das categorias anteriores.

Passamos, agora, à caracterização da primeira categoria: Autores e Autoras (Quadro 5). Para esta análise, foram considerados os 10 autores e autoras mais produtivos dos estudos pós-coloniais e os 10 autores e autoras mais produtivos dos estudos decoloniais.

Quadro 5 – Ranking dos 10 autores e autoras com maior produção científica sobre estudos pós-coloniais e decoloniais

ESTUDOS PÓS-COLONIAIS						ESTUDOS DECOLONIAIS					
Autor(a)	Gên.	País	Afiliação	Ocorr.	Nº. Cit.	Autor(a)	Gên.	País	Afiliação	Ocorr.	Nº. Cit.
BHAMBRA, G.K.	F	GBR	University of Sussex	19	733	MIGNOLO, W.D.	M	USA	Duke University	13	482
SAMADDAR, R.	M	IND	Calcutta Research Group	19	39	NDLOVU-GATSHENI, S. J.	M	ZAF	University of South Africa	11	139
BOEHMER, E.	F	GBR	University of Oxford	18	204	ADAMS, G.	M	USA	University of Kansas	9	126
LOFTSDÓTTIR, K.	F	ISL	Haskoli Islands	18	215	KAUNDA, C. J.	M	ZAF	University of the Free State	9	32
PONZANESI, S.	F	NDL	Utrecht University	18	199	TLOSTANOVA, M.	F	SWE	Linköpings Universitet	8	92
ASHCROFT, B.	M	AUS	University of New South Wales (UNSW)	17	184	MALDONADO-TORRES, N.	M	USA	Rutgers University	7	42
CONNELL, R.	F	AUS	The University of Sydney	16	509	FARIA, A.	M	BRA	Fundação Getulio Vargas	6	89
GOH, D.P.S.	M	SGP	National University of Singapore	16	113	GROSGOUEL, R.	M	USA	University of California	6	297
JAZEEL, T.	M	GBR	University College London	16	354	ZEMBYLAS, M.	M	CYP	Open University of Cyprus	6	51
MCCARTHY, C.	M	GBR	Durham University	15	42	ATALLAH, D. G.	M	USA	University of Massachusetts Boston	5	41
Total de ocorrências: 172			Total de citações: 2592			Total de ocorrências: 80			Total de citações: 1391		

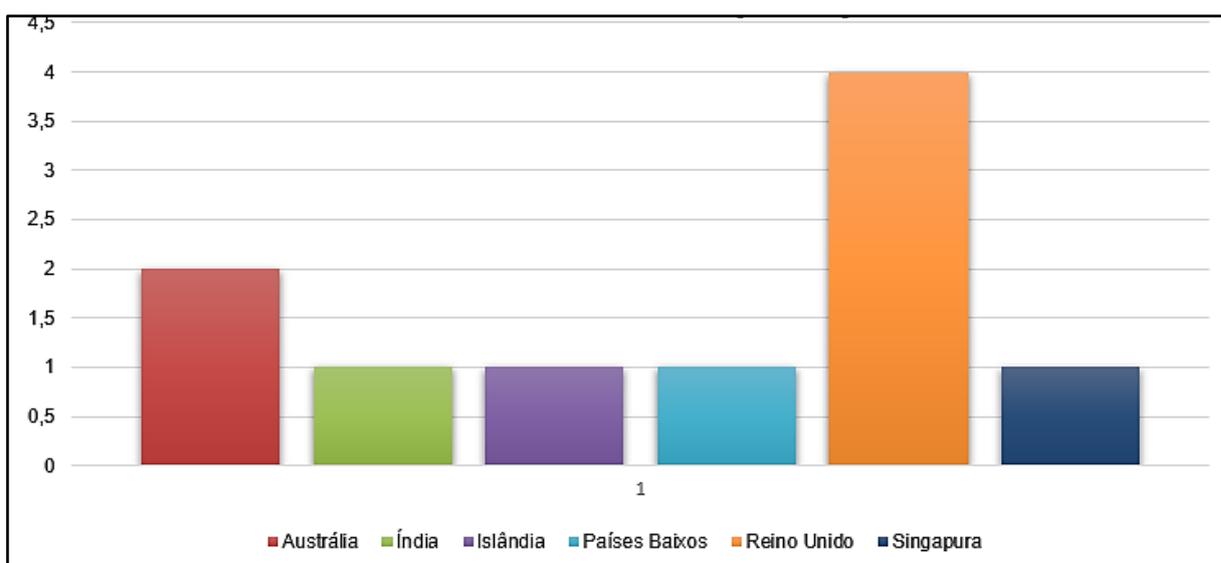
Fonte: dados da pesquisa (2020).

Os dados arrolados permitiram o ranqueamento dos principais autores e autoras, considerando o número de documentos atribuídos a cada um deles. O número total de documentos relacionados ao *ranking* de autoria acima é de 1,04% do total de estudos indexados na base (24.170) e condensa 3.983 citações.

A autoria pós-colonial possui 172 documentos vinculados a si, o que representa 0,75% do total de estudos pós-coloniais (22.814) e 0,71% do total de estudos (24.170). O número de citações dos estudos pós-coloniais é de 2.592 ocorrências. Quanto aos estudos decoloniais, o total de ocorrências é de 80 documentos, o que corresponde a 5,89% do total de estudos decoloniais (1.356) e 0,33% do total de estudos (24.170). O número de citações dos estudos decoloniais é de 1.391 ocorrências.

A partir dos dados podemos afirmar que os autores ranqueados nos estudos decoloniais concentram maior produção em proporcionalidade, comparados aos autores pós-coloniais, ainda que os estudos decoloniais estejam em menor número na Scopus. Pelos dados percentuais, compreendemos que os estudos decoloniais tendem a estar mais concentrados em poucos autores (5,89%), enquanto os dados dos estudos pós-coloniais sugerem maior dispersão (0,75%). A seguir, apresentamos e caracterizamos a autoria por país nos estudos pós-coloniais (Gráfico 7) e decoloniais (Gráfico 8).

Gráfico 7 – Países aos quais pertencem os autores/autora pós-coloniais.



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Para as análises que se seguem consideramos as ocorrências do *ranking* dos estudos pós-coloniais: 172 documentos e 2.592 citações.

O Reino Unido (GBR) possui 4 agentes (2 homens e 2 mulheres), 68 documentos (39,53%) e 1333 citações (51,42%). A Austrália (AUS), possui 2 agentes (1 autora e 1 autor), além de 33 documentos (19,18%) e 693 citações (26,7%). A Índia (IND), possui 1 agente (homem), 19 documentos (11,04%), 39 citações (1,50%). A Islândia (ISL), por sua vez, possui 1 agente (mulher) 18 documentos (10,46%) e 215 citações (8,29%). Os Países Baixos (NDL), têm 1 agente (mulher), 18 documentos (10,46%) e 199 citações (7,67%). Por fim, Singapura (SGP), possui 1 agente (homem), 16 documentos (9,30%) e 113 citações (4,35%).

A partir desses resultados é possível afirmar que o Reino Unido impera, concentrando o maior número de agentes, de documentos e de citações. Outro ponto a ser considerado é a presença feminina no *ranking*, que representa 50% dos dez autores/autoras mais produtivos em pós-colonialismo.

Gurminder K. Bhambra (GBR), que desponta como a autora mais produtiva entre todos os autores, possui 19 documentos (11%) e 733 citações (28,27%). Elleke Boehmer (GBR), 3ª colocada no *ranking*, possui 18 documentos (10,46%) e 204 citações (7,87%). Kristín Loftsdóttir (ISL), 4ª colocada, possui 18 documentos (10,46%) e 215 citações (8,29%). Sandra Ponzanesi (NDL), 5ª colocada, possui 18 documentos (10,46%) e 199 citações (7,67%). Raewyn Connell (AUS) está em 7º lugar no *ranking* e possui 16 documentos (9,30%) e 509 citações (19,63%).

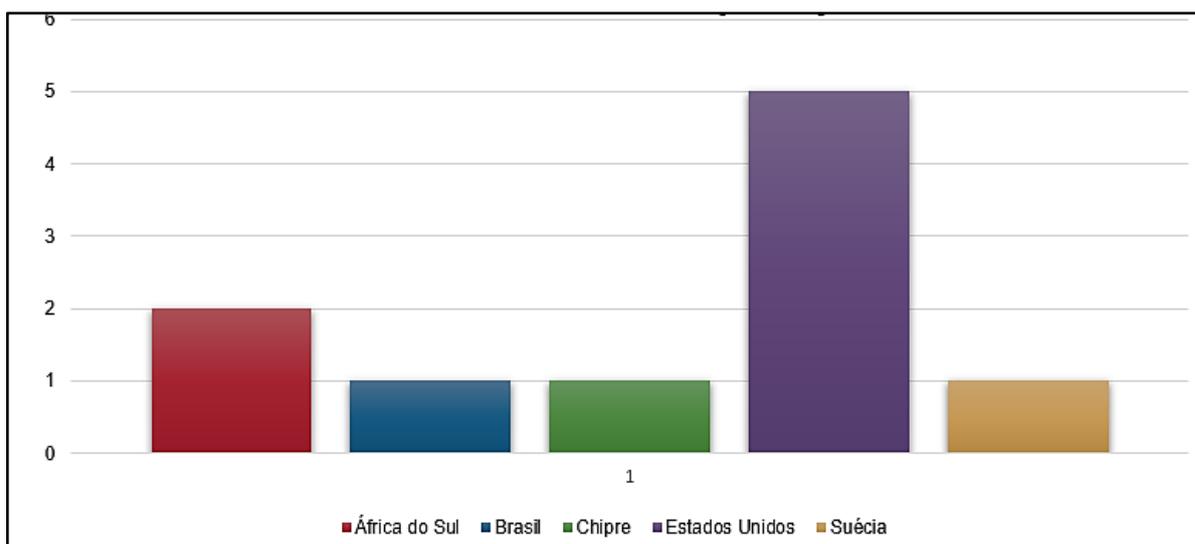
A discussão sobre a presença de mulheres pesquisando sobre pós-colonialismo e decolonialidade é debatida a partir do estabelecimento do cânone pós-colonial em 1978 (BALLESTRIN, 2017b, 2020a, 2020b), por considerar que a compreensão do lugar social da mulher (SPIVAK, 2010) e a relevância da pesquisa histórica feminista (MUNIZ, 2015) são de crucial importância para revelar as violências epistêmicas e de gênero.

A emergência da perspectiva feminista decolonial, como abordado no capítulo 2, é resposta à ausência de estudos de gênero nos primeiros anos de discussão do Grupo Modernidade/Colonialidade (BALLESTRIN, 2017b, 2020c). Por esta razão, a eclosão dos estudos feministas decoloniais se mostra tão importante ao abordar a heterogeneidade dos discursos que conformam a realidade das mulheres latino-americanas, contribuindo com uma epistemologia feminista do Sul (LUGONES, 2014; MACHADO; WALTER COSTA; DUTRA, 2018). Tal fenômeno contribui, inclusive, para a adoção desse modo de pensar o feminismo no contexto pós-colonial por outros

países que não são latino-americanos, reivindicando as interseccionalidades e as colonialidades de gênero (BALLESTRIN, 2020a).

Na sequência (Gráfico 8), apresentamos a caracterização dos resultados decoloniais, a fim de avaliarmos se essas diferenças se materializam nos dados. Para a elaboração das análises consideramos o *corpus* do ranking: 80 documentos e 1.391 citações.

Gráfico 8 – Países aos quais pertencem os autores/autoras decoloniais.



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Os Estados Unidos (USA) despontam como o país que possui maior produtividade: 5 agentes (homens), 40 documentos (50%) e 988 citações (71,02%). Na sequência, temos a África do Sul (ZAF), que possui 2 agentes (autores), 20 documentos (25%) e 171 citações (12,29%). A Suécia (SWE), possui 1 agente (mulher), 8 documentos (10%) e 92 ocorrências (6,61%). O Brasil (BRA), por sua vez, possui 1 agente (homem), 6 documentos (7,5%) e 89 citações (6,39%). Finalmente Chipre (CYP), com 1 agente (homem), 6 documentos (7,5%) 51 ocorrências (3,66%).

Cabe salientar as tensões geopolíticas nos estudos decoloniais. A presença estadunidense é intensa, o que nos faz refletir acerca dos interesses imperialistas nos estudos decoloniais, como Ouriques (2020a, 2020c) sublinha. O autor mais produtivo, Walter Mignolo (Argentina), que participou da fundação do Grupo Modernidade/Colonialidade, como descrito no capítulo 2, possui 13 documentos (16,25%) e 482 citações (34,65%) e está vinculado à Duke University (USA). Nelson Maldonado-Torres (Porto Rico), outro importante participante do Grupo

Modernidade/Colonialidade, possui 7 documentos (8,75%) e 42 citações (3,01%) e está vinculado à Rutgers University (USA), ocupando o 6º lugar do *ranking*. Por fim, Ramón Grosfoguel (Porto Rico), também participante do Grupo Modernidade/Colonialidade, posiciona-se em 8º lugar, possuindo 6 documentos (7,5%) e 297 citações (21,35%) e está vinculado à University of California (USA).

É possível determinar, a partir desses dados, que os três integrantes originalmente vinculados ao Grupo Modernidade/Colonialidade, que deu origem à perspectiva decolonial, estão afiliados a instituições estadunidenses e se tornaram referências nos estudos, concentrando 63,5% das citações do *ranking*. Tal constatação é inquietante na medida em que percebemos a influência estadunidense nos estudos decoloniais, a despeito de estarem tecnicamente ligados a uma alternativa epistemológica que rompa com a dependência epistêmica.

Outro ponto fundamental a ser destacado é a questão de gênero: 90% da autoria no *ranking* de estudos decoloniais é masculina. A russa Madina Tlostanova (SWE), da Europa, é a única mulher nesse elenco e ocupa a 5ª posição. A autora possui 8 ocorrências (10%) e 92 citações (6,61%). Percebemos que, embora tenha havido um avanço nas discussões decoloniais no que tange às questões de gênero, a presença masculina ainda é majoritária. Entretanto, cabe salientar que a única autora presente neste *ranking* está vinculada a um país europeu, o que demonstra uma barreira ainda maior para a mulher afiliada ao Sul.

Nas análises seguintes intencionamos verificar se tais diferenças se materializam na afiliação dos estudos pós-coloniais e decoloniais (Quadro 6), identificando os países e os continentes aos quais as instituições de pesquisa estão vinculadas. Para ranqueá-las, ao modo da autoria, consideramos a produtividade das instituições.

Quadro 6 – *Ranking* das 10 instituições de pesquisa com maior produtividade

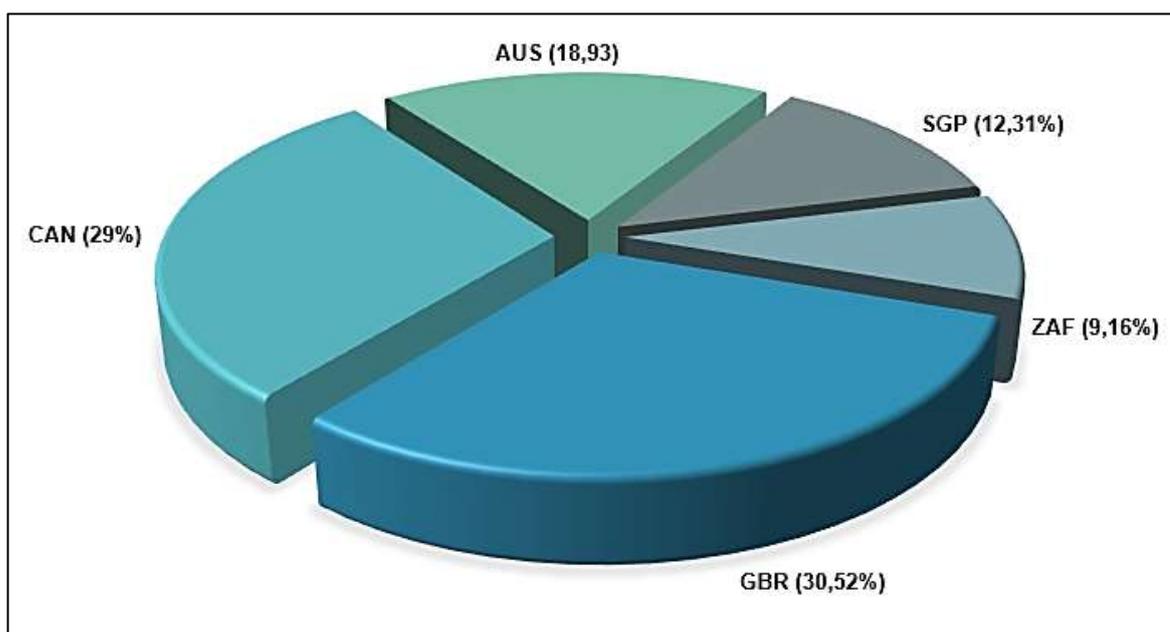
ESTUDOS PÓS-COLONIAIS			ESTUDOS DECOLONIAIS		
Instituição	País	Ocorr.	Instituição	País	Ocorr.
University of Toronto	CAN	215	University of South Africa	ZAF	52
National University of Singapore	SGP	203	University of Cape Town	ZAF	24

University of Oxford	GBR	182	University of Witwatersrand	ZAF	23
The University of British Columbia	CAN	177	Duke University	USA	21
University of London	GBR	165	University of Toronto	CAN	16
The University of Sydney	AUS	162	The University of British Columbia	CAN	15
University of Cambridge	GBR	156	York University	CAN	14
University of Cape Town	ZAF	151	Universidade Federal de Santa Catarina	BRA	13
University of Melbourne	AUS	150	University of KwaZulu-Natal	ZAF	12
University of Ottawa	CAN	87	University of the Free State	ZAF	12
Total de ocorrências: 1648			Total de ocorrências: 202		

Fonte: dados da pesquisa (2020).

O ranqueamento das instituições permite verificar o total de ocorrências atribuídas a cada uma delas. Os números totais correspondem a 1.648 documentos para os estudos pós-coloniais, representando 7,22% do total dessa categoria (22.814) e 6,81% do total geral de estudos (24.170). Os decoloniais, por sua vez, possuem 202 documentos, sendo 14,89% do total de estudos decoloniais (1.356) e 0,83% do total geral de estudos. Nos parágrafos seguintes veremos a ocorrência por país.

Gráfico 9 – Países aos quais pertencem as 10 instituições de pesquisa pós-coloniais mais produtivas.

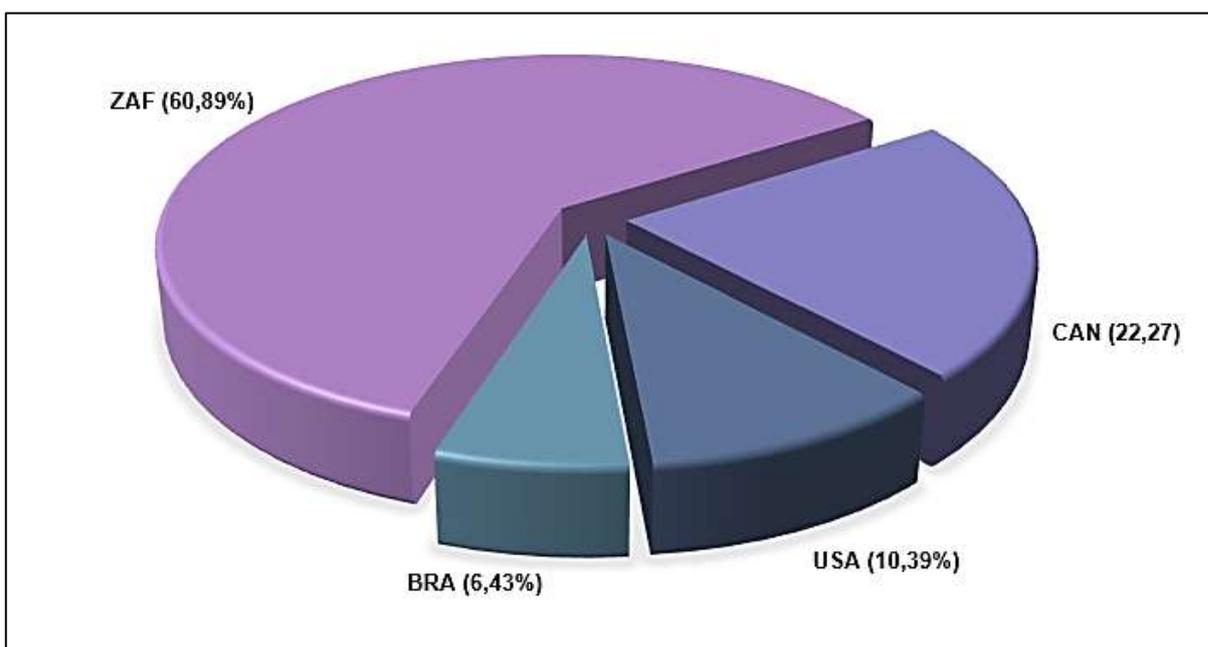


Fonte: dados da pesquisa (2020).

O Reino Unido (GBR) desponta como o país com maior produtividade: são 3 instituições e 503 documentos (30,52%). O Canadá (CAN), segundo colocado e primeiro no *ranking* da Scopus, possui 3 instituições e 479 documentos (29%). A Austrália (AUS), por sua vez, possui 2 instituições e 312 documentos (18,93%). Singapura (SGP), possui 1 instituição e 203 documentos (12,31%). Finalmente África do Sul (ZAF) com 1 instituição e 151 documentos (9,16%).

É necessário ponderar que cada um dos países arrolados é marcado pelo imperialismo. O Império Britânico¹³ participa dos processos de invasão de territórios com a criação de companhias marítimas a partir do século XVII, procedendo com a colonização dos territórios do Canadá (1740 – 1760); da Austrália, com a colônia penal em 1788; de Singapura (1819) e da África do Sul (1795) (WOODWARD, 1902). Assim, é precípuo compreender a agência do colonialismo na história mundial a fim de analisar criteriosamente a efetuação de pesquisas que tematizam questões marginais, o que justifica, mais uma vez, a reconstituição histórica na análise de estudos, conduzindo a uma perspectiva crítica. Vejamos, na próxima análise, se essas questões se aplicam aos estudos decoloniais.

Gráfico 10 – Países aos quais pertencem as 10 instituições de pesquisa decoloniais mais produtivas.



Fonte: dados da pesquisa (2020).

¹³ Considerado o maior império em domínio territorial por descontinuidade, ou seja, territórios espalhados pelo mundo, concentrou a soberania do Reino Unido. Teve sua vigência entre 1583, com a invasão dos ingleses ao território canadense, na chamada *Newfoundland*, “Terra Nova”, até 1997, com a transferência da soberania de Hong Kong para a China.

A África do Sul (ZAF) é o país com maior produtividade: são 5 instituições e 123 documentos (60,89%). O Canadá (CAN), possui 3 instituições e 45 documentos (22,27%). Os Estados Unidos (USA), possuem 1 instituição e 21 documentos (10,39%). Por fim, o Brasil (BRA) figura em último lugar com 1 instituição e 13 documentos (6,43%).

Ainda que os quatro países tenham sido colonizados pelo continente europeu, o Canadá e os Estados Unidos são países localizados no Norte Global por pertencerem à classe de países desenvolvidos. Apesar do desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos, é importante ponderar que figuram, internamente, uma série de desigualdades sociais. Os Estados Unidos, por exemplo, devido aos recentes índices de desigualdade social e racial, se sobressaem como um dos piores entre os países desenvolvidos. Ao analisá-lo compreendemos que, embora o país se constitua uma potência mundial e esteja à frente de inúmeros avanços tecnológicos e científicos, mesmo em território nacional as diferenças são abissais (OURIQUES, 2020c). O país se caracteriza como intervencionista, notadamente na política, com a interferência em questões domésticas e a articulação de governos autoritários; na economia, com a exploração de mão-de-obra e precarização do trabalho; e cultural/epistemológica, com a alienação da produção intelectual (RAMPINELLI; OURIQUES, 2017).

A África do Sul, país que possui a maior concentração de instituições de pesquisa voltadas à decolonialidade, detém um profundo histórico de desigualdades sociais e raciais que se vincula ao processo colonizatório iniciado no século XVII:

O poder colonial no país se deu basicamente de três maneiras. Primeiramente, criou estruturas políticas e econômicas que permitiram a superioridade dos colonizadores em relação às populações nativas. Em segundo lugar, os colonizadores restringiram o acesso desses grupos à terra, à água e ao gado. Por fim, os diversos grupos nativos e, posteriormente, também estrangeiros, foram transformados em força de trabalho. Esses fatores regeram o colonialismo na África do Sul da metade do século XVII até o fim do século XX. Assim, o poder político, econômico e militar da minoria branca determinou o destino da sociedade sul-africana por quase 350 anos. A economia sul-africana foi sustentada pela escravidão e servidão por 250 anos e pela discriminação e exploração por outros 100 anos. Os colonizadores holandeses instituíram um sistema mercantil entre os séculos XVII e XVIII, e os britânicos o sistema capitalista no século XIX. O novo sistema introduzido pelos britânicos destruiu as bases do sistema mercantil e os tradicionais padrões dos colonizadores *boers*. Com a descoberta de ouro (1866) e de diamantes (1867), o colonialismo britânico passou a ser mais agressivo e abrangente. A dominação britânica foi sucedida por uma espécie de "colonialismo interno" com o controle político dos *afrikaners*, que criou um sistema de opressão institucionalizada contra a maioria negra e, em menor

medida, mestiça e asiática, que foi tolerada pelo Ocidente durante a Guerra Fria. Dezesesseis anos após a transição democrática na África do Sul, o mais importante desafio ainda é o aprimoramento do frágil sistema democrático sul-africano para que governo e sociedade possam agir de maneira efetiva contra os resquícios do *Apartheid*. (PEREIRA, 2011, p. 119, itálico da autora).

Esse refinamento do colonialismo sul-africano opera na formação das elites intelectuais. O sistema escolar é pensado a partir da segregação racial do regime de *Apartheid*, que, por sua vez, está fortemente ligado à divisão do trabalho por critérios raciais. O acesso ao ensino superior é condicionado à situação socioeconômica, reservado às elites brancas locais (PEREIRA, 2011). A inclusão de pesquisadores negros, contudo, não subverte a lógica, devido ao enraizamento do eurocentrismo que condiciona a produção intelectual, tematizando e abordando as questões sociais sob critérios específicos concernentes aos interesses imperialistas (OURIQUES, 2020c).

É notório que o imperialismo acadêmico ocorre mediante profundas diferenças materiais/concretas e simbólicas. Sua eminência e consolidação depende, entre outros fatores, das condições abissais, inclusive, nos países imperialistas, característica marcante do capitalismo. Rampinelli e Ouriques (2017) destacam que os fomentos à pesquisa são fornecidos, majoritariamente, pelos países centrais (Norte Global), atendendo aos interesses imperialistas e de manutenção do capitalismo.

O Quadro 7 demonstra que, de fato, a dependência epistêmica se vincula, entre outros fatores, ao fomento à pesquisa que dita as regras da ciência global. Para esta análise foram consideradas as 10 agências e instituições de fomento à pesquisa com maior produtividade. As agências pós-coloniais possuem 618 documentos, que representam 2,70% do total de estudos dessa categoria (22.814) e 2,55% do total geral de estudos (24.170). As agências decoloniais, por sua vez, possuem 63 documentos, representando 4,64% do total de estudos decoloniais (1.356) e 0,26% do total geral de estudos.

Quadro 7 – *Ranking* das agências e instituições de fomento à pesquisa

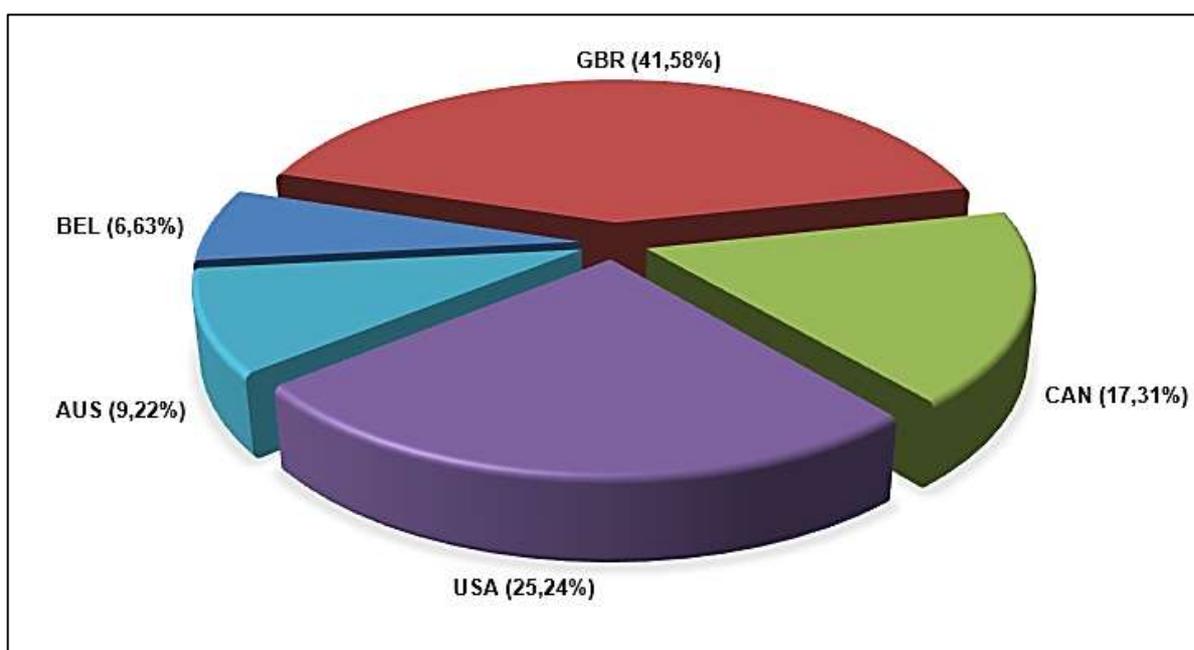
ESTUDOS PÓS-COLONIAIS			ESTUDOS DECOLONIAIS		
Afiliação	País	Ocorr.	Afiliação	País	Ocorr.
Economic and Social Research Council	GBR	108	Social Sciences and Humanities Research Council of Canada	CAN	15

Social Sciences and Humanities Research Council of Canada	CAN	107	Economic and Social Research Council	GBR	10
Arts and Humanities Research Council	GBR	84	National Science Foundation	USA	6
National Science Foundation	USA	81	American Council of Learned Societies	USA	5
Australian Research Council	AUS	57	Australian Research Council	AUS	5
European Research Council	BEL	41	European Research Council	BEL	5
Wenner-Gren Foundation	USA	40	National Research Foundation	ZAF	5
Social Science Research Council	USA	35	Arts and Humanities Research Council	GBR	4
British Academy	GBR	34	European Commission	BEL	4
Leverhulme Trust	GBR	31	Seventh Framework Programme	GBR	4
Total de ocorrências: 618			Total de ocorrências: 63		

Fonte: dados da pesquisa (2020).

No Gráfico 11 apresentamos a distribuição da origem de fomento à pesquisa em pós-colonialismo organizada por país, considerando o total de 618 documentos.

Gráfico 11 – Países aos quais pertencem as 10 agências/instituições de fomento à pesquisa pós-colonial mais produtivas.

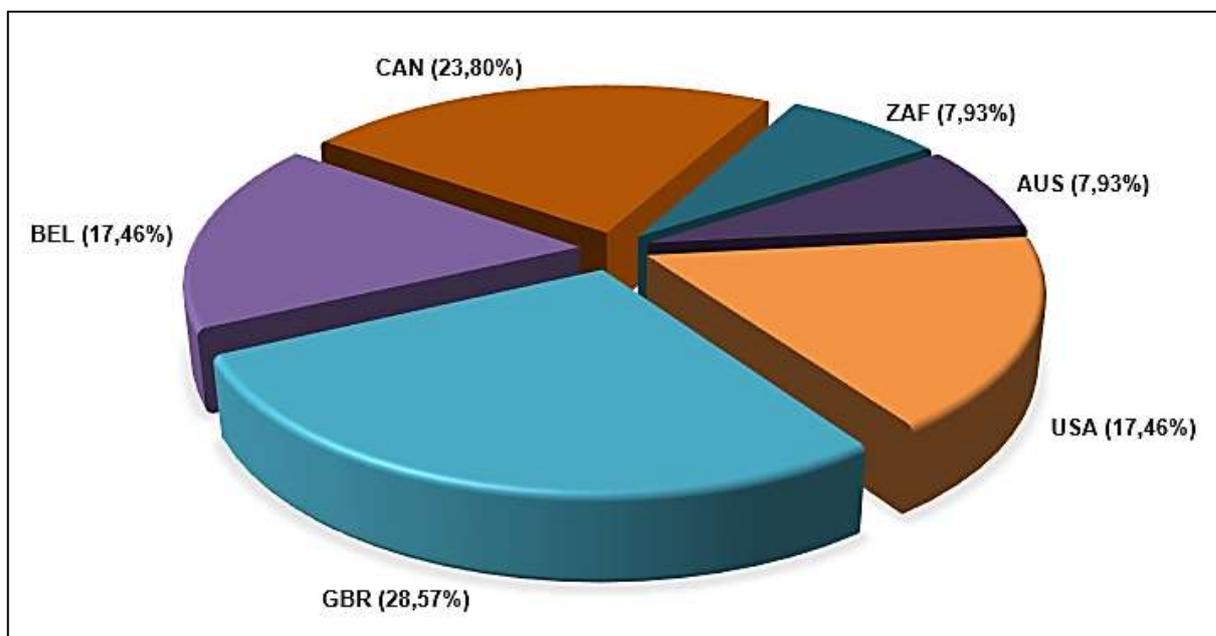


Fonte: dados da pesquisa (2020).

O Reino Unido (GBR) figura como o país que possui a maior produtividade vinculada ao fomento à pesquisa: são 4 agências e 257 documentos (41,58%). Na sequência temos os Estados Unidos (USA), com 3 agências e 156 documentos (25,24%). A seguir, o Canadá (CAN), com 1 agência e 107 documentos (17,31%). Por fim, a Austrália (AUS), com 1 agência e 57 documentos (9,22%). Notadamente o fomento à pesquisa em pós-colonialismo está vinculado aos continentes dominantes na ciência global: Europa e América (do Norte).

Vejamos se esse padrão se repete nos estudos decoloniais, como apresentado no Gráfico 12. Para executar a análise, consideramos o total de 63 documentos.

Gráfico 12 – Países aos quais pertencem as 10 agências/instituições de fomento à pesquisa decolonial mais produtivas.



Fonte: dados da pesquisa (2020).

O Reino Unido (GBR), a exemplo do que ocorreu nos estudos pós-coloniais, é o país que possui maior produtividade: são 3 agências e 18 documentos (28,57%). O Canadá (CAN), por sua vez, possui 1 agência e 15 documentos (23,80%). Na sequência vêm os Estados Unidos (USA), com 2 agências e 11 documentos (17,46%). A Bélgica (BEL) surge com 2 agências e 11 documentos (17,46%). Por fim, Austrália (AUS) e África do Sul (ZAF) possuem 1 agência e 5 documentos (7,93%) cada.

O argumento de Ouriques (2020a, 2020c) sobre a efetuação de estudos decoloniais é que predomina a lógica imperialista que determina os interesses de

pesquisa. O autor se contrapõe à perspectiva decolonial, caracterizando-a como um modismo de forte influência estadunidense que esconde o projeto de invisibilização dos autores periféricos e o apagamento da tradição do pensamento crítico latino-americano que, em gênese, é contra-hegemônico.

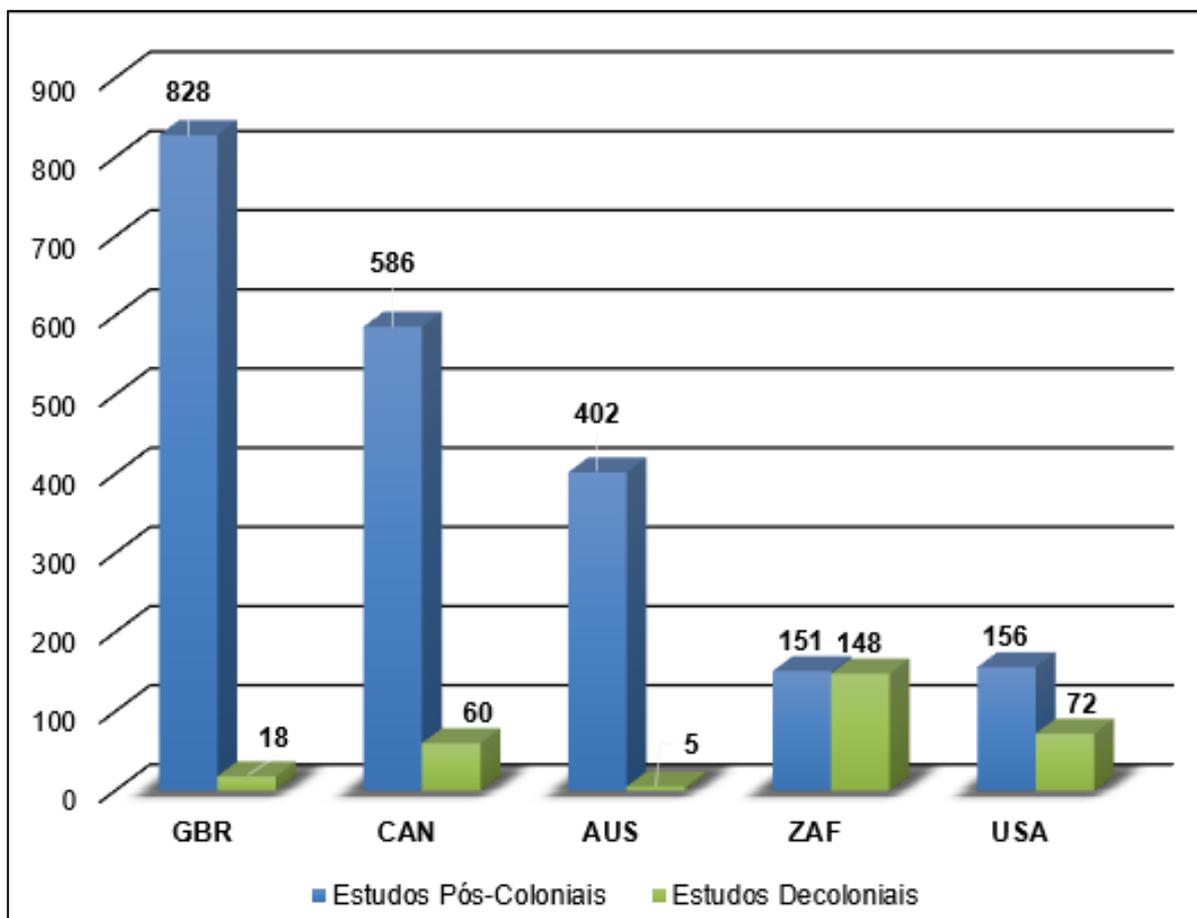
Apesar dos argumentos contundentes e pertinentes levantados por Ouriques (2020a, 2020c), não nos posicionamos de modo tão afirmativo, defendendo que os dados não permitem delinear com tanta precisão essa sentença. Entretanto, é notável que o fomento à pesquisa provém dos países centrais, o que sugere a presença dos interesses imperialistas na efetuação de tais estudos.

Ademais, é preciso considerar que os autores componentes dos estudos pós-coloniais canônicos (grupos de estudos subalternos) possuem um histórico de vinculação com a Europa e os Estados Unidos. Isso inclui os pesquisadores do Grupo Modernidade/Colonialidade, uma vez que três autores remanescentes (Mignolo, Maldonado-Torres e Grosfoguel) estão afiliados a instituições estadunidenses.

Para a última categoria deste estudo, os países produtores, cruzamos os dados de autoria, das instituições de pesquisa e das agências de fomento. Foram considerados 2.783 registros, que representam 11,51% do total de documentos indexados na Scopus (24.170). Os estudos pós-coloniais compreendem 2.438 documentos, sendo 10,68% do total de estudos pós-coloniais indexados (22.814) e 10,08% do total geral de estudos indexados, somando os pós-coloniais e os decoloniais (24.170). Os estudos decoloniais, por sua vez, totalizam 345 documentos, representando 25,44% do total de estudos decoloniais indexados (1.356) e 1,42% do total geral de documentos indexados (24.170).

Na sequência (Gráfico 13) apresentamos os países produtores, considerando o maior número de documentos vinculados a si.

Gráfico 13 – Países produtores dos estudos pós-coloniais e decoloniais.



Fonte: dados da pesquisa (2020).

É notável que o Reino Unido (GBR) desponta como principal país produtor: são 846 documentos (30,39% do total geral de 2.783). O Canadá (CAN), segundo colocado, possui 407 documentos (14,62%), A Austrália (AUS), em terceiro lugar, possui 407 documentos (14,62%). A África do Sul (ZAF), em quarto lugar, possui 299 documentos (10,74%). Finalmente, os Estados Unidos (USA), em quinto lugar, com 228 documentos (8,19%).

Ainda que o número de documentos seja um fator determinante no estabelecimento das relações de dominação na produção científica, é prudente considerarmos critérios que são complementares, tais como a predominância de autoria, a citação, o número de instituições de pesquisa e, por fim, as agências de fomento. Deste modo, para que fique mais clara a caracterização dos países supracitados, elaboramos o Quadro 8, apresentado na sequência, que demonstra esses dados.

Quadro 8 – *Ranking* dos 5 países produtores dos estudos pós-coloniais e decoloniais

País	Nº autores/autoras	Nº instituições de pesquisa	Nº ag./inst. de fomento à pesquisa	Nº documentos	Nº citações
Reino Unido (GBR)	4	3	7	846	1333
Canadá (CAN)	0	6	2	407	0
Austrália (AUS)	2	2	2	407	693
África do Sul (ZAF)	2	5	1	299	171
Estados Unidos (USA)	5	2	5	228	988

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Os Estados Unidos (USA) e a África do Sul (ZAF) não possuem autores no *ranking* pós-colonial. O Reino Unido (GBR) e a Austrália (AUS), por sua vez, não possuem autores no *ranking* decolonial. O Canadá (CAN) não possui autores em nenhum dos *rankings*. Quanto às instituições de pesquisa, os Estados Unidos (USA) não possui nenhuma instituição no *ranking* pós-colonial e o Reino Unido (GBR) não possui nenhuma instituição no *ranking* decolonial. Canadá (CAN), Austrália (AUS) e África do Sul (ZAF) possuem instituições de pesquisa vinculadas tanto aos estudos pós-coloniais quanto decoloniais. Por fim, vamos ao fomento à pesquisa. A Austrália (AUS) não possui nenhuma agência ou instituição de fomento no *ranking* decolonial. A África do Sul (ZAF) não possui nenhuma agência ou instituição de fomento no *ranking* pós-colonial.

Percebemos, com as análises, uma tensão que persiste tanto nos estudos pós-coloniais quanto nos estudos decoloniais. As perspectivas se apresentam como alternativas epistemológicas na medida em que tematizam questões historicamente marginalizadas pela ciência global, cuja origem remonta ao pensamento moderno e ao eurocentrismo. Entretanto, os interesses imperialistas nas investigações, notados pela presença de países centrais aos quais os agentes estão vinculados, são peremptórios para a efetuação de tais estudos. Defendemos que o imperialismo acadêmico, promotivo das profundas injustiças cognitivas, rearticula-se de modo a garantir a permanente dependência epistêmica que opera silenciosa e violentamente na conformação da ciência através de ações epistemicidas.

Um segundo aspecto que nos auxilia a compreender a preponderância dos estudos pós-coloniais é a delimitação da geopolítica do conhecimento: os estudos pós-coloniais, como discorreremos no capítulo 2, estão vinculados aos estudos subalternos e à produção de subjetividade no contexto do imperialismo britânico (SPIVAK, 2010). Os estudos decoloniais, por sua vez, representam uma ruptura com a dependência epistêmica do Norte, especializando sua abordagem às temáticas concernentes à realidade latino-americana (BALLESTRIN, 2017a). Contudo, mesmo os estudos decoloniais sofrem agência do imperialismo, o que está materializado nos resultados.

Desta forma, não obstante os esforços dos países latino-americanos em se adequar às exigências da ciência global, sua condição de periferia é premente e intensificada pelas conflitantes relações com os países centrais (SANTIN, 2019; SILVEIRA, BENEDET; SANTILLÁN-ALDANA, 2018), as quais estão demonstradas na ausência (ou presença tímida: apenas o Brasil, com a Universidade Federal de Santa Catarina no *ranking* das instituições de pesquisa, representa um país latino-americano).

Concluimos que, apesar dos estudos pós-coloniais e decoloniais proporem abordagens alternativas aos fenômenos estudados, buscando superar a dependência epistêmica, é notável que tal intento não é levado à cabo, visto a presença *asfixiante*, como ousamos chamar, dos países europeus, especialmente na figura do Reino Unido (Inglaterra, Irlanda do Norte, Escócia e País de Gales), e dos países norte-americanos: Canadá e Estados Unidos.

Ademais, ressaltamos a importância de avaliar que outros países, como a África do Sul, que figura o *ranking* de cinco países predominantes na produção científica, é marcada por profundas desigualdades sociais, carregando uma história de segregação racial que deu origem às elites intelectuais que prevalecem na produção de conhecimento acerca das questões mais contundentes, como pretendem ser as abordagens decoloniais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso de execução deste estudo buscamos compreender a permanência do colonialismo no discurso científico que, através da produção científica, conforma a cartografia epistemológica. Os estudos pós-coloniais e decoloniais, ainda que se apresentem como tensionamentos epistemológicos, guardam profundas relações com os interesses imperialistas. A dependência epistêmica, resultado desse processo, têm sua vigência nas relações de poder que não se encerram em binarismos como “colonizadores e colonizados”, “dominantes e dominados”, “Norte e Sul Global” ou “centro e periferia”.

Outrossim, os mecanismos de dominação e de manutenção do poder se aprimoram na medida em que se difunde a ideia de emancipação intelectual do Sul. Defendemos que as opressões decorrentes do processo colonizatório devem ser compreendidas em sua densidade histórica e dimensionadas na possibilidade de se sutilizarem, assumindo uma forma reticular. Especialmente as questões de raça, gênero e classe são intersecções fundamentais no estabelecimento de tais análises.

Os resultados da pesquisa demonstram que os estudos pós-coloniais, cujo cânone é estabelecido no curso dos anos 1980 com os estudos subalternos indianos, estão vinculados epistemologicamente ao imperialismo britânico. A presença da Europa e, sobretudo, do Reino Unido, é marcante nos resultados, inquietando-nos na medida em que recordamos o processo de colonização da Índia pelos ingleses. Os estudos decoloniais, por sua vez, estão fortemente vinculados à América do Norte e ao imperialismo norte-americano, o que nos faz lembrar a interferência estadunidense no estabelecimento de governos autoritários, no acirramento de disputas internas e na manutenção das desigualdades sociais, a exemplo do que ocorre em seu próprio país.

Concluimos, deste modo, que os estudos pós-coloniais sofrem forte agência do imperialismo britânico, ao passo que os decoloniais sofrem agência do imperialismo estadunidense, situação conformada pelos principais agentes de produção científica: autores e autoras, instituições de pesquisa e agências e instituições de fomento com maior produtividade. Os resultados demonstram a permanência do imperialismo cognitivo e acadêmico, a despeito das reivindicações decoloniais pela adoção de epistemologias alternativas e da denúncia que alguns autores da perspectiva

decolonial, tais como Grosfoguel, fizeram nos anos 1990, quando da continuidade da dependência epistêmica nos estudos subalternos latino-americanos.

Isso pode nos indicar que o intento de descolonização das Ciências Sociais, que tecnicamente nortearia os estudos decoloniais, não se efetuou, visto que o autor mais radical da perspectiva decolonial, o semiólogo argentino Walter Mignolo, hoje figura como o autor com maior produtividade nos estudos decoloniais (estes mesmos que sofrem agência do imperialismo). Um fator inquietante que guardamos durante todo o processo de escritura deste trabalho é o fato de que tais conformações são constantemente apontadas por pesquisadores e militantes racializados (pretos, indígenas e amarelos), os quais acompanhamos em mídias sociais. Hoje, contudo, temos a materialização dessas falas, cujas colocações não são validadas pela academia fora do espaço intelectual elitizado.

A dependência epistêmica deve ser observada em sua possibilidade de se encadear à dependência socioeconômica, visto que são duas faces de uma mesma moeda: o colonialismo que se ramifica nas colonialidades do saber, do ser e do poder, e o eurocentrismo. Deste modo, não é possível discutir a eminência de novas epistemologias e a criação de Teorias Sociais do Sul sem considerar as influências políticas dos países imperialistas, do Norte Global, inclusive na produção científica.

A presença feminina mais equânime nos estudos pós-coloniais deve ser percebida com algumas ressalvas. Ainda que seja promissor haver um número igualitário de mulheres no *ranking* de autoria dos estudos pós-coloniais, com 50% do total, sua presença está vinculada, indelevelmente, aos países imperialistas. Em contraposição, é contundente a presença massiva de autores nos estudos decoloniais, que chegam a 90%, o que nos faz perceber as barreiras que as autoras do Sul Global encontram para a publicação de seus trabalhos. Deste modo, compreendemos que as mulheres latino-americanas ou que se alinham à perspectiva decolonial, são ainda mais periferizadas em relação à produção científica dessa categoria.

A subversão da lógica de dependência epistêmica ameaça a hegemonia em todas as suas faces. Por esta razão, é fundamental compreender que o discurso de ciência universal tem, como principal importância, manter o funcionamento das engrenagens que estruturam as cartografias abissal e epistemológica. Encerramos essa discussão ressaltando, novamente, a importância de historicizar os discursos e de compreender sua implicação teórica, social e epistemológica no estabelecimento

de narrativas válidas, aceitáveis e produtoras de verdades. Defendemos, mais uma vez, que esse intento só se completa quando conhecemos e reconhecemos a nossa historicidade.

Deste modo, ao tomarmos consciência de nosso papel nos engendramentos das articulações entre Sul e Norte – propositalmente invertidos nesse final de trabalho – , seja nas relações Sul-Sul, Sul-Norte ou mesmo questões internas de cada país, é possível construir uma outra realidade, que nos tire do lugar de cativos e nos eleve à condição de produtores da própria História, visando à soberania de nossas nações e à descolonização psíquica e material. É urgente que essa consciência se materialize na Ciência da Informação, área fortemente ligada ao eurocentrismo que tem, na concreticidade dos instrumentos de avaliação da ciência, as ferramentas para desvelar as diferenças abissais que conformam o discurso científico ou participar na manutenção de suas linhas.

REFERÊNCIAS

ADINOLFI, Valéria Trigueiro Santos. Discurso científico, poder e verdade. **Revista Aulas**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-10, dez./mar. 2007. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/aulas/article/view/1940>. Acesso em: 22 ago. 2020.

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 659-688, maio/ago. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000200018>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000200018&lng=en&nrm=iso. Acesso em 17 set. 2020.

BALLESTRIN, Luciana. **Aula 1**: o Sul Global como projeto político. Disciplina de Teoria Social e os Desafios Pós-coloniais. 1 vídeo (1h 59min 49s). Periféricas: Núcleo de Estudos em Teorias Sociais, Modernidades e Colonialidades, UFBA, Salvador, 2020a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5nLOU4Zofig>. Acesso em: 08 set. 2020

_____. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 60, n.2, p. 505-540, abr./jun. 2017a. DOI: <https://doi.org/10.1590/001152582017127>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582017000200505&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 22 set. 2020.

_____. O Sul Global como projeto político. **Horizontes ao Sul**, 15 jul. 2020. 2020b. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/06/30/O-SUL-GLOBAL-COMO-PROJETO-POLITICO>. Acesso em: 12 set. 2020

_____. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>. Acesso em: 14 set. 2020.

_____. Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, p. 1-14, ago. 2020c. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375304>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000300200&tlng=pt. Acesso em: 18 out. 2020

_____. Feminismos Subalternos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, set./dez. 2017b. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1035>. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000301035&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 out. 2020.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e Ciências Sociais - Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>. Acesso em: 13 set. 2020.

_____; GROSFUGUEL, Ramón. **El Giro Decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. Porto: Poveira, 1971.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 211-227

DA SILVA, Gabriele de Oliveira. **As não Brancas - Identidade Racial e Colorismo no Brasil**. Geledés - Instituto da Mulher Negra, 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-nao-brancas-identidade-racial-e-colorismo-no-brasil/>. Acesso em: 14 set. 2020.

DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidade e Eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e Ciências Sociais – Perspectivas Latino-americanas**. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>. Acesso em: 13 set. 2020.

_____. **Ética de la Liberación en la Edad de la Globalización y de la Exclusión**. Colección Estructuras y Procesos. Serie Filosofía. Madrid: Editorial Trotta, 1998.

_____. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da Filosofia da Libertação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100004>. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100051. Acesso em: 13 set. 2020.

_____. Meditaciones anti-cartesianas: sobre el origen del anti-discurso filosófico de la Modernidad. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 153-197, 2008. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892008000200010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13 set. 2020.

_____. **The Invention of the Americas: Eclipse of “the Other” and the Myth of Modernity**. New York: Continuum, 1995.

ECHEVERRÍA, Bolívar. **Modernidad y Blanquitud**. Ciudad de México: Ediciones Era, 2010.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. EDUFBA: Salvador, 2008.

_____. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização, 1968.

FLEURY, Maria Tereza Leme; WERLANG, Sergio Ribeiro da Costa. Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens. **Anuário de Pesquisa GVPesquisa**, [S.l.], nov. 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/apgvpesquisa/article/view/72796/69984>. Acesso em: 13 set. 2020.

FRANK, Andre Gunder. **Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GNECCO, Cristóbal. Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas**, v. 4, n. 1, p. 15-26, 2009. *Online*. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222009000100003&script=sci_abstract. Acesso em: 13 set. 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GROSGOUEL, Ramón. The Epistemic Decolonial Turn, **Cultural Studies**, v. 21, n. 2, p. 211-223, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1080/09502380601162514>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09502380601162514>. Acesso em 25 set. 2020.

GROVOGUI, Siba. A Revolution Nonetheless: The Global South in International Relations. **The Global South**, Bloomington, v. 5, n. 1, p. 175-190, 2011. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/449224>. Acesso em: 25 out. 2020.

KANTULE, Nelson de León. **Abya Yala**: Significado e História Kuna. 1 vídeo (6min 19s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qFDoaF096tl&t=62s>. Acesso em: 25 set. 2020.

KERN, Maria Lúcia Bastos. A revista “Círculo y Cuadrado” e a missão doutrinária de Joaquín Torres-García em Montevideu. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 9, n. 2, maio/ago., 2012. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF29/DOSSIE_ARTIGO_7_MARIA_LUCIA_KERN_FENIX_MAI_JUN_JUL_AGO_2012.pdf. Acesso em: 18 set. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: _____. (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e Ciências Sociais - Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>. Acesso em: 14 set. 2020.

LUGONES, María. Heterosexuality and the Colonial/Modern Gender System. **Hypatia**, Eugene, v. 22, n. 1, p. 186-209, 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4640051?seq=1>. Acesso em 24 out. 2020.

_____. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n.3, p. 935-952, set./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 out. 2020.

MACHADO, D.; WALTER COSTA, M. L.; DUTRA, D. Outras Epistemologias para os Estudos de Gênero: feminismos, interseccionalidade e divisão sexual do trabalho em debate a partir da América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 12, n. 3, p. 229-248, 20 dez. 2018. DOI:

<https://doi.org/10.21057/repamv12n3.2018.30554>. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/20997>. Acesso em: 14 set. 2020.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v9i3.24648>. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648/0>. Acesso em 17 set. 2020.

_____. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 4 ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas. **Revista Opsis**, Catalão, v. 15, n. 2, p. 316-329, jul/dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.5216/o.v15i2.34189>. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/34189>. Acesso em: 22 set. 2020.

NAYAR, Pramond K. **Frantz Fanon**. Abingdon: Routledge, 2013.

OURIQUES, Nildo Domingos. **Aula 1**. O que ler para entender a América Latina? Florianópolis: IELA/UFSC, 2020a. 1 vídeo (2h30min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=1980&v=SZtB7xvaExU&feature=emb_logo Acesso em: 29 jul. 2020.

_____. **Aula 2**. O que ler para entender a América Latina? Florianópolis: IELA/UFSC, 2020b. 1 vídeo (2h25min50s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=438&v=tU9cY4h-AAo&feature=emb_logo. Acesso em: 26 ago. 2020.

_____. **Aula 3**. O que ler para entender a América Latina? Florianópolis: IELA/UFSC, 2020c. 1 vídeo (.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=j1JxiKCAJgo&feature=emb_logo. Acesso em: 30 set. 2020.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A (Longa) História da Desigualdade na África Do Sul. **Philia&Filia**, Porto Alegre, vol. 02, n. 1, p. 118-148, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Philiaefilia/article/view/24428>. Acesso em: 18 out. 2020.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Abya Yala**. Enciclopédia Latino-Americana. São Paulo: Boitempo, 2015. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/abya-yala>. Acesso em: 12 set. 2020.

PRESCOTT, William Hickling. **History of the Conquest of Mexico and History of the Conquest of Peru**. New York: Modern Library, 1979.

RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES, Nildo. **Crítica à razão acadêmica: reflexão sobre a universidade contemporânea**, v. 1. Florianópolis: Insular, 2017.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e Ciências Sociais - Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>. Acesso em: 25 set. 2020.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTIN, Dirce Maria. **Ciência mainstream e periférica da América Latina e Caribe: configurações e padrões de especialização**. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019. 171 f.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e InterIdentidade. In: _____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006. Capítulo 7, p. 227 – 276. (Coleção para um novo senso comum; v. 4).

_____. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 set. 2020.
SANTOS, Richard. **Maioria Minorizada**: um dispositivo analítico de racialidade. Rio de Janeiro: Telha, 2020.

SILVEIRA, Lúcia da; BENEDET, Lara; SANTILLÁN-ALDANA, Julio. Interpretando a internacionalização dos periódicos científicos brasileiros. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 30, n. 54, p. 90-110, jul. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2018v30n54p90>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2018v30n54p90/0>. Acesso em: 23 set. 2020.

SCRIBANO, Adrián. **Aula 2**: Teorias Sociais do Sul. Disciplina de Teoria Social e os Desafios Pós-coloniais. 1 vídeo (1h 39min 34s). Periféricas: Núcleo de Estudos em Teorias Sociais, Modernidades e Colonialidades. UFBA. Salvador, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8M4d7j1Blvs>. Acesso em: 15 set. 2020

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Displacement and the Discourse of Woman. In: KRUPNIK, Mark (Org.). **Displacement**: Derrida and After. Bloomington: Indiana University Press, 1983.

_____. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TIRADO, Genara. Violencia Epistémica y Descolonización del Conocimiento. **Sociocriticism**, v. 24, n. 1-2, p. 173-201, 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4637301>. Acesso em: 23 set, 2020.

TRAJANO FILHO, Wilson; DIAS, Juliana Braz. O colonialismo em África e seus legados: classificação e poder no ordenamento da vida social. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 40, n. 2. p. 9-22, 2015. DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.1371>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/1371>. Acesso em: 14 set. 2020

WARI'U TSEREMEY'WA, Cristian. **O que é ser indígena no século XXI**. EP.1. 2018. 1 vídeo. (5min22seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XDaS70F2fPw>. Acesso em: 22 set. 2020.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WOODWARD, William Harrison. **A Short History of the Expansion of the British Empire (1500-1902)**. Liverpool: Oxford University, 1902. Disponível em: <https://memory.loc.gov/service/gdc/scd0001/2010/20101209001sh/20101209001sh.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.